

Terezinha Pagoto

A REFORMA AGRÁRIA NO OESTE DE SANTA
CATARINA EOS CONFLITOS PELA TERRA

Passo Fundo, fevereiro de 2010

Terezinha Pagoto

A REFORMA AGRÁRIA NO OESTE DE SANTA
CATARINA E OS CONFLITOS PELA TERRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2009

Dedico este trabalho ao meu esposo, Enizio; aos meus filhos, Wanderléa, e seu esposo Joares; André, e sua esposa Mariele; e Lia Gabriela, e aos meus netos, Amanda e Luiz Andre, todos por se constituírem diferentemente enquanto pessoas, igualmente belas e admiráveis em essência, estímulos que me impulsionaram a buscar vida nova a cada dia. Meus agradecimentos por terem aceito privar-se de minha companhia por causa dos meus estudos, concedendo a mim a oportunidade de realizar-me ainda mais.

E especialmente aos assentados do núcleo José Maria e Santa Rosa III, por representarem, nesta pesquisa, o símbolo da luta e, principalmente, o sonho realizado na conquista da terra.

Embora uma dissertação, seja, pela sua finalidade acadêmica, um trabalho individual, há contributos de natureza diversa que não podem nem devem deixar de ser realçados. No entanto, ao fazermos um agradecimento corremos o risco de sermos seletivos, não selecionando alguns mas, esquecer-se de outros.

Bem, se devo ser seletiva, então é melhor começar. Meu maior agradecimento é dirigido à minha família, por terem sido o contínuo apoio, durante todo o tempo. Agradeço em especial a meu esposo Enizio, por ter suportado minhas ausências e soube compreender como ninguém, minhas constantes alterações de humor. A minha filha caçula, Lia Gabriela, pela colaboração, a qual muito me auxiliou na formatação do trabalho. Suas sugestões ao manuscrito levaram a sucessivas revisões do texto, cujas eventuais falhas são inteiramente de responsabilidade da autora, teriam sido mais numerosas, não fosse por sua crítica constante e incisiva.

Minha seleção, no âmbito acadêmico, deve incluir a excelência profissional de Dr. João Carlos Tedesco, meu orientador, pela abertura de espírito revelada desde a primeira aula do curso de Pós-Graduação, contribuindo fundamentalmente, para a realização do meu trabalho, que se encaminhava para o tema tratado nesta dissertação. Pela disponibilidade revelada ao longo deste percurso e pelas críticas e sugestões relevantes feitas durante a orientação. Pela paciência e principalmente, pela compreensão de minhas limitações conferiu prestígio e valor a meu trabalho de mestrado.

Agradeço, de forma muito carinhosa, a duas colegas, Eunice e Valcília. A primeira, grande amiga, pela acolhida e hospedagem em sua casa, colaborando para baixar as despesas do curso. A Valcília pela sua paciência infinita em ler o manuscrito e auxiliar-me quando as dúvidas eram imensas e, também, sua crença absoluta na capacidade de realização a mim atribuída, foram, indubitavelmente, os elementos propulsores desta dissertação.

Incluo, de forma especial, o nome de Neiva Souza e Lucia Barrili, nesta minha lista seletiva. Foi sorte terem elas cruzado meu caminho acadêmico nesta etapa de conclusão de mestrado. Principalmente, beneficiei-me de suas amizades e companheirismos, nos momentos de estudos e pesquisa na UPF.

Agradeço também, ao coordenador do curso de Pós Graduação de História, professor Adelar Heinsfeld, e todos os professores da Universidade de Passo Fundo, pela valorosa contribuição em aula.

“As águas que fazem o rio, não são em si turbulentas, mas as margens que comprimem é que as tornam violentas.”

Bertold Brecht

RESUMO

A partir do final dos anos 70, início dos 80, a região Oeste de Santa Catarina passou a sentir de forma mais intensa os efeitos da modernização da agricultura, que desestruturou a produção agrícola familiar tradicional. A crise afetou profundamente as condições de vida dos trabalhadores rurais, que viviam da pequena propriedade e que produziam, num processo mais artesanal, porém, comercializavam os excedentes e ainda complementavam a renda com a criação de suínos, que se constituía em produção alternativa, ao mesmo tempo, que se comercializava a produção de carnes e seus derivados complementavam a alimentação dessa população camponesa. No início dos anos 80, essa situação agravou-se de tal maneira, que fez com que o Oeste catarinense conhecesse uma nova realidade. Em meio, a crise da modernização, que assolava a agricultura, surge repentinamente, a Peste Suína Africana, um episódio um tanto obscuro, que provocou muita polêmica e que ao que se sabe, nunca foi realmente esclarecida. O que sabemos é que, não só, mas somada a outros fatores, já citados, a Peste Suína Africana provocara o auge do empobrecimento dos produtores rurais tendo como consequência o grande êxodo rural e uma mudança radical na cultura da população da região. Diante da conjuntura nacional, de migração do capital internacional e das transformações por que passava a agricultura brasileira, com a capitalização do campo passou a elucidar cada vez com maior intensidade a expropriação dos trabalhadores rurais. A região Oeste catarinense, favorecida pela existência da Igreja Católica, instituição estruturada, a qual as famílias camponesas encontravam-se ligadas tornou-se cenário imprescindível, para o surgimento de um processo de mobilização social dos trabalhadores do campo. Este processo de mobilização facilitou o desencadeamento da organização de vários movimentos sociais, com memorável destaque para o MST. Movimento que historicamente esteve presente nas discussões e enfrentamento para implantação da Reforma Agrária no País e que viabilizou o redimensionamento de diversos espaços comunicativos e interativos que restabeleceram o processo de comunicação, passando a veicular um discurso crítico, a respeito das condições histórico-sociais vividas pela população. A compreensão do surgimento desse Movimento implica, pois, em se considerar tanto as causas estruturais e as características sócio-culturais da população, tanto as ações comunicativas desenvolvidas no momento histórico em que se desencadeou o processo de mobilização, organização, até o assentamento. O presente estudo, procura analisar a importância dos fatores que contribuíram para o processo que desencadeou as ocupações, e os assentamentos, no município de Abelardo Luz, especificamente, os assentamentos José Maria e Santa Rosa III.

Palavras-chave: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), questão agrária, ocupação, assentamento, trabalhadores do campo.

RESUMEN

Al finales de los años 70, comenzar de los 80, la región Oeste de Santa Catarina empezó a vivir de forma más intensa los efectos de la modernización de la agricultura, eso desestructuró la producción agrícola familiar tradicional. La crisis afectó profundamente las condiciones de la vida de los trabajadores agrícolas, que vivían de la pequeña propiedad y que producían, en un proceso más artesano, sin embargo, ellos comercializaban los exesos y todavía complementaban la renta con la creación de los cerdos, que si constituía en la producción alternativa, al mismo tiempo, que comercializaba la producción de carnes y de sus derivados, era complemento alimenticio de esta población campesina. Al principio de los años 80, esta situación fue agravada de tal manera, que hizo con que el Oeste catarinense conociera una nueva realidad. En medio, la crisis de la modernización, que devastó a la agricultura, aparece repentinamente, la plaga Suína africana, en un episodio oscuro, que provocó mucha controversia y que se sabe, nunca realmente él fue clarificada. Qué sabemos es ése, no sólo, pero agregado a otros factores, citados ya, la plaga de Suína africana provoca la altura del empobrecimiento de los productores agrícolas, tuvo como gran consecuencia el éxodo agrícola y cambio radical en la cultura de la población de la región. Delante de la coyuntura nacional, de la migración del capital internacional, y de las transformaciones por qué pasaba la agricultura brasileña, con la capitalización del campo, que comenzó a aclarar, con una intensidad mayor la expropiación de los trabajadores agrícolas agregada a otros factores, citados ya, de la región Oeste catarinense, favorecida por la existencia de la iglesia católica, institución estructurada, a la cual las familias campesinas estaban integradas se ha tornado escenario imprescindible, originando el proceso de la movilización social de los trabajadores del campo. Este proceso de la movilización facilitó el desencadenamiento de la organización de algunos movimientos sociales, con la prominencia memorable para el MST. Movimiento que históricamente estuvo presente en las peleas y la confrontación para la implantación de la reforma agraria en el país y que hizo posible el redimensionamiento de los diversos espacios comunicativos y de los interactivos que habían restablecido el proceso de la comunicación, comenzando a propagar un discurso crítico, con respecto a las condiciones histórico-sociales vividas por la población. La comprensión del surgimiento de este movimiento implica, por lo tanto, en considerar las causas estructurales y las características socio-culturales de la población, tanto las acciones comunicativas desarrolladas en el momento histórico donde se desencadenó el proceso de la movilización, organización, hasta el asentamiento. El actual estudio, busca analizar la importancia de los factores que han contribuido para el proceso que desencadenó las ocupaciones, y los asentamientos, en la ciudad de Abelardo Luz, específicamente, los asentamientos Jose Maria y Papá Noel Rosa III.

Palabras llaves: MST (movimiento de los trabajadores agrícolas sin la tierra) cuestión agraria, ocupación, asentamiento, trabajadores del campo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Assembleia realizada no estádio índio Condá. 1980	42
Figura 2	Passeata na Avenida Getulio Vargas, em Chapecó. 1980	43
Figura 3	Organização da Pastoral Católica, grupos de reflexão, berço de surgimento de lideranças	44
Figura 4	<i>Jornal dos trabalhadores</i> . Arquivos do CEOM. Chapecó. 2000.	48
Figura 5	Região Oeste de Santa Catarina	59
Figura 6	Marcha a Brasília, abril de 1986	69
Figura 7	Trabalhadores despejados da Fazenda Capão Grande acamparam em frente a PM. De Abelardo Luz	78
Figura 8	Mapa da microrregião AMAI do Oeste catarinense com destaque para Abelardo Luz.....	81
Figura 09	Confronto entre a polícia e os Sem Terra, na Fazenda Santa Rosa II.....	89
Figura 10	O mapa do município de Abelardo Luz destacando os núcleos de assentamentos no período de 1985 a 1997.....	107
Figura 11	Mapa do assentamento José Maria	113
Figura 12	O mapa da localização do núcleo Santa Rosa III.....	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de imóveis rurais cadastrados em Santa Catarina.....	25
Tabela 2	Classificação de cadastro de imóveis de Santa Catarina	88
Tabela 3	Índice de concentração de terras em diversos níveis em Santa Catarina.....	120
Tabela 4	As primeiras ocupações de terra organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Oeste catarinense	
Tabela 5	Representa a estrutura fundiária dos assentamentos em Abelardo Luz.....	122
Tabela 6	Demonstrativo de como a população do município foi sendo modificada em sua composição	125
Tabela 7	Distribuição da população rural e urbana do município de Abelardo Luz de 1985 – 2000	125

LISTA DE SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira da Agricultura
ALCA	Associação Latina Americana de Livre Comércio
ATES	Assistência Técnica Social
CEBs	Comunidade Eclesiais de Bases
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPEAL	Cooperativa de Alimentação
COOPERUNIÃO	Cooperativa União De São Miguel do Oeste
COOPETRASC	Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EPAGRI	Empresa de Pesquisa na Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Cadastro e Reforma Agrária
LADESC	Laboratório de Avaliação de Desempenho de Sistemas
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MIRAD	Ministério de Desenvolvimento e Reforma Agrária
MMA	Movimento das Mulheres Agricultoras
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MS	Movimentos Sociais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NPNRA	Novo Plano Nacional de Reforma Agrária
PA	Plano Assentamento – INCRA
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRAS	Plano de Recuperação dos Assentamentos
STR	Sindicato dos Trabalhadores ais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A REFORMA AGRÁRIA EM SANTA CATARINA E OS CONFLITOS PELA TERRA NO OESTE: 1970 A 1985.....	20
1.1 Movimentos sociais no campo.....	21
1.2 A Questão Agrária em Santa Catarina e os conflitos de Terra no Estado.....	24
1.3 Violência no campo em Santa Catarina a partir de 1970.....	28
1.4 O Plano Nacional de Reforma Agrária: a reação, avanços e retrocessos.	32
1.5 A modernização no campo: região Oeste catarinense – 1980.....	36
1.6 A Peste Suína Africana: consequências para a região.....	39
1.7 A Presença da Igreja: mediação dos conflitos.....	40
1.8	46
2 ELEMENTOS DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO OESTE CATARINENSE.....	52
2.1 O Movimento dos Sem Terra no Sul do Brasil.....	54
2.2 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Santa Catarina.....	58
2.3 O movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra no Oeste catarinense.....	60
2.4 As ocupações, repercussão da posse, lutas, conflitos, negociações e acordos.....	63
2.5 As forças contrárias ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: UDR.....	66
2.6 A Organização da União Democrática Ruralista.....	67
2.7 Crescem os impasses com novas ocupações no Oeste.....	79
2.8 Ocupação da Fazenda Burro Branco: novo cenário no Oeste catarinense.....	85
2.9 Os dados levantados pela CPT, pelos Sindicatos e pelo MST.....	87
2.10 Abelardo Luz: conflitos e conquistas – 1980 a 1990.....	89
2.11 Acampamento: significado, formação e cotidiano.....	91
2.12 O caboclo, o pequeno produtor e o desafio do acampamento.....	94
2.13 Acampamento Fazenda Congonhas: 1987 a 1989.....	101
2.14 Violência e perseguições no acampamento.....	104

2.15	Ocupação da Fazenda Santa Rosa III – 1989.....	108
3	ASSENTAMENTO: A TERRA CONQUISTADA.....	113
3.1	Assentamentos rurais no Oeste catarinense: 1985 a 1997 a dura realidade.....	115
3.2	Assentamentos de Abelardo Luz: 2ª etapa do processo.....	117
3.3	Assentados: perspectivas e desafios.....	118
3.4	Aspectos da estrutura fundiária dos assentamentos em Abelardo Luz.....	120
3.5	A presença dos assentamentos na dinâmica social e política regional.....	122
3.6	Os assentamentos e sua organização interna: as famílias.....	122
3.7	Impactos fundiários e demográficos nas regiões de assentamentos.....	123
3.8	Associativismo e participação política.....	125
3.9	Assentamento José Maria: Contexto Histórico, caracterização e organização.....	126
3.10	As Cooperativas e o assentamento.....	132
3.10.1	COOPEAL.....	133
3.10.2	COOPERUNIÃO: posto de resfriamento de Leite.....	133
3.10.3	A COOPETRASC.....	135
3.11	Assentamento Santa Rosa III: a experiência do trabalho coletivo.....	137
3.11.1	Caracterização do assentamento.....	137
3.12	Realidade dos dois assentamentos.....	145
3.12.1	O acesso a créditos nos assentamentos e os impactos no comércio.....	145
3.12.2	A educação no assentamento.....	147
3.13	Formas de lazer nos assentamentos.....	149
3.13.1	Condições de vida da população assentada.....	150
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
	REFERÊNCIAS.....	163
	ANEXOS.....	169

INTRODUÇÃO

“Faziam planos e nem sabiam que eram felizes
Olhos abertos, o longe é perto, o que vale é o sonho”
(Música: Os Desgarrados
Composição: Sergio Napp e Mário Barbará Dorneles)

O presente trabalho propõe-se a refletir sobre a problemática da Terra no Brasil e a organização dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, do Sul do Brasil, a partir de estudo desenvolvido sobre a luta pela implantação da Reforma Agrária e os conflitos de Terra que surgiram a partir da década de 70, do século XX, quando fervilharam, em várias regiões do país, especialmente na região Oeste de Santa Catarina, Movimentos de luta por direitos sociais, inclusive, pelo direito a terra.

Ao longo da história, a terra tem sido o motivo principal de muitos conflitos e guerras de pequena e grande intensidade. A ganância e a sede de poder transformam as pessoas e as tornam insensíveis à dor alheia, à miserabilidade e à própria violência, causada por elas mesmas para atingir seus objetivos.

Na história do Brasil não foi diferente. Passados vários períodos de lutas pela terra, o latifúndio foi o grande vilão, desde a Lei de Terras de 1850, o tráfico negreiro, a imigração européia, estiveram ligados à questão da terra, e o latifúndio manteve-se. Adentramos a República e, com ela, houve formação das grandes oligarquias rurais, influenciando diretamente a Constituição de 1891 e, conseqüentemente, a Revolta de Canudos. Passamos pela Guerra do Contestado, e as oligarquias rurais foram crescendo e se fortalecendo, em contradição à grande massa de trabalhadores do campo, que foram expropriados e empurrados para o trabalho assalariado e/ou subemprego, não raro retornando ao campo, onde procuraram se organizar.

Os latifundiários, ao longo da história do Brasil, tiveram uma participação efetiva e decisória na política nacional. Na Nova República, o fato se repete; embora dividindo o poder com a forte burguesia comercial e industrial, estavam organizados em torno da UDR.

A Reforma Agrária foi uma das grandes promessas da Nova República, chegou para os trabalhadores do campo, como esperança de terem os conflitos de terra resolvidos. Enquanto, o presidente José Sarney, juntamente com o Ministro da Agricultura, Pedro Simon, e da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, lançavam o PNRA, oficializavam também, um conjunto de metas regionais a serem cumpridas em cinco anos, que também aumentava a expectativa dos trabalhadores rurais sem terra. Para Santa Catarina, o PNRA tinha como meta de assentamento 2.900 famílias, e um projeto de regularização fundiária das terras desses assentamentos, o que só se cumpriu em parte e com muita pressão.

Analisar essas questões é um dos objetivos deste trabalho, que pretende mostrar que o fator decisivo para acelerar o processo de Reforma Agrária, que resultou em assentamentos de várias famílias no Oeste, foi a organização e pressão dos agricultores pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Nesse contexto, a partir dos anos 80, a região Oeste catarinense tornou-se palco de grande agitação, pelo surgimento de vários Movimentos Sociais, na qual desponta um, o MST, que estrategicamente empreende uma das mais fervorosas lutas de trabalhadores rurais. Descontentes com a situação que se apresentava no período, com relação à política agrícola do governo militar e o descaso com os pequenos produtores, iniciam um processo intenso de mobilizações e protestos, o qual culminou com o surgimento de Mobilizados que conseguiram ocupar, da noite para o dia, simultaneamente, em uma ação conjunta e organizada, 18 propriedades, em sete municípios, surpreendendo a sociedade em geral.

As manifestações já vinham sendo registradas desde o final dos anos 70 e início dos anos 80, envolvendo os trabalhadores rurais contra os efeitos da modernização da agricultura, que favorecia os grandes empreendimentos rurais de caráter empresarial e colocava crescentes dificuldades de adaptação para a maioria dos pequenos produtores, quer pelos preços rebaixados dos produtos agrícolas, sobretudo os suínos, quer pelos altos preços dos insumos recentemente incorporados à produção, pela elevação dos juros dos financiamentos do setor bancário e retirada dos subsídios por parte do governo federal e que causou aceleração do processo inflacionário.

A partir desses fatos, começam a surgir, no Oeste catarinense, várias manifestações públicas de repúdio. A primeira ocorreu em Chapecó, em 1979, com a participação de cerca de 20.000 suinocultores, pequenos e médios produtores rurais, protestando contra o que chamaram de “Farsa da Peste Suína Africana”, que estava provocando uma queda ainda maior nos preços dos suínos, os quais já estavam defasados, e a interrupção de sua comercialização.

A partir da mobilização de Chapecó, sucederam-se outras, que foram formando uma determinada organização de trabalhadores, com algumas características especiais, ou seja, pela estratégia usada em sua estruturação. Apontamos aqui, sem desmerecer nenhum dos outros movimentos que tiveram sua excepcional contribuição no cenário político da região, o que mais nos chamou a atenção que foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela sua capacidade de organização interna e articulação com outros setores da sociedade, bem como a capacidade de extrapolar os limites de realidade local, abrangendo outras regiões e Estado, como Movimento em si, ou projetando lideranças para outros setores da sociedade.

Ao estudarmos esses fatos, algo nos intrigava e, ao mesmo tempo, vinham à tona diversas interrogações sobre os fatores que estiveram presentes na origem de tais mobilizações e que possibilitaram o desenvolvimento da capacidade de organização, nesse tempo e espaço determinado. Nesse sentido, Poli¹ diz: “[...] assim, permite-nos supor que esses movimentos, na sua diversidade, na verdade, podem ser tomados como um fenômeno único, ou melhor, com desdobramentos diferentes de um mesmo arranjo de fatores que se combinaram num dado momento da história”.

Cabe registrar que o surgimento dos movimentos sociais, como muitos estudiosos têm revelado, tem uma estreita relação com a crise provocada pela produção agrícola tradicional, da região, pelo processo de modernização da agricultura e também pelo trabalho desenvolvido pela Igreja Católica – principalmente, pela Diocese de Chapecó, sob a liderança de Dom José Gomes, bispo diocesano, que a partir do Concílio Vaticano II e das Conferências de Puebla e Medellín, dá um novo alento as suas concepções e passam a por em prática a opção pelos pobres e oprimidos. É inegável a contribuição da Comissão Pastoral da Terra, que priorizou a criação de novos espaços e estimulou a participação ativa dos leigos, ao mesmo tempo em que se tornou mais sensível aos problemas sociais.

¹ POLI, Odilon. *Caminhando com as próprias pernas: processo de mobilizações nos movimentos sociais do Oeste catarinense*. Dissertação de Mestrado. (Ciências Sociais Aplicadas à Educação). Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, 1995, p. 6.

Nessa perspectiva, as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) tornaram-se importantes espaços interativos, no interior das quais muitos movimentos sociais foram gestados.

A modernização agrícola agravou as condições de grande parcela de pequenos produtores rurais, quando estes, descapitalizados, não conseguiram se inserir no processo. Essa condição foi deslocando um grande contingente de trabalhadores para os centros urbanos e outras regiões do país. Nesse sentido, parece correto afirmar que o fenômeno da modernização foi geral a todos os trabalhadores do campo no Brasil, e que em menor ou maior grau, e mesmo de formas diferentes, fizeram sentir-se na maioria das regiões do país. Portanto, os fatores citados, parecem ser comuns em quase todas as regiões brasileiras.

O que parece ter sido diferente foi a reação dos trabalhadores atingidos pelo processo em cada região, revelado desde a simples reação ao êxodo rural até a tentativa de resistência no campo, a qual impôs uma situação em que reduzia não só a aquisição dos produtos no mercado, mas também a reação política, que surge sob forma de mobilizações.

Nesse contexto, o que mais chamou atenção foi o MST. Movimento que, apesar dos entraves, da violência, enfrentou e resistiu à pressão de grandes latifundiários, de parte da sociedade e das autoridades constituídas – o Estado. Diante dessas contestações é que se define o tema central do presente estudo: Por que uma considerável parcela dos trabalhadores do campo do Oeste catarinense mostrou-se disposta e capaz de reagir politicamente, através de mobilizações e da criação de movimentos organizados, capaz de superar os limites da realidade local, fazendo emergir diversos sujeitos sociais numa ação coletiva a partir da construção de uma nova identidade, próprias dos sujeitos do campo, que parece ser particular do MST do Oeste catarinense, e que os levou à conquista da terra? Por que é que, a partir do trabalho da Igreja, esses trabalhadores conseguiram passar de trabalhadores anônimos, marginalizados e incapazes de autorrepresentar no campo político, para defenderem seus interesses, a sujeitos políticos autônomos, capazes de assumir seu próprio destino? Quais fatores contribuíram para que Santa Catarina produzisse o trabalhador sem terra?

Para encontrar respostas a essas perguntas, optamos em termos metodológicos por um processo de análise, que combina elementos teóricos, com depoimentos orais dos sujeitos envolvidos no processo. Entendendo que a teoria se constitui de uma importância fundamental para compreensão da realidade investigada, é que o presente estudo buscou dividir o trabalho em duas partes: primeiro o embasamento teórico, por entender serem necessários subsídios para a compreensão do tema, e também por uma concepção de que

os elementos teóricos são princípios basilares para se compreender a realidade estudada. Segundo, buscar nos depoimentos orais, através de entrevistas de lideranças, baseado em experiência de cada ator, dentro do processo histórico em questão. Conforme escreve Tedesco²: “[...] a memória nos ajuda a identificar formas de pensar no decorrer do tempo, produz sujeitos históricos e faz entender esquecimentos, revigorar símbolos e reconstruir a vida pelo veio da narração da experiência”.

No processo desencadeado pela pesquisadora, procurou-se adotar uma postura de não impedir e, ao contrário, estimular o relato de experiência pessoal do entrevistado, mas que tivesse referência ao tema estudado.

É importante ressaltar que a pesquisa de campo é representativa. Não há possibilidade de trabalharmos com todos os núcleos do assentamento e aprofundarmos a análise, visto que são vários núcleos, sendo necessária a delimitação do espaço. Por esta razão, tornou-se necessário um recorte. A escolha dos núcleos teve como razão a heterogeneidade, partimos do princípio que, constituídos da mesma raiz, enquanto luta, resistência e posse da terra, têm, na realidade, uma considerável distância social e econômica e uma perspectiva de vida diferente. Enquanto o núcleo José Maria tem uma tendência ao desenvolvimento em diversos setores, como educação, organização comunitária, trabalho cooperativado e espaço de lazer, mesmo que limitado, o núcleo Santa Rosa III insere-se numa realidade um tanto precária, num regime de trabalho considerado coletivo, porém contraditório, com quatro famílias integradas e com meras condições sobrevivência.

Para realizar as entrevistas, fizemos quatro visitas aos assentamentos. Uma delas foi de um dia, em julho 2008, para diagnóstico, e contamos com as lideranças para mapearmos e agendarmos as demais entrevistas. A segunda aconteceu em dezembro de 2008, e nessa visita ficamos dois dias, quando já estávamos com o trabalho encaminhado, visitamos cinco famílias, gravamos as entrevistas previamente agendadas e encaminhamos um questionário para 30 assentados.

Voltamos em fevereiro de 2009, para recolher o material, mas só 09 pessoas estavam com as entrevistas. Ficamos dois dias, e foi muito interessante a atenção dada pelas lideranças e pelos demais assentados, eles são muito hospitaleiros. Inclusive, nos ofereceram hospedagem e alimentação, o que nos chamou a atenção, pois percebemos que

²TEDESCO, João Carlos. Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo. UPF. 2004, p. 93.

essas atitudes são típicas de cultura do caboclo que, aliás, é forte entre os assentados e, às vezes, causa muitos atritos.

A quarta e última visita foi em maio de 2009, e essa foi específica nos assentamentos estudados. Em dois dias, visitamos vários empreendimentos do Movimento – cooperativas, pequenas agroindústrias – e tivemos contato com os moradores aleatoriamente, além das lideranças. Nesse dia, visitamos, na sede do município, a central da Cooperativa do Movimento – as instalações da COOPEAL – e entrevistamos as lideranças que não estão nos assentamentos.

Entre os movimentos sociais surgidos no Oeste catarinense, optamos pelo MST por se constituir em um Movimento que encontrou maior respaldo político entre os trabalhadores do campo e, ao mesmo tempo, gestou um processo de luta pela Reforma Agrária, o qual, se não resolveu o problema da terra como um todo, conseguiu desafiar seus próprios limites, ao ocupar, resistir e principalmente assentar centenas de famílias na região.

O MST se destacou como Movimento porque se empenhou na luta por uma sociedade democrática, mais justa, na qual as diferenças sociais não fossem tão gritantes. Lutou não só pela aquisição da terra, mas também pelos direitos e pela dignidade da pessoa humana, sobretudo o direito a terra e o direito à vida. Com sua estratégia de luta, procurou desestabilizar a lógica estabelecida pelas grandes propriedades: produzir para exportar ou, se não tem terra, trabalha para quem tem.

O presente trabalho propõe-se a analisar questões que, em Santa Catarina, foram decisivas para o processo de surgimento do MST e para que a luta pela implantação da Reforma Agrária se desencadeasse com eficiência, entre 1985 e 1997. Nesse contexto, citamos a organização dos agricultores do oeste catarinense como imprescindível às questões mobilizadoras na região.

Apontaremos os processos de mudança provocados pelos assentamentos rurais no Brasil, e as condições estruturais que se exige para uma análise das contradições existentes nas relações sociais de produção e as políticas internas a eles direcionadas.

Mesmo constituído em duas fases, o trabalho subdivide-as em três capítulos. No primeiro, analisaremos a estrutura fundiária de Santa Catarina, focalizando a questão: Se Santa Catarina era considerado um Estado de constituído por pequenos agricultores³, como

³ O Estatuto da Terra, art. 4º, IV, define Pequena propriedade ou Propriedade familiar como “o imóvel rural que, direta e pessoalmente, é explorado pelo agricultor e sua família absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros”. Com o advento da Lei nº

produziu tantos trabalhadores Sem Terra? Qual o impacto da modernização da agricultura e da mecanização da lavoura para os pequenos produtores rurais?

No segundo capítulo, a temática revela a histórica trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Santa Catarina e sua dimensão, como articulador de todo o processo de luta pela distribuição de terra desde as ocupações até os assentamentos na região Oeste catarinense. A importância da análise reside no fato de recuperar a dimensão fundamental e constitutiva do mesmo, a partir da relação dialética, da luta pela Reforma Agrária, que culminou com o maior assentamento de trabalhadores rurais do Sul do Brasil, no município de Abelardo Luz. Lutas que se constituíram por desencontros, avanços e recuos, não apenas exteriorizadas, mas como definidoras de sua interioridade, da sua especificidade. Analisaremos as contradições vividas, as experiências cotidianas do acampamento, num processo não linear, mas no grau de sua articulação, que revela maior homogeneidade da luta em seus vários conflitos particulares.

O enfoque permite conceber os próprios movimentos como expressão contraditória das relações e condições econômicas, políticas e culturais que os engendram. Trazemos a contribuição da Igreja Católica, junto ao MST, principalmente da Igreja Católica local, sob a liderança de Dom José Gomes, Bispo Diocesano. A análise é um recorte do processo da sociedade como um todo e específico nos movimentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra, onde o cenário do campo é a face agrária de uma sociedade que vive uma aceleração histórica sucedendo-se rapidamente.

Nesse contexto, abordaremos os processos de modernização da agricultura ocorridos a partir da década de 70, no Brasil, e seus reflexos na economia da região, período em que a crise promoveu o vertiginoso abandono do campo, pelos pequenos trabalhadores rurais. Em meio ao processo de modernização, analisaremos os efeitos da crise na suinocultura, com o advento da Peste Suína Africana e os prejuízos sofridos por uma parcela grande de pequenos produtores, a qual culminou com o grande êxodo rural. Pouco conhecida na região, mas com consequências drásticas para a produção tradicional, até então desenvolvida na região, o episódio da Peste Suína Africana foi um dos maiores impulsionadores dos movimentos sociais no Oeste catarinense ocasionando como consequência, as mobilizações dos trabalhadores rurais, que culminaram com o processo das ocupações.

6.746/80, que estava diretamente vinculada ao ITR, o tamanho considerado passou a ser o módulo fiscal, limitado em 04 Módulos Fiscais, ou seja, 72 hectares, podendo divergir em cada município e que contempla: o tipo de exploração predominante, a renda obtida com esta exploração. Segundo a EPAGRI de SC, o conceito de pequena propriedade é também atribuído à agricultura familiar. Este último é o mais utilizado atualmente.

O terceiro capítulo propõe-se a analisar dois núcleos do assentamento do MST, no município de Abelardo Luz, dos 23 núcleos existentes, onde se encontram assentadas 1500 famílias de trabalhadores rurais, num total de, mais ou menos, 5000 pessoas, as quais trabalham na perspectiva de construir alternativas, de se reproduzirem enquanto trabalhadores da agricultura e a expectativa de uma nova sociedade.

Portanto, a análise surge a partir da construção de um novo paradigma, que se faz necessário para uma nova visão de sociedade. Esse capítulo traz um novo questionamento: diante da organização e das formas de relações de produção e do novo sujeito da revolução social e política, quais os impactos políticos regionais dos assentamentos? Quais seus grandes desafios?

1 A REFORMA AGRÁRIA EM SANTA CATARINA E OS CONFLITOS PELA TERRA NO OESTE: 1970 A 1985

O presente capítulo tem como objetivo abordar o contexto histórico da constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST⁴) em Santa Catarina, analisar os efeitos da colonização da Região Oeste catarinense e como vivia o camponês, morador da região. Analisaremos, também, a situação econômica dos pequenos agricultores familiares, descendentes de imigrantes que migraram para o Oeste catarinense nesse período. E ao mesmo tempo, queremos compreender: Se Santa Catarina era considerado um Estado constituído por pequenas propriedades⁵, por que surgiram tantos conflitos sociais em relação a terra? Como Santa Catarina produziu o trabalhador Sem Terra?

Para compreendermos como se processou a ocupação territorial de Santa Catarina faz-se necessário aprofundar a discussão do trabalho em alguns elementos que consideramos extremamente importantes no cenário de ocupação do Estado. Por que o Oeste de Santa Catarina foi alvo de tantas ocupações? Em que medida as questões políticas intensificaram a problemática da terra?

Nesse contexto, abordaremos o processo de modernização do campo ocorrido na década de 70, no Brasil, e seus reflexos na economia da região, principalmente na suinocultura, período em que a crise provocou o abandono do campo pelos trabalhadores rurais. Não podemos deixar de mencionar a contribuição da Igreja Católica progressista, como elemento fundamental na mediação do processo de constituição do MST na região.

⁴ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

⁵ O Estatuto da Terra considera pequena propriedade ou propriedade de agricultura familiar as áreas menores do que a estabelecida pelo mesmo, ou seja, possuem até quatro módulos fiscais, que é igual a 72 hectares. (um Módulo Fiscal possui 18 hectares). Em Santa Catarina, 95% das propriedades rurais possuem até 50 hectares, incluindo a região Oeste do Estado. Conforme Relatório da EPAGRI/2007.

1.1 Movimentos sociais no campo

Segundo Lisboa⁶: “[...] todas as lutas das categorias sociais, cuja existência não está baseada no trabalho assalariado são consideradas lutas condenadas, sem importância histórica”.

A história das lutas pela terra mostra que, no interior do conjunto dos trabalhadores rurais, existem diferenciações de classe resultantes da expropriação imposta pela expansão do capitalismo. Por conta dessas diferenças, surgiram as principais categorias que compuseram o campesinato brasileiro: sitiantes, colonos, parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, posseiros, sem terra, peões, boias-frias, índios, todos eles trabalhadores rurais que combinaram diferentes condições sociais, econômicas, políticas e culturais.

Segundo Martins⁷: “[...] esses trabalhadores na sua grande maioria foram expropriados de suas terras formando uma massa de lavradores que se transformaram em proletários rurais ou trabalhadores sem terra”. Ao serem expropriados, os mesmos são como trabalhadores livres, não sendo mais proprietários nem dos instrumentos de trabalho nem dos objetos, matérias-primas, não têm alternativa senão venderem sua força de trabalho ao capitalismo do patrão; perdendo assim, sua autonomia e sua liberdade.

No Brasil, os trabalhadores do campo permaneceram resignados com a exploração de seu trabalho durante muito tempo. Até a década de 70, conheciam-se poucos movimentos sociais do campo. Os que até então se destacaram por sua irreverência e espírito de luta, entre outros foram:

- Movimentos messiânicos, como a Guerra de Canudos na Bahia (1896) e a Guerra do Contestado em Santa Catarina e Paraná (1912-16);
- As Ligas Camponesas no Nordeste (década de 60), que foram dizimadas pelo Golpe de 64;
- O Movimento de Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER), fundado por Leonel Brizola quando era governador do Estado e extinto durante o regime militar (1964 a 1984).

A partir da década de 70, os agricultores perceberam as contradições de terem as condições de trabalho e vida subordinadas e dependentes da agroindústria e do modelo

⁶ LISBOA, Teresa Kleba. Florianópolis: UFSC, 1988, p. 29.

⁷ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes: 1981, p. 152.

tecnológico que ela impunha. Com isso, tentaram criar novas bases para sua reprodução, formando grupos e se organizando em movimentos.

Conforme analisa Silva⁸, algumas possíveis causas desencadearam a intensa mobilização dos agricultores na Região Sul e especificamente em Santa Catarina, as quais poderiam ser encontradas nos seguintes fatos:

- a) O avanço do capitalismo, ou seja, a industrialização do campo incrementou as monoculturas da soja, cana-de-açúcar, fumo e outros, expropriando os pequenos proprietários e levando, inclusive, à concentração de terras;
- b) Serrão⁹, “[...] Em 1978/79 ocorreu a chamada Peste Suína. Os colonos acreditavam que a doença estava sendo forjada pelas multinacionais que, na época, queriam introduzir suas matrizes - Landrace¹⁰ no País”.
- c) O aumento das Empresas Rurais ou agroindústrias de aves, suínos, maçã e fumo obrigaram o agricultor a trabalhar num sistema integrado;
- d) Scherer-Warren¹¹, “[...] o papel da Igreja Popular, que passou a atuar no campo através da CPT¹² e da CEBs¹³, conscientizando os agricultores sobre a participação e a democratização, avançando cada vez mais na defesa dos direitos humanos”;
- e) O projeto de construção de barragens ao longo do Rio Uruguai, que deixou milhares de famílias desalojadas, Sem Terra;
- f) A influência do Novo Sindicalismo dos metalúrgicos do ABC¹⁴ fez com que os agricultores se organizassem e lançassem uma oposição sindical no campo.

As constantes mobilizações foram criando grupos com novas culturas políticas, com consciência de seus direitos, e assim, instituindo um processo de desterritorialização, ou seja, a comunicação dos integrantes foi aos poucos, exigindo deslocamento de seus

⁸ SILVA, Cesar A. F. Santa Catarina, Reforma Agrária nela. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Campinas. São Paulo: 12 – 37. Nov/dez.1982.

⁹ SERRÃO, Ubiratan M. Peste Suína. *Boletim de Defesa Sanitária Animal*. Brasília. Ministério da Agricultura. Edição especial, p. 22-35.

¹⁰ A raça Landrace foi desenvolvida na Dinamarca a partir do cruzamento do suíno nativo com o da raça Large White. Esse cruzamento foi melhorado durante anos sob controle rígido do governo; sua criação visava à produção de toucinho e um animal adaptado ao sistema intensivo de criação. Atualmente, é a segunda raça mais popular de suínos (Taylor et al., 2005) e com aptidão predominante da raça para produção de carne. Para atender essa produção, são produzidos animais precoces, com fecundidade boa: 10 a 12 leitões possuem crescimento rápido (FZEA-USP, 2005) e peso ao desmame superior ao de outras raças. Além disso, é uma raça que produz pernil longo e capaz de produzir excelentes presuntos (Taylor et al., 2005). Em virtude das características promissoras da raça, o melhoramento animal tinha por finalidade aperfeiçoar a produção.

¹¹ SCHERER-WARREN, Ilse. *O movimento dos trabalhadores rurais do Sul do Brasil*. Florianópolis: out.1985, p. 10. Texto.

¹² Comissão Pastoral da Terra.

¹³ Comunidades Eclesiais de Bases.

¹⁴ Cidades Paulistas; Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, onde se localizam grandes indústrias automobilísticas.

integrantes, que conseguiram alcançar o Estado de Santa Catarina em seu extremo, como os municípios de fronteiras.

Ao obter clareza que seu direito a cidadania passava pelo direito a terra, e que esta, só viria através de uma Reforma Agrária ampla, os trabalhadores organizados centram na terra seu objeto de luta. A necessidade fez com que diferentes sujeitos se engajassem em grupos similares nos quais, suas lideranças lhes propiciaram, através do conhecimento, o crescimento da consciência política, fazendo com que os integrantes se sentissem sujeitos de sua própria história. Segundo Grzybowski¹⁵:

A Reforma Agrária se tornou o símbolo de luta e identidade social dos movimentos sociais do campo. Como expressão carregada de conteúdo simbólico, a Reforma Agrária está incorporada à prática política destes movimentos, pois dela depende a ampliação da participação econômico-social dos trabalhadores rurais.

A organização dos trabalhadores teve como consequência a mudança do vocabulário político em relação a denominação do homem do campo, até então denominado colono¹⁶, passando a ser denominado camponês¹⁷ formulando uma identidade nova, pois até então era confundido como matuto, caboclo, lavrador. A partir dos anos 80, com a organização do Movimento Sindical dos trabalhadores rurais, criou-se o termo ‘trabalhador rural’ para reunir todas as categorias que vivem do trabalho da terra.

Dentre os Movimentos Sociais que se desenvolveram nas últimas décadas, Grzybowski, Martins e Scherer-Warren, apontam: a) Movimento dos Assalariados (MA); b) Movimento dos Posseiros (MP); c) Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA); d) Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB); e f) Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Esses movimentos incorporaram os valores dos novos movimentos sociais, pois, possuíam características similares e lutavam por maior democratização da sociedade.

¹⁵GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Fase/Vozes, 1990, p. 75.

¹⁶Era a denominação dada ao trabalhador rural estrangeiro que veio para o Brasil, logo após o fim da escravidão. Esses trabalhadores, que aqui chegavam, trabalhavam em regime de colonato, ou seja, moravam na fazenda, trabalhavam nas lavouras e recebiam em troca parte da colheita. Também podiam cultivar para seu próprio sustento em certas partes da terra.

¹⁷A utilização do termo “camponês” parece ter sido fator de auto-identificação e de unidade para designar categoria de trabalhadores do campo, em oposição a um adversário comum, politicamente denominado pelas lideranças como “o latifúndio”. Sendo as camadas representadas basicamente dependentes da produção direta em terra cedida, alugada ou própria podemos compreender porque se aglutinaram em torno de reivindicações ligadas à posse e ao usufruto imediato da terra.

1.2 A Questão Agrária em Santa Catarina e os Conflitos de Terra

Com relação à questão agrária em Santa Catarina, é importante destacar que o Brasil possui uma distribuição fundiária imensamente desigual, com grandes latifúndios espalhados por todas as regiões e enormes quantidades de trabalhadores rurais Sem Terra. Santa Catarina não difere muito em números gerais, apesar de muitos pesquisadores relacionarem o Estado catarinense ao minifúndio.

Estudos realizados por Pozzobon¹⁸, em Santa Catarina, mostram: “[...] que a partir de 1970, a concentração de terras tendeu a aumentar, resultado de uma política que privilegiou os grandes investimentos e o grande capital em detrimento da democratização da pequena propriedade”. O cadastro regional do INCRA para Santa Catarina apresentou mais ou menos 90.000 imóveis abaixo de 10 hectares, que, segundo o próprio Instituto, é considerada área insuficiente para uma família média (entre 6 e 7 membros), como era a formação da maioria das famílias nesse período, se desenvolver econômica e socialmente.

Dados levantados pelo INCRA apontam um real aumento das grandes propriedades em Santa Catarina, de 1970 para 1980, os imóveis de até 50 ha aumentaram de 88,5% para 89% e diminuíram sua participação na área de 42% para 39%. No entanto, os imóveis com mais de 100 ha, permaneceram inalterados no mesmo período, mas aumentaram sua participação em relação à área de 44% para 48%. Verifica-se que a propriedade tendeu a fragmentar em áreas de pequenos extratos e a incorporar em áreas de extratos maiores.

Em Santa Catarina, o governo do Estado, ao financiar os grandes empreendimentos agroindustriais como a Perdigão, a Sadia e a Aurora – que se utilizavam de sistemas integrados¹⁹ de produção de matéria-prima: maçã, aves, suínos e fumo – fez com que os

¹⁸POZZOBON, Dornelles A. *Aspectos da estrutura fundiária de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1986. Texto.

¹⁹A iniciativa privada trouxe para o País, na década de 50, o modelo da Integração e com eles um pacote tecnológico que formou uma cadeia produtiva das mais eficientes do País, que não depende de financiamentos bancários rurais ou subsídios. Os investimentos da empresa estão vinculados ao produtor integrado, ao mesmo tempo em que todas as condições, orientações e exigências vinculam o produtor ao sistema. A produção de aves e suínos, principalmente, é baseada no Sistema de Integração, a empresa fornece a seus integrados os recursos necessários à produção dos animais (rações, assistência técnica, financiamentos, etc) até o momento do abate. O integrado é um produtor de mercadorias para agroindústrias e outros setores que objetivam a circulação mercantil. Mesmo sendo proprietário da terra e de outros meios de produção, tem a organização da produção determinada externamente pela agroindústria (TEDESCO, 1994), e acrescenta-se que hoje, em grande medida, pelos segmentos que atuam na distribuição onde, pelo fato de estarem mais próximos do mercado consumidor, começam a emitir sinais para trás na cadeia produtiva, influenciando também nas tecnologias e processos produtivos, seja nos segmentos fornecedores para a agricultura, nas unidades agrícolas ou mesmo nas agroindústrias. No âmbito global, embora o produtor integrado conserve certa autonomia tanto produtiva como de meios e de relações empregadas no processo de produção, o segmento industrial do setor é que tem revolucionado a base

pequenos proprietários, mesmo sendo proprietários de terras, se tornassem semi-empregados dos frigoríficos, indústrias e das grandes corporações.

Nesse sentido, o governo estadual esteve longe de realizar políticas públicas a fim de conceder empregos aos assalariados, preferiu privilegiar as empresas rurais, com suas monoculturas e imóveis para a especulação. No entanto, as empresas rurais se tornaram outro problema para o campo, pois, além de estreitarem seus privilégios com os reflorestamentos e a monocultura, não cumpriram sua função social, que era conceder empregos aos assalariados.

Assim constatamos, que o favorecimento a agroindústria provocou: de um lado, o avanço da grande propriedade sobre a pequena em termos de apropriação de terra, e de outro, a dificuldade de autorreprodução dos trabalhadores rurais, que passam a ter, excedentes populacionais, originando os Sem Terra. Esse processo, além de se efetivar com benefícios oriundos das políticas agrícolas e agrárias, tornou-se um propulsor do êxodo rural.

Dados levantados pelo INCRA mostraram que a utilização da terra aproveitável em Santa Catarina não era total. Havia uma área real para ser aproveitada de 7.169.040,5 ha, e a exploração era de 5.179.533,3 ha, restando ainda 1.989.507,2 ha de terra aproveitável não explorada. Os dados apresentados na tabela abaixo mostram o índice de concentração da propriedade da terra em Santa Catarina e no Brasil, medida realizada pelo índice de GINI²⁰.

Tabela 1 – Índices de concentração da terra em diferentes níveis

	1960	1970	1980
Brasil	0,842	0,844	0,859
Região Sul	0,727	0,727	0,746
Santa Catarina	0,667	0,647	0,676

Fonte dos dados: Cadastro de Imóveis Rurais - INCRA, de 1960, 1970 e 1980²¹

técnica do processo produtivo e praticamente assumido o controle estratégico das cadeias de frangos e suínos. A atividade está inserida num universo tecnológico, o qual exige um completo sincronismo e simultaneidade entre o mercado, a empresa e o produtor, onde todas as práticas são controladas organicamente pela empresa. Disponível, em 1999, no site: <<http://www.ufpel.tche.br/faem/agrociencia/v5n2/artigo21.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2009.

²⁰GINI – Calcula o grau de concentração de renda que pode variar de zero a um. Indicando o grau de desigualdades que existe numa distribuição de renda. Se ele for zero, significa uma distribuição justa e igualitária – todos ganham salários iguais. Se ele for um, significa que apenas um trabalhador, sozinho, ganha o total da massa salarial – concentração máxima. Portanto, quanto mais próximo de zero for o índice de GINI, melhor é a distribuição de rendimentos pelas pessoas ocupadas. No caso, aqui se aplica a distribuição da propriedade da terra.

²¹POZZOBON, D. A. 1986. Texto.

A concentração de terra acentuou-se nas décadas de 70 a 80, evidenciando que Santa Catarina acompanhou o ritmo do processo de concentração brasileira, embora se constatasse que, nesse estado, o ritmo foi menos intenso.

O mesmo estudo apresenta uma comparação da evolução da concentração de terras no Brasil, Região Sul e em Santa Catarina no período de 1960 a 1980, inclusive revelou que a lógica da constituição e da preservação da grande propriedade se manteve durante toda a história. Os poucos espaços abertos à pequena propriedade nunca chegaram a comprometer a tendência mais geral de favorecimento da grande propriedade em detrimento da pequena. O estudo dessa lógica se revelou numa estrutura fundiária em que a propriedade da terra era altamente concentrada.

Ao comentar os índices de GINI, Silva²², afirma que “[...] o Brasil possui uma das estruturas agrárias mais concentradas do mundo”, e continua: “[...] nela convivem lado a lado, grandes extensões de terras subaproveitadas, ou até totalmente ociosas e milhões de famílias Sem Terra ou com áreas insuficientes para seu desenvolvimento social e econômico”.

Conforme Lisboa²³, “[...] o padrão de utilização de terra ociosas no Brasil, era proporcional ao tamanho da propriedade”. Segundo estimativas da Secretaria Nacional do Movimento dos Sem Terra, existiam no Brasil milhões de famílias Sem Terra:

Só em Santa Catarina, segundo a mesma fonte, esse número é de 140 mil famílias. Além disso, o Cadastro Nacional do INCRA revela em 1985, que em Santa Catarina, 92.629 imóveis rurais possuíam menos de 10 hectares, insuficientes, portanto, para uma família se desenvolver econômica e socialmente, segundo os critérios do próprio INCRA.

Em Santa Catarina, os dados do IBGE²⁴ mostram que no período de 1970 a 1980, a população do Estado sofreu uma reversão profunda: 1.088.091 pessoas migraram do campo para a cidade. Em termos proporcionais, a população rural passou de 57% em 1970, para 40,62% em 1980.

Mesmo com a grande concentração de terras, tem-se presente também que a maioria dos produtores de Santa Catarina se constituiu de pequenos proprietários que empregaram basicamente mão-de-obra familiar. Dados levantados pelos censos agropecuários

²² SILVA, J. G. 1981. Apud POLI, O. 2008, p. 35.

²³ LISBOA, T. K., 1988, p. 49.

²⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

realizados pelo IBGE deram conta de que, em 1970, esses proprietários detinham cerca de 80% dos estabelecimentos rurais e suas áreas abrangiam 91% da área agrícola estadual. Em 1980, essas áreas baixaram para 89% e 79% respectivamente. Sobre a questão, Martins²⁵ comenta:

O crescimento da concentração de terras tem ocorrido, sobretudo, a partir de 1970, onde também ocorreu, um grande crescimento do trabalho familiar na agricultura. Assim, no mesmo período, enquanto a terra se concentra nas mãos dos grandes proprietários, as unidades de produção, estão em proporções cada vez maiores, nas mãos dos pequenos produtores, que trabalham em regime familiar.

Ao mesmo tempo, verificou-se um revigoramento das três categorias de produtores não proprietários, ou seja, os arrendatários, os parceiros e os meeiros. Esse processo crescente de concentração de terras de poucos proprietários desencadeou, entre 1970 e 1980, o maior deslocamento de pessoas do campo para a cidade. Conforme Lisboa²⁶:

Cerca de 200 mil pessoas migraram dos campos para as cidades, no Estado. AFETAESC²⁷ estima em 100 mil o número de bóias-frias existentes no meio oeste catarinense e em torno de 140 mil famílias de trabalhadores rurais Sem Terra, entre bóias-frias, meeiros e posseiros, sem contar um grosso contingente de jovens em idade de casamento que também precisavam de um pedaço de chão para morar e trabalhar.

Esses dados, mesmo bastante pontuais, evidenciaram a realidade de exclusão e/ou de participação marcadamente marginal dos camponeses no processo de produção econômica brasileira, mesmo quando nela desempenharam funções importantes. Sua exclusão ou marginalidade não se refletia na ausência de funções. Pelo contrário, sobretudo em termos de produção de gêneros para consumo interno, sua participação foi significativa.

Sobre a condição de exclusão do camponês, Santos²⁸ diz: “[...] o que revela sua marginalidade e/ou exclusão é a total impossibilidade de controle sobre as condições de produção e de mercado para seus produtos”. Nesse sentido e, sobre a situação camponesa,

²⁵MARTINS, J. de S., 1981, p.77.

²⁶LISBOA, T. K., 1988, p. 52.

²⁷Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina.

²⁸SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Os colonos do vinho: um estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

Lacerda²⁹ diz: “[...] ele participa no mercado como produtor simples de mercadoria, como proprietário, mas não tem poder de determinar as condições de sua contradição”.

A exclusão econômica refletia-se em termos de marginalização cultural e, com muita frequência, em condições sociais adversas. Tais condições foram, ao longo da história, a principal causa das tensões e conflitos no campo. Scherer-Warren³⁰ diz: “[...] essa situação refere-se à existência de uma tripla exclusão relativa – econômica política e cultural/ideológica presente em toda a história brasileira”.

A agudização dessas contradições provocou, no final dos anos 70, uma verdadeira explosão no campo. Os conflitos reprimidos pelo governo militar nos primeiros anos do golpe reapareceram com maior intensidade.

1.3 Violência no campo em Santa Catarina a partir de 1970

A violência que permeou as relações sociais no campo existiu desde a época das sesmarias³¹. Porém, após o golpe militar de 1964, foi intensificada, e o Brasil passou por um saneamento político. Minc³² analisa, “[...] as Ligas Camponesas³³ foram desmanteladas e seus dirigentes perseguidos, presos, torturados [...] a estrutura dos sindicatos rurais foi subordinada à CLT³⁴ o que autorizava o Ministério do Trabalho a interferir e afastar os dirigentes eleitos por simples decreto- lei”. Martins diz: “[...] as grandes inquietações no campo, os conflitos cada vez mais numerosos, foram determinados pelo processo de expropriação da terra”.

²⁹LACERDA, Guilherme Narciso de. *Capitalismo e produção familiar na agricultura brasileira*. São Paulo: USP, 1985.

³⁰SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

³⁴A sesmaria era a concessão de terras no Brasil pelo governo português com o intuito de desenvolver a agricultura, a criação de gado e, mais tarde, o extrativismo vegetal, tendo se expandido à cultura do café e do cacau. Ao mesmo tempo, servia para povoar o território e a recompensar nobres, navegadores ou militares por serviços prestados à coroa portuguesa. O sistema de sesmarias do Brasil era um prolongamento do sistema jurídico português, estabelecido pela lei de 26 de maio de 1375 e baixada por D. Fernando. A sesmaria representava a exploração econômica da terra de maneira rápida, tendo fundamentado a organização social e do trabalho desenvolvida no Brasil, assim como o latifúndio monocultor e escravagista (GUIMARÃES, 1997).

³²MINC, Carlos. *A reconquista da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

³³Associações de trabalhadores rurais, criadas inicialmente no Estado de Pernambuco e posteriormente se disseminaram por todo o Nordeste, Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do país exercendo intensas atividades sociais, no período de 1955 até a queda de João Goulart, em 1964.

³⁴Consolidação das Leis Trabalhistas.

O desenvolvimento do capitalismo no campo foi se dando de forma a manter a estrutura fundiária, baseada na concentração de muitas terras nas mãos de poucos e alterando a base técnica da produção. Martins³⁵ afirma que:

Foi o próprio capital incentivado pelo Estado Militar, que sem desejar, liberou o demônio político das lutas camponesas em todas as regiões do País. Paralelamente à expansão do capitalismo no campo houve a expansão das lutas dos trabalhadores. Houve também, disseminação da luta pela terra, a difusão de concepções paralelas e antagônicas do direito vigente e dominante.

A modernização e a mecanização da lavoura geraram desemprego e provocaram intenso processo migratório de consequências sociais graves, como subemprego, urbanização e favelização. Provocou também, uma especulação em relação à propriedade da terra, aumentando a pressão e a violência sobre os posseiros. A crescente concentração de terra no Estado expulsou o trabalhador do campo e provocou a diversificação da violência utilizada sobre os mesmos. De acordo com Lisboa³⁶:

O trabalhador do campo, geralmente sofreu de violência tríplice, quando nos embates ostensivos ocorreram assassinatos, espancamentos e prisões, que se manifestaram nos atos de grilagem, expulsões, assassinatos, queima de casas, destruição de roças e despejos.

Esta foi a chamada violência física. Mas existiu, e não em menor proporção, a chamada violência judicial, aquela em que o trabalhador enfrentou uma justiça comprometida com grandes proprietários e juizes corruptos. E a terceira foi a violência governamental que, ao invés de intervir junto à justiça em favor do trabalhador, passou a interferir administrativa e militarmente contra ele.

Além da violência declarada e aberta, estavam as formas de violência mais sutis, como, por exemplo, despejos, expropriação, arrendamento e invasões, que por serem cometidas por meios de medidas judiciais ou por meios entendidos como fim, gerou situações de conflitos de ordem muito grave. Esses subterfúgios acometidos se materializaram na medida em que os responsáveis – INCRA, governo, grandes

³⁵MARTINS, J. S. de. 1981, p. 75.

³⁶LISBOA. T. K. 1988, p. 56.

proprietários e a polícia – não cumpriram a legislação e, por conta disso, os direitos dos trabalhadores e as normas do Estatuto da Terra foram violados. Segundo Lisboa³⁷:

Há ainda outra forma de violência considerada por muitos como a forma mais cruel, de prejudicar os trabalhadores, é o esforço direcionado para silenciar a voz dos trabalhadores do campo, evitando assim, que se utilize das mídias, para que ideologicamente se crie uma falsa teia de solidariedade.

Os dados sobre conflitos no campo mostram que eles caminharam sempre em proporção direta ao agravamento das condições de vida dos camponeses. Segundo Martins³⁸, “[...] no período de 1971 a 1976, em cada um dos conflitos noticiados teve vítimas, das quais mais de 50% corresponderam casos de morte, o que indicou um alto grau de violência atingido na disputa pela terra”.

A desapropriação gerou conflito, na medida em que não cumpriu a legislação existente no tocante às indenizações e não se respeitou as necessidades e os direitos dos trabalhadores. Para Grzybowski³⁹:

O arbítrio e a violência de grandes empresas, latifundiários, empreiteiros, grileiros e seus jagunços ou capangas, pela total impunidade e conivência do Estado, os direitos mais elementares tendem a estar acima da legalidade instituída, desrespeitando ou ignorando.

Contudo, podemos afirmar que as grandes inquietações no campo, os conflitos cada vez mais numerosos, foram determinados no processo de expropriação da terra.

Os dados levantados pelo MST-IBASE⁴⁰ revelaram “[...] que em 20 anos de regime militar foram assassinados 1.106 Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil”. Em 1985, primeiro ano da Nova República, foram assassinados dez vezes mais trabalhadores rurais, cujo número chegou a 222 pessoas. Prova de que os conflitos se acirraram ainda mais.

Em Santa Catarina, ano após ano, cresceram os conflitos, consequência dos embates pela posse e uso da terra. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na década

³⁷LISBOA, T. K. 1988, p. 54.

³⁸MARTINS, J. d e S. 1981, p. 12.

³⁹GRZYBOWSKI, C. 1987, p. 51

⁴⁰IBASE. *Assassinatos no campo: crime e impunidade: Campanha Nacional pela Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 8 e 14.

de 1980 havia 24 áreas de conflitos no Estado. E a própria CPT relacionou os municípios onde os conflitos eram maiores e mais acirrados: Campo Êrê, Pinhalzinho, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Matos Costa, Lauro Muller, Orleans, Três Barras, Monte Castelo, Águas Mornas, Urussanga e Abelardo Luz. Esses quase sempre decorrentes da disputa pela terra, quando grandes empresas rurais, madeireiras e frigoríficos, que se instalaram em áreas onde viviam os posseiros, tentaram expulsá-los do local, da construção de barragens pela ELETROSUL⁴¹, que segundo estimativa do MAB, atingiu mais de 40.000 mil famílias em 77 municípios.

Nesses embates foram registrados pela CPT, em Santa Catarina, através do jornal *Cheiro de Terra*⁴², dois assassinatos no campo, um em 1985 e outro em 1986. Além de registrar outros conflitos ocasionados em torno de invasões de terras indígenas, ordens de despejo, expulsão, invasão de terras por grandes indústrias e a falta de terra para trabalhar.

A partir da Lei de Terras, os conflitos sociais acentuavam-se a cada ano no país. Em Santa Catarina, foram intensificando-se e a partir de 1980, em várias regiões do Estado, concretizaram-se as ocupações. Em 1983, na Fazenda Burro Branco, em Campo Êrê, e a partir de 1985, vários outros municípios do Oeste catarinense foram alvos de grandes ocupações. O fato marcante nesse processo foi quando cerca de 2000 famílias Sem Terra ocuparam imóveis ociosos na região Oeste catarinense. O município de Abelardo Luz foi o espaço que teve a maior concentração de acampados nesse período.

As ocupações foram consequências de sucessivas expulsões de grandes contingentes de trabalhadores remanescentes dos processos de colonização promovidos pelo Estado através das companhias colonizadoras e dos arrendamentos concedidos as empresas para produção de matéria-prima e que possuíam muitos trabalhadores rurais, que estavam sendo dispensado. Eram famílias de posseiros, arrendatários, agregados, peões ou bóias-frias cujos contratos de trabalho tinham terminado e não sabiam para onde ir.

As famílias que ocuparam as terras nesses municípios eram remanescentes do grande contingente de Trabalhadores Rurais Sem Terra que Santa Catarina produziu. O dia da tomada de posse das terras por essas famílias – 25 de maio de 1985 – coincidiu com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária pelo presidente da Nova República, José Sarney.

⁴¹Centrais Elétricas do Sul do Brasil.

⁴²CPT. *Cheiro de Terra*. Florianópolis, out. 1989.

1.4 O Plano Nacional de Reforma Agrária: reação, avanços e retrocessos

No governo da Nova República, em 1985, é aprovado o Novo Plano Nacional de Reforma Agrária (NPNRA⁴³), trazendo inúmeras esperanças aos milhões de trabalhadores rurais brasileiros. Com o NPNRA, acredita-se haver a possibilidade de maior participação, de distribuição de terras ociosas e de condições para seu uso e exploração, bem como esperança de uma maior distribuição de renda do País.

Mesmo no grande debate nacional em torno da proposta do Plano, pôde-se constatar que o forte conteúdo político da Reforma Agrária levou à radicalização e à polarização dos diferentes grupos da sociedade brasileira. Isso porque a questão agrária envolve grandes interesses, há muitos séculos consolidados em nosso País. Segundo Lisboa⁴⁴:

Faz-se necessário distinguir a questão agrária da questão agrícola: a questão agrícola refere-se aos aspectos da produção, o que e quanto produzir os seus custos e preços. A questão agrária diz respeito às relações de produção: como se produz, de que forma se produz e quem produz. Porém, tanto a questão agrícola, quanto a questão agrária estão profundamente relacionadas, sendo a primeira em geral a causa da segunda.

Em 16 de maio de 1985, o MIRAD⁴⁵, cujo ministro era Nelson Ribeiro, entrega ao presidente Sarney, para apreciação, o Plano Estrutural de Reforma Agrária que foi encaminhado ao Congresso Nacional.

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi lançado em 25 de maio de 1985, por ocasião do IV Congresso dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Brasília. Na ocasião, estava na abertura do evento, o presidente Sarney, que em seu discurso falou sobre o objetivo de executar o Plano Nacional de Reforma Agrária elaborado pelo MIRAD.

O lançamento do PNRA, mesmo tendo sido colocado para o debate da sociedade, não contornou a situação de conflitos que havia se instaurado no País. A implantação provocou controvérsia entre os trabalhadores e o governo, desencadeando maiores tensões e resistência. Os problemas agrários ainda existem e têm suas raízes no modelo de desenvolvimento capitalista adotado historicamente por nossas elites colonizadoras e

⁴³Novo Plano Nacional de Reforma Agrária

⁴⁴LISBOA, T. K. 1988, p. 46-47.

⁴⁵Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

dependentes. Mas na última década, agravou-se ainda mais com a adoção das políticas econômicas chamadas de neoliberais, conforme Stédile.⁴⁶

O MIRAD, através do ministro Nelson Ribeiro, procurou esclarecer os pontos de maior resistência que o Plano estabelecia, porém sem muito sucesso. O Plano previa não modificar o modelo de propriedade adotado no País. Seriam prioridade para Reforma Agrária as terras públicas de propriedade da União⁴⁷, com algumas ressalvas como as de Segurança Nacional e as devolutas da União, dos Estados e dos municípios.

O Plano previa que as terras desapropriadas para fim de Reforma Agrária só poderiam ser distribuídas sob forma de propriedade familiar, prioritariamente aos trabalhadores sem terra e aos proprietários de imóveis comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e da família.

Segundo Lisboa⁴⁸, “[...] o Plano, inicialmente, deveria beneficiar um milhão e 500 mil famílias por ano, numa área de 130 milhões de hectares”. E, continuando, analisa a repercussão que teve a implantação oficial do PNRA em suas fases distintas:

A primeira em nível Nacional, estabelecendo diretrizes e estratégias e outra a nível regional em caráter operativo. Ainda seriam criadas comissões agrárias estaduais para a execução da Reforma, obedecendo aos parâmetros do Plano Nacional.

Depois de estabelecida a forma de implantação e de ter sido oficialmente lançado o Plano, foram entregues cópias aos dirigentes do Congresso Nacional e às lideranças dos Partidos Políticos. Soares,⁴⁹ aponta alguns dados que estavam contidos no PNRA:

⁴⁶STÉDILE, João Pedro. *Brava Gente*. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 1996, p.37.

⁴⁷DECRETO-LEI Nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, revoga o Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências: deixam de ser consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais as atuais terras públicas devolutas situadas nas faixas de cem quilômetros de largura, em cada lado do eixo das rodovias, já construídas, em construção ou projetadas, a que se refere o Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, observado o disposto neste artigo. Em seu parágrafo único, diz: Persistem indispensáveis à segurança nacional e sob o domínio da União, dentre as terras públicas devolutas em referência, as que estejam: I - incluídas, cumulativamente, na Faixa de Fronteiras. E em seguida enfatiza: Todos os imóveis rurais pertencentes à União, desde que se destinem aos fins do Estatuto da Terra e legislação conexas, somente podem ser concedidos, alienados por venda ou qualquer outra forma, dados em uso, ou ocupação, aos ocupantes ou pretendentes, por intermédio do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD.

⁴⁸LISBOA, T. K. 1988, p.65.

O PNRA tinha como prioridades: assentamento de 100 mil famílias até agosto de 1986 e, 7,1 milhões até o ano 2000; revisão das concessões de terras públicas a grupos econômicos; utilização de 409,5 milhões de hectares privados e 7,1 milhões da União; levantamentos dos latifúndios em torno de açudes no polígono das secas – NE e providências para desativar milícias privadas nas áreas de latifúndio. Em 28 de maio de 1985, o MIRAD anuncia a primeira ação: começar a Reforma Agrária em 395 propriedades rurais envolvidas em conflitos e tensão social, num total de três milhões 934 mil 232 hectares, envolvendo 73.561 famílias. Inclusive, Santa Catarina possuía vários focos de tensão.

Os objetivos estabelecidos no PNRA exigiam modificações nas normas jurídicas e administrativas que regiam o processo de obtenção de terras, implantação e desenvolvimento dos assentamentos e as ações dirigidas aos diversos segmentos que compunham o público-alvo, nesse caso, os assentados. Para tanto, era imprescindível a recuperação e o fortalecimento institucional do INCRA, principal órgão executor do PNRA.

No entanto, a otimização da realização da Reforma Agrária determinada pela CF e a implantação do PNRA ficou imperada, enquanto a CF que veio depois do plano, obedece a um conjunto de normas que disciplinam a atuação do órgão executor e da Justiça, o PNRA, continua com as mesmas normas de 85. Em tese, esse conjunto posto na CF, encontra-se defasado e contém disposições que entorpecem e encarecem indevidamente os procedimentos (indenizações) de obtenção de terras para distribuição a famílias necessitadas, como vistorias e a avaliação dos imóveis suscetíveis de desapropriação por interesse social. Por fim, reforça-se a necessidade de avanços na ordem constitucional estabelecida pela Constituição Federal de 88, no que diz respeito à proteção ao direito de propriedade e ao próprio contorno jurídico do Programa de Reforma Agrária abrigado pelo capítulo III, Título VII, da CF. Segundo Wagner⁵⁰:

Além da configuração técnica que se faz neste Plano sobre a Reforma Agrária, devemos questionar constantemente sobre a efetividade do mesmo. De qualquer maneira, apesar da extrema necessidade desta política pública, ela não deixou de ser governamental. Dessa forma, demonstra todo um jogo de intenções que esbarra nos poderes constituídos e no caráter conservador da política brasileira no enfrentamento das reformas de base.

⁵⁰SOARES, P. P. D. *Por um Brasil rural com reforma agrária*. Revista UFG. Vol. 07, n. 01. 2004. Disponível em: <<http://www.proec.ufg.br>>. Acesso em: 30 set. 2009.

⁵¹WAGNER, Carlos. *A Saga do João Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 45.

⁵²POLI, O. *Leituras em movimentos sociais*. 2008, p. 37.

O Plano Nacional de Reforma Agrária não provocou nenhuma alteração significativa na estrutura fundiária brasileira. O processo de sua elaboração mostrou, entre outras coisas, o poder de organização e de pressão dos grandes proprietários de terra sobre os rumos dados pelo governo à questão agrária. As suas primeiras versões continham alguns avanços em relação ao Estatuto da Terra e revelavam a intenção política dos responsáveis do governo de promover uma redistribuição de terras ociosas nos latifúndios improdutivos. Porém, a pressão exercida pelos latifundiários provocou recuos na sua versão final. Poli⁵¹ destaca:

A centralização pelo presidente da República da decisão sobre os Planos Regionais de Reforma Agrária; a não fixação das áreas prioritárias para fins de Reforma Agrária e a preservação dos chamados latifúndios de dimensão. De uma proposta inicial de um plano centrado na questão da democracia e da justiça social tem-se, no final um plano que priorizou as questões da produção e da produtividade.

Mesmo tendo acenado inicialmente com a possibilidade da Reforma Agrária ampla, a versão final manteve intacta a lógica de estrutura fundiária do País, não modificando a estrutura da propriedade da terra. Constatou-se, assim, que os oligarcas que compunham a Aliança Democrática que estavam no governo da Nova República possuíam grande força. Associava-se, então, o binômio ‘terra e poder’. Portanto, ao afirmarmos que o problema da Reforma Agrária no Brasil é político, não há nenhum exagero. Prova disso foi a força da UDR, que teve suas reivindicações atendidas, ao contrário dos trabalhadores, que se pautaram em um Projeto Popular e não foram contemplados. Não bastasse a batalha do PNRA, os trabalhadores rurais enfrentaram, nesse mesmo período, outro entrave que, progressivamente, forçou-os a deixar o campo e sair em busca de alternativas de sobrevivência nas cidades. O capital adentrou o campo e criou novas frentes de trabalhadores rurais sem rumo.

1.5 A modernização no campo: região Oeste catarinense – 1980

Dados do INCRA mostram que, em 1980, existiam no Brasil 537.619 propriedades rurais com mais de 100 hectares de terra, equivalendo a 80,2% da área rural. O aumento das grandes propriedades rurais forçou a saída do trabalhador do campo em busca do assalariamento nas cidades. Esse processo fez com que, nas últimas três décadas do século XX, a população urbana ultrapassasse a população rural, numa ascendência assustadora, passando a representar 68% em 1989.

A modernização da agricultura e da suinocultura dispensava a mão-de-obra, pois a aquisição de equipamentos (tratores, plantadeiras, colheitadeira e distribuidor de adubos), substituía o trabalho artesanal. Com isso, os trabalhadores rurais, cada vez mais apertados tanto em espaço territorial, como em espaço de mercado devido à competição, não visualizavam alternativas, senão a de migrarem para a cidade, buscando a sobrevivência. Contudo, ao chegarem à cidade, defrontavam-se com precárias condições: sem, ou com pouco dinheiro, e sem a mínima estrutura estabeleceram-se nas periferias das grandes cidades. Sobre as contradições que se apresentavam no campo, Lisboa⁵² diz que: “[...] entre 1970 e 1980, enquanto a população rural migrava para a cidade, eram introduzidos no campo 364.821 tratores, resultando em 3.650.000 camponeses desempregados”. E, continuando, afirma: “[...] nos últimos 40 anos, 34 milhões de trabalhadores, migraram da zona rural para a zona urbana”.

Conforme dados levantados pelo INCRA, acredita-se que, entre 1979 e 1983, mais de 350 mil famílias rurais, no Brasil, movimentaram-se em busca de terra. Enquanto isso, mais 200 milhões de hectares de terras cultiváveis não estariam sendo utilizados para fins produtivos. Os dados percentuais indicavam a urgência de uma Reforma Agrária no Brasil, para que mais segmentos da população rural tivessem acesso a terra e dela pudessem tirar seu sustento.

As transformações no campo, com a introdução do capitalismo, causaram um grande êxodo rural. Contudo, a modernização da agricultura não representou a modernização da produção para o agricultor, pois a grande maioria deles não conseguiu competir com o mercado, ou não alcançou os níveis de produção exigidos, desencadeando

⁵²LISBOA. T. K. 1988, p. 48.

um processo de crise na economia camponesa tradicional. No início do processo de modernização, os agricultores, atraídos pelos juros baixos, na perspectiva de melhorar a produção, fizeram empréstimos bancários.

Nos primeiros anos, os empréstimos bancários, com juros baixos e pré-fixados, eram realmente um estímulo à realização de melhorias nas propriedades – chiqueiros, paióis, casas de moradia – por isso, alguns produtores financiaram a compra da trilhadeira, do motor ou instalaram luz elétrica em suas propriedades.

Mas por que o processo de modernização da produção com introdução de novas técnicas de produção, não foi bom para o pequeno produtor? Por que exigia o emprego de sementes selecionadas e a utilização de insumos de origem industrial?

Vejamos: a cada estímulo correspondeu um aumento nas exigências de qualidade dos produtos e da expectativa de produtividade, tudo deveria atender ao padrão do mercado. Portanto, ao não se adequarem às novas tecnologias, muitas propriedades foram inviabilizadas, pois formas tradicionais de produção não correspondiam aos níveis de produção. Além disso, a utilização de insumos industrializados em substituição aos produzidos na própria propriedade aumentou custos de produção, ao mesmo tempo em que os preços experimentaram uma tendência de queda. Poli⁵³ diz:

Essa foi precisamente a lógica da modernização agrícola em todo o País. A entrada de máquinas e insumos industrializados na produção agrícola diminuiu os ganhos unitários sobre cada produto, o que devia ser compensado pelos ganhos de produtividade. Ou seja, o mercado dos produtos agrícolas começou a trabalhar com expectativas de produtividade maiores, superiores às que grande parte dos camponeses da região conseguia atingir em média.

O resultado disso foi que grande parte das unidades camponesas de produção passou a ter dificuldades de competir nesse mercado. Sem condições de concorrer com os grandes proprietários e endividados, num curto espaço de tempo, uma considerável parcela de pequenos produtores, sentiram o outro lado da modernização, ou seja, aquela que prioriza, o grande capital, a grande produção e a exclusão do pequeno agricultor.

Não conseguindo saldar seus compromissos junto aos credores, muitos pequenos produtores foram obrigados a se desfazer de suas propriedades, entregando-as aos bancos e indo morar na cidade ou trabalhar como meeiros. Enquanto os trabalhadores ficavam sem

⁵³POLI, O. 2008, p. 62 e 63.

terra para trabalhar, os bancos tornavam-se grandes proprietários. Prova disso era o Banco BESC⁵⁴, uma empresa estatal, que possuía um grande latifúndio no Oeste catarinense, tendo suas terras ocupadas pelos trabalhadores rurais Sem Terra na década de 1980.

Dentre os fatores que mais prejudicaram os pequenos produtores destacamos dois que foram os mais marcantes e ajudaram na agudização da crise: a grande oscilação nos preços dos suínos e o processo inflacionário que, com a correção monetária, elevou os custos do dinheiro, fazendo com que cada produtor devesse cada vez mais para as instituições financeiras. Uczai⁵⁵ constata:

A combinação desses dois fatores – longos períodos de preços em queda e financiamentos a custos muito altos – levou a suinocultura e, conseqüentemente, a produção agrícola em geral, a uma situação de extrema dificuldade. Muitos agricultores que precisavam contrair empréstimos bancários para produzir passaram a ter grandes dificuldades para saldar as dívidas e, em muitos casos, foram obrigados, a se desfazer de muitos bens, quando não da própria terra. Para se ter uma idéia, a cada nove camponeses, entrevistados, seis relataram esse tipo de dificuldade em sua própria família.

Paralelamente aos prejuízos causados pelo processo de modernização, o Oeste catarinense enfrentou a crise na suinocultura tradicional, pois a região tinha produção artesanal como alternativa de renda. Assim, a situação tornou-se insustentável, e o pequeno agricultor abandona o campo. Sobre essa questão, Poli⁵⁶ analisa:

Nessa situação os pequenos produtores rurais passaram por um processo de empobrecimento gradativo e as condições sociais de vida no campo se agravaram. As pequenas unidades produtivas descapitalizadas, não conseguiram se modernizar e passaram a ter grandes dificuldades para sobreviver. Muitas famílias abandonaram o campo e outras se viram impossibilitadas de se reproduzir enquanto camponês provocando a saída forçada dos filhos para buscar empregos nas cidades.

A produção tradicional de suínos, que até então representava uma saída para a difícil situação da agricultura, foi tomada com surpresa pelo aparecimento da Peste Suína Africana, que parece ter feito parte do processo de modernização.

⁵⁴Banco do Estado de Santa Catarina.

⁵⁵UCZAI, Pedro. *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó: Argos, 2000, p. 89.

⁵⁶POLI, O. *Caminhando com as próprias pernas*. Cadernos do CEOM. n. 15, Chapecó: 1999, p. 46-73.

O processo de modernização da agricultura e da suinocultura, o desenvolvimento acelerado da agroindústria e a crescente submissão da pequena produção à lógica do capital, juntamente com o esgotamento da fronteira agrícola, determinaram o aparecimento de outros conflitos envolvendo os trabalhadores do campo e fez surgir uma nova forma de exclusão – a social e econômica.

Embora não haja um levantamento preciso sobre essa situação, muitos foram os agricultores que tiveram suas propriedades leiloadas devido ao fato de não conseguirem pagar os seus financiamentos.

1.6 A Peste Suína Africana: consequências para a região

Em maio de 1978, os agricultores de todo o Brasil foram pegos de surpresa com a notícia de que havia sido descoberto um foco da Peste Suína Africana no Rio de Janeiro, na cidade de Paracambi. A notícia espalhou-se com tanta rapidez que assustou os criadores de porcos de todo o país, pois diziam que não havia vacina e nem cura para a doença, e que a solução era matar todos os porcos afetados, sendo considerado este o primeiro surto. Logo após Paracambi, outros focos foram diagnosticados no Sul Brasil.

A suinocultura brasileira também passou por um processo de modernização, tal qual a agricultura, e os seus efeitos foram sentido com a mesma intensidade, pelos produtores rurais. O que se questionou foi a polêmica que o episódio provocou. Marcado por contradições e de existência real duvidosa, transformou as dificuldades já existentes em um gigante quase que invencível. Bastava uma suspeita de existência da Peste, a propriedade era interditada, e os suínos eram exterminados a tiros de fuzil pelos pelotões do exército e, em seguida, queimados em valas abertas por retro-escavadeira. Sobre o suposto alarde falso, Uczai⁵⁷ diz:

Com a morte de alguns suínos que se alimentavam de restos de alimentos no Aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro, começou a ser divulgado nos noticiários, uma doença nos suínos, chamada Peste Suína Africana que poderia espalhar-se por todo o país. A partir de então se inicia a identificação de supostos focos da doença em vários pontos da Região Sul, inclusive no Oeste catarinense.

⁵⁷UCZAI, P. 2002, p. 90.

No Oeste catarinense, o primeiro caso de extermínio de suínos ocorreu em 1º de setembro de 1978, em Linha São João, município de Xanxerê. Segundo o levantamento de agentes da Pastoral que acompanhavam os processos, foram em torno de dez casos em que se consumou a matança de suínos na região. O que deixava os produtores inquietos era a incerteza sobre os fatos e também a violação dos direitos dos suinocultores de acompanhar as investigações. Chegavam as determinações oficiais e o exército agia.

1.7 A liderança de Dom José e a luta dos trabalhadores rurais

Diante a situação de conflito criada na região Oeste e na tentativa de mediar as questões que apontavam para confrontos, surge a liderança de Dom José Gomes, bispo de Chapecó, que reúne sindicalistas e colocam-se a disposição dos trabalhadores para discutirem a problemática, que os preocupava. Entre março e julho de 1979, a doença foi diagnosticada em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais e, em 1981, foram diagnosticados focos em Santa Catarina, Espírito Santo e Pernambuco. Segundo Uczai⁵⁸:

Em Santa Catarina a suspeita de Peste Suína Africana, surgiu no início dos anos 80. Mesmo não tendo atingido todo o Estado indiretamente, afetou a economia catarinense, que tinha na região do Oeste catarinense, agregada à economia agrícola, durante muito tempo, a criação e produção de suínos, como alternativa de renda, para os pequenos produtores rurais.

Na diocese de Chapecó, a preocupação era muito mais evidente. Dom José, bispo diocesano, acompanhou tudo, orientando os produtores sobre o perigo de a Peste ser uma farsa, e também de estar por trás de tudo isso o grande capital, ou seja, a intervenção da agroindústria multinacional, na qual a tendência de introdução de novas matrizes suína, como a raça Landrace, importada da Europa. No impasse, Dom José se empenha e disponibiliza a estrutura para que os produtores do Oeste catarinense se organizem para lutar pelos seus direitos. Com relação a presença de Dom José, Fiorentin⁵⁹ escreve:

⁶⁰ FIORENTIN, Valter; ORO, Ivo Pedro. UCZAI, Pedro. (Org.) *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó: Argos, 2002, p. 181.

Neste episódio, ressaltamos a atuação da Diocese de Chapecó, que assim que surgiu o problema na região, destacou agentes de pastoral e disponibilizou estrutura física como carros, para que os agentes pudessem acompanhar os casos de focos identificados e de extermínio de suínos. Ao mesmo tempo em que assessoravam os agricultores, os agentes da Pastoral levantavam dados, entrevistavam os envolvidos e junto às paróquias vizinhas iniciaram um movimento de organização dos agricultores para protestar e resistir à consumação da matança dos suínos.

O trabalho desenvolvido pela CPT, com a assessoria da diocese de Chapecó, traz a tona, uma polêmica que rondava a região. Sobre os boatos, Gomes⁶⁰ alerta os agricultores para o perigo de estarem sendo enganados. Em reunião com os mesmos, em Chapecó, em setembro de 1980, disse:

Nunca se tinha ouvido falar, no Brasil de Peste Suína Africana. Ela não existia aqui. Nem sabíamos se esta peste existia em algum lugar do mundo. Mas no mês de maio de 1978, os suinocultores de todo o Brasil foram pegos de surpresa com a notícia de que tinha sido descoberto, no Rio de Janeiro, um foco da Peste Suína Africana. A notícia dessa peste que ninguém conhecia, pôs medo em muitos criadores, porque sobre ela se ouvia as piores coisas. A notícia espantou todo o mundo e se espalhou com rapidez. A informação vinda dos órgãos do governo é que para essa doença não havia vacina. A solução era matar os porcos. Diziam que a peste era mais perigosa do a peste clássica.

Diante do alerta de Dom José, e sob sua liderança, começa a se levantar entre os produtores indícios de que a necessidade de lutar contra um sistema que os excluía do processo produtivo. Essa demonstração de consciência toma corpo, e a organização se efetiva.

⁶⁰GOMES, Dom José. *Documentos Manuscritos*. Arquivos da Paróquia. Abelardo Luz: 2000, p. 4.

Concentração dos trabalhadores rurais em Chapecó, 1981.

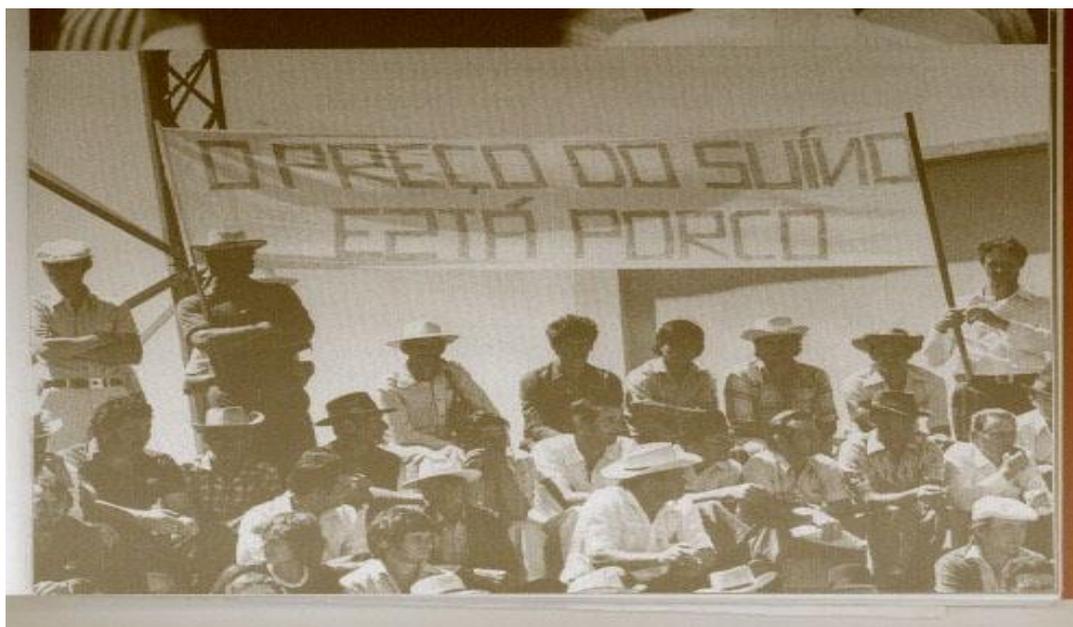


Figura 3 – Fonte: Arquivo fotográfico do MST. Chapecó: CEOM, 2000.

De fato, parecia extremamente improvável que a doença existisse antes de 1978 sem ser diagnosticada. A incerteza era tamanha que o próprio Ministério registrou informações confusas. Vejamos o que diz o documento do M.A⁶¹:

Consta que 70% dos focos ocorreram nas Regiões Sul e Sudeste, especificamente em Santa Catarina, dessas ou de outras regiões, ocorreram os focos. O foco de Paracambi caracterizou-se por alta mortalidade e curso predominantemente subagudo, visto que em uma semana morreram 15% dos 1.000 suínos em risco.

Mesmo em relação à forma crônica da enfermidade, é muito improvável que a Peste Suína Africana tenha passado despercebida, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste. Isso porque, nessas regiões, já se praticava uma suinocultura empresarial, com algumas tecnologias modernas e assistência técnica veterinária, comparável à suinocultura de alguns países desenvolvidos.

Conforme o M.A⁶², em Santa Catarina, estado mais atingido, foram 9.862 mortos em 166 propriedades, tendo sido constatados 25 focos em 22 municípios. No Oeste, o município mais atingido foi Saudades, com 1160 suínos mortos.

⁶¹Boletim do Ministério da Agricultura. Escritório regional do INCRA. Chapecó. 1984.

⁶²Idem (id).

Segundo Poli⁶³, “[...] cada vez que se divulgava a localização de mais um foco ou uma determinação de extermínio de suínos, formavam-se movimentos de protesto, procurando evidências da não existência da doença e tentando impedir a consumação do fato”. Os protestos foram se tornando frequentes e muito intensos, motivando o exército a executar prisões de camponeses e a retenção de máquinas fotográficas, usadas como equipamento de registro das ações.

Diante o contexto, o clima que se apresentava tinha um caráter de guerra. Havia naquele momento, sinais de que a indignação dos trabalhadores chegava ao limite suportável. Então, Dom José, busca a mediação para evitar o confronto que se achava na iminência de estourar. Sem se preocupar com os riscos que enfrentava, inicia uma mobilização junto a entidades para os protestos no Oeste catarinense.

Dentre as manifestações organizadas pela FETAESC⁶⁴ e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, destacamos a que foi realizada na cidade de Chapecó, em 15 de outubro de 1980, com o apoio da CPT, com presença de Dom José, a qual dizia com todas as letras que a “peste era inventada”. Participaram da manifestação mais de 20 mil pessoas, no Estádio Índio Condá e em seguida seguiram em passeata pela Avenida Getúlio Vargas, com faixas, gritos de ordem e de protesto contra a problemática da Peste Suína Africana.

A foto abaixo do encontro no Estádio Índio Condá, em Chapecó, realizado pelos agricultores Sem Terra.



Figura 4 Jornal *Diário Catarinense*. Capa. 16/10/1980. Relatório do MST. Arquivos do CEOM. Chapecó: 2000.

⁶³POLI, O. 2008, p. 67.

⁶⁴Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de Santa Catarina.

Após a assembléia realizaram passeata na Avenida Getulio Vargas, em Chapecó



Figura 5 Fonte: Jornal *Diário Catarinense*. Florianópolis: 16/10/1980, p. 3. Relatório do MST. Arquivos do CEOM. Chapecó: 2000.

Organizado os trabalhadores da região, iniciam uma corrida atrás dos prejuízos.

Segundo Poli⁶⁵, as consequências foram danosas para os produtores e para a região.

Para a produção camponesa regional, mesmo havendo cessado, o episódio da Peste Suína Africana teve consequências profundas no contexto da crise econômica camponesa tradicional. O fechamento das exportações, durante um logo período, a diminuição drástica do consumo de carne suína no mercado nacional, fez os preços despencarem. Muitos criadores tiveram que ficar com os suínos prontos para a entrega em sua propriedade, por mais de um mês. Os prejuízos foram enormes e grande parte dos camponeses abandonou a produção de suínos.

Alguns dados estimados pelos sindicatos dos trabalhadores rurais da região, dos quase 80 mil criadores de suínos da região restaram mais ou menos, 20 mil. No entanto, parece, que o episódio da peste foi apenas, a culminância de um processo que já havia se desencadeando no país, a modernização da agricultura e da suinocultura. Considerando que o processo era excludente, muitos produtores, não conseguiram competir tendo em vista, as exigências do mercado, migraram para a cidade.

No entanto, há algumas evidências de que a polêmica serviu para justificar a seleção dos produtores, pois o mercado necessitava criar mecanismos para introduzir, com tecnologias avançadas, portanto, a necessidade do agronegócio mostrou a força que tinha.

⁶⁵POLI, O. 2008, p. 69.

Tirou de uma razoável parcela do pequeno produtor rural, inclusive, o direito de se reproduzir enquanto camponês.

A crise na economia foi tão intensa, quanto foi a seleção feita pela modernização, para os que não puderam se integrar. Porém, os efeitos apresentaram-se nas relações de trabalho e nas relações de produção, que se alteraram profundamente, inclusive com reflexos fortes nos conflitos e mobilizações que se desencadearam na região Oeste, entre grandes proprietários e trabalhadores. A crise foi tornando a situação do trabalhador no campo insustentável. Embasando-se nas reflexões feitas pela Igreja Católica e nas orientações do novo sindicalismo, os movimentos sociais reaparecem no Oeste catarinense. Vejamos como Martins⁶⁶ analisa:

Em termos sociais, as consequências da modernização da agricultura e da crise da economia camponesa tradicional se manifestaram de formas diversas, indo da busca de novas fronteiras agrícolas em outras regiões do país, como Centro Oeste (Mato Grosso, Nordeste (Maranhão) e Norte (Rondônia) e da integração das unidades camponesas de produção às agroindústrias até o deslocamento de grandes contingentes populacionais para as cidades pólos da região.

O êxodo rural, com uma intensidade surpreendente, fez milhares de pessoas migrarem do campo para a cidade, provocando uma superurbanização. Contudo, esse processo foi além da urbanização, as famílias foram se fixando nas periferias das cidades, formando verdadeiros aglomerados subumanos, em espaços que não possuíam condições estruturais para abrigar essas pessoas. O agravamento da situação criou uma nova estrutura social: a favela.

A violência desse processo apresentou um novo cenário, o esvaziamento do campo e o inchaço das cidades. Assim, diz Santos⁶⁷: “[...] enquanto a população urbana bateu recordes de crescimento a cada censo, a população rural diminuía, não apenas em termos relativos, mas em termos absolutos”.

Outra consequência considerada perversa, neste processo todo, foi o crescimento desenfreado do latifúndio, enquanto, os pequenos produtores rurais que não conseguiram se saldar suas dívidas entregavam suas terras aos bancos ou vendiam a preços irrisórios, os

⁶⁶MARTINS, J. S. de. 1981, p. 121.

⁶⁷SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Movimentos camponeses no sul: produto e terra*. São Paulo: HUCITEC, 1978-1981, p. 54.

grandes proprietários foram se tornando cada vez mais abonados, expandindo seus domínios territoriais até onde os limites do agronegócio lhes permitia.

No Estado de Santa Catarina, esse processo, foi visivelmente, um dos propulsores do surgimento de grandes propriedades e do êxodo rural, causando muitos conflitos entre trabalhadores que se tornaram sem terra e latifundiários. A região Oeste viveu um cenário singular no período de 80 a 90. Afetada pelas circunstâncias, por que passava o país com a crise, e por se tratar de uma região de economia baseada na agricultura e suinocultura tradicional, encontrou nas dificuldades, a força para lutar pela terra. (Reforma Agrária).

À medida que a frente capitalista se expandia pelo campo e expulsava os trabalhadores, a Igreja Católica foi alçando-se e se transformou em refúgio de trabalhadores vitimados pelo sistema, que os expropriava. Sem alternativa de sobreviver e perseguidos pela força dos grandes proprietários, que tinham a justiça e a polícia a seu favor, encontram uma Igreja vigilante, principalmente no Oeste de Santa Catarina o respaldo para lutar, mais antes disso, criar consciência da necessidade da luta.

1.8 A Presença da Igreja: mediação dos conflitos

Nesse espaço, a Igreja Católica – atenta aos direitos humanos e comprometida com os oprimidos sem vez e sem voz, e consciente de que a libertação dos pobres – passa pelo rompimento das cadeias que escravizam não só em seu trabalho, mas também em sua consciência. Agrega, então, os trabalhadores rurais e urbanos numa ação pastoral de orientação, conseguindo mobilizar milhares deles para lutar pelos direitos que lhes foram tirados.

No contexto de grandes crises, e principalmente nas crises enfrentadas pelos trabalhadores camponeses, é que a solidariedade emergiu. Em todos os processos de mobilizações, protestos e de orientações, a Igreja Católica aparece como mediadora. Institucionalizada em meio à grande crise político-militar dos anos da ditadura, ocupou espaços que outras entidades tiveram dificuldade devido ao contexto em que vivia o país nesse período.

Orientada pelos documentos oriundos do Vaticano, e com diretrizes das conferências de Puebla e Medellín, que elegeu como princípio a opção pelos pobres e oprimidos, a Igreja Católica, através da CPT, teve papel determinante na constituição dos

Movimentos Sociais no Brasil. Assim também a diocese de Chapecó, presente na luta dos trabalhadores rurais, teve sua atuação respaldada pela nova concepção de ser humano e pelo rumo dado as suas ações em relação aos pobres. Sua missão a partir do Concílio era estar entre o povo, ouvir suas angústias e orientá-lo.

A partir do Concílio Vaticano II (1970) e dos encontros episcopais de Medellín e Puebla, a Diocese de Chapecó assumiu explicitamente uma opção preferencial pelos pobres. Desde então, a sua inserção junto às classes populares passou a estimular a organização e também a difundir uma visão de mundo calcada no igualitarismo comunitário e na ênfase à participação popular. Sua estratégia baseava-se, sobretudo, na criação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB), Grupos de Reflexão e criação de serviços de assessorias e apoio as lutas populares, como a Comissão Pastoral da Terra.

Logo após o Concílio, na medida em que aos poucos o capítulo segundo do documento de Puebla, “*lumen Gentium*”⁶⁸ a Igreja opta pelos pobres, deixando de ser burguesa, e passa a evangelizar com prática relacionado a situação da agricultura e cotidiano do povo. A igreja fez uma verdadeira revolução do modelo de pensar uma nova concepção de sociedade. É nesse contexto, que surge o modo pessoal de D. José Gomes, apontando direção para o povo. Sem se prender aos cânones nem ao legalismo e sem deixar de ser pastor torna-se povo, mistura-se com ele. Na sua humildade, fala a linguagem popular.

Esse papel de inserção por dentro dos Movimentos Sociais foi formando estilos e formas que ficaram consolidados na cultura organizacional do MST. Muitos foram os religiosos que se envolveram na luta pela terra. Assim também, foram muitos que perderam a vida, como o Padre Josimo Tavares e o Padre Vitor Miracapilo, que viveram e morreram apoiando as lutas dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, motivados pela Teologia da Libertação⁶⁹, que se desenvolveu no Brasil durante o Regime Militar. Scherer-Warren⁷⁰, diz:

⁶⁸Constituição Dogmática: *LEMEN GENTIUM*, sobre a Igreja Católica, constitui a base geral do ministério da Igreja, sua Hierarquia, Igreja como Sacramento, como sociedade visível, sua relação com outras igrejas, missionária, preocupação com os leigos. Constitui as diretrizes de uma missão que conduz e liberta seu povo. (BOFF, 2005).

⁶⁹É uma corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs desenvolvidas no Terceiro Mundo ou nas periferias pobres do Primeiro Mundo a partir dos anos 60 do século XX, baseadas na opção pelos pobres contra a pobreza e pela sua libertação. Desenvolveu-se inicialmente na América Latina. Estas teologias utilizam como ponto de partida de sua reflexão a situação de pobreza e exclusão social à luz da fé cristã. Esta situação é interpretada como produto de estruturas econômicas e sociais injustas, influenciada pela visão das ciências sociais, sobretudo a Teoria da Dependência na América Latina, que possui inspiração marxista.(BOFF, 2005).

⁷⁰SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis:UFSC. 1984, p. 121.

entidades sociais como sindicatos, associações de pequenos agricultores, luta contra barragens, lutas pela indenização de terras indígenas e em partidos políticos, transformando-os em partícipes, engajados nos projetos de Movimentos Sociais. Scherer-Warren⁷¹ enfatiza a importância da Igreja, sob a prática da Teologia da Libertação:

Neste submundo da miséria, o que predomina, ainda, são as formas de opressão econômica e legal, onde o povo não tem alcançado as condições mínimas de sobrevivência humanamente digna, e os direitos de cidadania e de justiça social. É para esta realidade que a Teologia da Libertação tem se voltado, muito mais através da prática do que da teoria.

De maneira sintetizada, podemos afirmar que a Igreja Católica, nos últimos anos do século XX, especialmente após Medellín e Puebla (1968), assumiu uma perspectiva de transformação da sociedade em que condena o sistema capitalista gerador de desigualdades e injustiças, passando, pelo menos em parte, a ser um intelectual das classes subalternas. Sobre essa posição da igreja, Petrini,⁷² diz: “[...] a igreja Católica a partir dos anos 70, foi passando de uma posição conservadora, em que desempenhava a função de intelectual orgânico à aristocracia rural, para uma posição modernizante, assumindo a ideologia desenvolvimentista, orgânica à burguesia industrial emergente”.

Assim a Igreja agregou nos grupos de reflexão a participação da mulher como presença efetiva, nos quais se discutia com muita propriedade a participação popular e o fortalecimento da luta pelo direito a terra. Portanto, na concepção de uma nova Teologia Social, como denominava D. José, criava-se novas visões de mundo. Por isso, a mística/ritual que o MST utilizou em suas práticas carregava elementos da religiosidade cotidiana simbolizado na luta. Nesse sentido, Fiorentin⁷³ diz:

Os ritos, celebrações, marchas e caminhadas contém elementos da religiosidade e são incorporados à mística do Movimento. Esses elementos originam-se desta estreita relação com a Igreja Católica e são levados por onde caminham, rumo à conquista da terra.

⁷¹ SCHERER-WARREN, I. 1984, p. 124.

⁷² PETRINI, João Carlos. CEBs: Um novo sujeito popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984, p.43.

⁷³ FIORENTIN, Valter; ORO, Ivo Pedro. UCZAI, Pedro. (Org.) *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó: Argos, 2002, p. 181.

Além das causas estruturais na origem desses movimentos, é preciso destacar a efetiva presença do trabalho CPT, desenvolvido especialmente pelos setores da Igreja Católica, Diocese de Chapecó. A irreverência de Dom José e as intervenções do Pe. Afonso revelaram a sociedade em geral, outra face dos problemas agrários que aflige os trabalhadores rurais, até então desconhecida.

Não há como negar que a ocupação da Fazenda Burro Branco, em sua peculiaridade, se constituiu em fortes raízes das organizações que se seguiram no Estado e com muita intensidade na região Oeste catarinense.

As intervenções da Igreja e a mediação de Dom José privilegiaram a criação e/ou redimensionamento de espaços comunicativos, permeados por um discurso crítico, portador de novas interpretações a respeito da situação vivida pelos agricultores na região e que estimulou a mobilização e organização de vários outros movimentos sociais. Segundo Grzybowski⁷⁴:

Esses movimentos tiveram sua importância ímpar, ao se constituírem, como elementos decisivos para o desencadeamento da resistência contra a expropriação e o fortalecimento da luta pela conquista da terra, embora em muitos momentos na fragmentação dessas lutas foi que residiu a causa de sua fragilidade.

A partir dos anos 80, um período turbulento da história do Brasil corresponde à fase de resistência e de enfrentamento ao regime militar, que já perdera sua legitimidade junto à sociedade devido à crise econômica que se esboçava desde 1973, com a chamada crise do petróleo, a retomada vagarosa da inflação e o desmonte das facilidades do paraíso do consumo das classes médias. Nesse processo, havia um clima de esperança, de crença na necessidade da retomada da democracia nos setores de classe popular. Segundo Gohn⁷⁵:

O cenário dos anos 80 é abruptamente alterado, o poder aquisitivo das camadas médias cai e as políticas públicas passam a privilegiar os atores que foram os mais combatidos na fase do regime militar; as classes populares. As pressões destas classes, organizadas devida as condições de arrocho a que foram submetidas, passaram a ocupar as atenções dos políticos, então preocupados com a necessidade do voto popular para legitimar suas ascensões e permanência no poder.

⁷⁴GRZYBOWSKI, C.1987, p. 49.

⁷⁵GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: 1995, p. 135.

Portanto, a organização dos Sem Terra que surge a partir dos anos 80 decorreu como resultado de um processo de expropriação sofrido pelos trabalhadores do campo no Sul do País e, especialmente, em Santa Catarina. Trata-se de trabalhadores rurais, que pertenciam a classes populares e que foram sendo expulsos do campo com a penetração das agroindústrias. O processo de penetração do capital no campo se empenhou para que de alguma forma o agricultor que conseguiu modernizar sua propriedade ficasse atrelado a matriz. Um caso típico foi a agroindústria fumageira do Oeste catarinense, que conseguiu expandir suas atividades.

Em Chapecó, Videira e Concórdia, por exemplo, o desenvolvimento de indústrias frigoríficas levou à alteração da composição sócio-espacial das cidades, ocasionando um excedente de mão-de-obra, não especializado e conseqüentemente, o surgimento dos Sem Terra. De certa forma, as ocupações no Estado são resposta ao movimento de pressão dos trabalhadores do campo.

2 ELEMENTOS DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO OESTE CATARINENSE

“A história nos trouxe até um ponto, onde foi preciso
duvidar de todas as certezas”.
(Sebastião Salgado)

O MST constituiu-se, enquanto movimento de luta, em uma característica particular que o diferenciou de outros movimentos sociais. Ao se organizar, primou por uma estratégia que marcou sua territorialização, na qual os princípios nortearam sua atuação. Foi esse processo que os identificou como um movimento nacional de luta pela terra, pela cidadania e por justiça social. Destacou-se como movimento internacional de luta pela Reforma Agrária e na construção de outro modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira. Nesse sentido, tomou uma dimensão política de resistência como se fosse sua marca registrada. Fernandes⁷⁶ diz:

Desde sua gênese, há vinte e quatro anos, vem construindo o seu espaço político, onde nascem diferentes experiências de organização sociopolítica e econômica, gerando saberes e esperança num refazer-se infinito. O MST é uma organização de dezenas de milhares de brasileiros em movimento numa luta digna. O povo sem terra é um remoto personagem da questão agrária brasileira, que luta a séculos para entrar na terra.

⁷⁶Fernandes, Bernardo Mançano. MST: Formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 136.

Neste capítulo, pretendemos analisar a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Santa Catarina e a organização dos trabalhadores rurais na região Oeste, por se constituir o recorte espacial da pesquisa. A intenção é fazer uma retomada nos aspectos históricos gerais de sua constituição no Brasil e em Santa Catarina, além de aprofundar a análise na importância de sua atuação no Oeste catarinense, no final dos anos 70 e início dos anos 80, na conquista da terra, num período em que as ocupações se intensificaram.

Contudo, analisaremos como a luta pela terra e pela Reforma Agrária foi sendo ressignificada pelos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O objetivo consiste em analisar a importância das alterações e a reestruturação do espaço político-social na região⁷⁷ Oeste catarinense, em especial no município de Abelardo Luz. O estudo transita obrigatoriamente por uma realidade específica, o cotidiano do acampamento. Aprofundaremos estudos sobre as experiências vividas nesse espaço, que mesmo ocupando-o, o trabalhador rural tinha dúvidas se realmente era seu.

A análise do processo de constituição dos sujeitos da luta no campo deve ter presente que a socialização do trabalho agrícola, gerada pelo desenvolvimento capitalista, em algumas situações significou a eliminação de relações personalizadas de favor e dependência, mas em outras, sob novas formas, reproduziu e aguçou tais relações.

Nesse contexto, perguntamos: Como se apresentam, nesse espaço, as relações político-sociais? Quais os valores que abordam na construção da realidade da pequena propriedade e suas perspectivas de reprodução social? Contudo, as contradições embutidas nas relações de produção e as lutas sociais revelam duas faces da expansão capitalista: um mundo vivido sob a ótica da expropriação, separação dos trabalhadores rurais dos meios de produção; e outro, sob a ótica da exploração, a apropriação sobre o trabalho dos trabalhadores do campo. Como, então, esses sujeitos excluídos da terra resolveram, aos milhares e organizadamente, levantarem-se e lutarem pelo retorno da própria condição humana?

Conforme Grzybowski⁷⁸ “[...] aqui cabe insistir no fato de que, do ponto de vista dos trabalhadores rurais, a estrutura agrária comporta uma complexa heterogeneidade e

⁷⁷Existem vários critérios para delimitar a região compreendida pelo conceito de “Oeste catarinense”. No presente estudo, além, do conceito espacial, possui um caráter sociológico, portanto, será utilizada a delimitação feita por Rossetto - 1987, que considera que, do ponto de vista sociológico, é possível incluir como sendo o Oeste catarinense os municípios que, segundo a divisão técnico-administrativa do estado compõe cinco microrregiões, a saber: extremo-oeste – São Miguel do Oeste, oeste – Chapecó, Alto Irani - Xanxerê, meio-oeste – Joaçaba, alto Rio do Peixe – Caçador e alto Uruguai Catarinense – Concórdia.

⁷⁸ GRZYBOWSKI, Cândido. 1990, p.50 e 51.

desigualdade de relações sociais, provocadas pelas formas diferenciadas de expansão capitalista na agricultura”.

Procuraremos, nesse capítulo, construir algumas hipóteses sobre como a energia dos movimentos sociais, liberada de forma fragmentada e diversificada, repercutiu na política, tanto nas esferas da sociedade civil como no Estado. Abordaremos aqui, rapidamente, a constituição histórica do Sul do Brasil, em Santa Catarina, especialmente no Oeste catarinense.

2.1 O Movimento dos Sem Terra no Sul do Brasil

Para entender a história do MST foi necessário compreender que as lutas e as reivindicações travadas no interior do Movimento foram experiências construídas cotidianamente pelos trabalhadores rurais, as quais irão fortalecê-los enquanto grupos, organizados na sua existência, como fator econômico, político e social. O processo de expansão e de fortalecimento do Movimento foi se efetivando durante sua trajetória de luta. A cada ação contrária aos seus objetivos resultava uma reação dos Agricultores, respondida imediatamente. O MST, em sua história, teve avanços e retrocessos conforme poderemos constatar no decorrer dessa pesquisa. Silva⁷⁹ escreve:

Pode-se dizer que o MST é fruto da unificação de diversas lutas e conflitos em torno da questão da posse da terra, ocorridas, sobretudo, na Região Sul do País, entre o final dos anos 70 e início da década de 80, agravadas principalmente, pelos efeitos do processo de modernização da agricultura, pelo esgotamento da fronteira agrícola na região e pelo processo de reconcentração fundiária. Uma das primeiras questões a ser observadas é que o MST não surgiu em um único local, nem é fruto de uma experiência específica, mas sim, o resultado de múltiplas lutas, conflitos e experiências, ocorridas em diferentes espaços e que nem sempre mantinham contatos diretos entre si

Nesse sentido, percebe-se que a ocupação de terras no Brasil se desencadeou como um processo político que precisa ser compreendido como a luta popular de resistência dos trabalhadores do campo, em defesa de seus interesses. Uma resistência que se configurou

⁷⁹SILVA, J. G. da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 160

até o momento da desapropriação do latifúndio, do assentamento das famílias e da produção como pilar que sustentou a pressão para a Reforma Agrária.

No final dos anos 70, em diferentes pontos do país, as ocupações de terras se intensificaram, surgindo inúmeros movimentos sociais no campo com diversas denominações. Nos dois primeiros anos da década de 80, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) registra 1.363 conflitos de terras no Brasil. Nesse período, grande parte das lutas iniciadas pelos movimentos sociais contou com o apoio da Igreja Católica, de alguns partidos políticos e de alguns sindicatos em ascensão. Nesse caso, podemos citar os chamados “Sindicatos Combativos.”

Com o crescimento da luta e da organização, os Trabalhadores Rurais Sem Terra retomam o cenário político através das lutas populares. Um dos movimentos sociais mais representativos que nasceu nesse processo foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Silva⁸⁰ analisa:

As referências históricas sobre sua origem foram as ocupações de terras realizadas nos Estados para a construção de um espaço político de confronto na luta pela terra do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, e em outros lugares do Brasil. Essa forma de organização resultou na fundação do MST, em 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná, com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra. O trabalho pastoral da CPT foi decisivo para o nascimento do MST. As comunidades tornaram-se lugares de discussão e conscientização.

As mudanças políticas ocorridas em meados da década de 80 resultaram de diversos movimentos contra a ditadura militar e pela implantação de democracia no Brasil. Nesse período, constatamos, de modo geral, que as organizações de trabalhadores e as lutas pela conquista de novos espaços, principalmente espaços que os tornassem sujeitos, cresceram expressivamente como resultado de uma ação de parte da sociedade organizada.

Nesse novo momento da História do Brasil, no qual a democratização se apresentava como possibilidades para os trabalhadores reivindicarem seus direitos sociais, o MST se articula com outras entidades, tais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Igreja Católica e

⁸⁰SILVA, Edi. da. *A Questão Agrária e a Justiça*. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 2000, p. 41.

diversos partidos políticos, e passam a exigir do governo da Nova República um projeto de Reforma Agrária, que atenda às expectativas dos trabalhadores. Pasquetti⁸¹ diz:

O MST reconstrói-se no presente como parte das lutas camponesas e populares que ocorreram nos últimos 500 anos no Brasil. É produto da resistência indígena, negra e popular, com novas formas de luta, como a ocupação massiva, o acampamento, as marchas e manifestações. O MST surge como resultado da luta de segmento do trabalhador rural que se defende contra a expropriação e a exploração exacerbada ocasionadas pela implantação de um modelo de modernização agrícola que expulsa cada vez mais as pessoas do campo brasileiro.

As ocupações feitas pelo MST, em vários estados, tinham como ponto de partida a organização. Essas ocupações tiveram certa regularidade, isto é, aconteceram ao mesmo tempo em diversos lugares. Estrategicamente, essa regularidade fortalecia os grupos e ao mesmo tempo legitimava as ações do Movimento.

As lutas empreendidas pelo MST foram carregadas de símbolos e significações que criaram sentidos para seus membros e para a sociedade. A disciplina, o conteúdo de suas reivindicações e a própria estratégia de protesto deram-lhe visibilidade social. Essa postura destacava sua singularidade e assim eram identificados em quaisquer espaços por onde passavam. Outro fator que contribuiu para que o Movimento se legitimasse foi deixar de lado, estrategicamente, o regionalismo da luta, para superar o isolamento das reivindicações e consolidar sua identidade política. Pasquetti⁸² constata:

A utilização de símbolos como a bandeira vermelha, as ferramentas de trabalho como a foice, contribuiu para criar uma imagem de radicalidade, diferenciando-o de outros movimentos e protestos sociais, bem como a forma de organização nos protestos em fileiras, o fato de marcharem de forma organizada por brigadas, são elementos simbólicos que aliados a disciplina e a organização interna estão presentes no agir coletivo do Movimento, e se transformaram em ferramentas eficazes na criação de sentidos.

Essas representações simbólicas foram muito fortes entre os trabalhadores engajados no Movimento, além de serem identificados e reconhecerem-se enquanto

⁸¹PASQUETTI, Luis Antonio; In TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João; (Org.) *Conflitos agrários no norte gaúcho: 1980-2008*. Porto Alegre: EST, p. 80-103.

⁸²PASQUETTI, Luis Antonio. TEDESCO, João Carlos; CARINI Joel João; (Org.) *Conflitos agrários no norte gaúcho: 1980-2000*. Porto Alegre: EST, 2004, p. 80-103.

sujeitos de luta, através delas, eram motivados a enfrentar as adversidades conjunturais do momento, levando-os, com o passar dos anos, à consciência da luta. Assim, em cada etapa, os símbolos usados, inclusive nos Slogans utilizados em campanhas de mobilizações, ganhavam a ressignificação da luta. Vejamos algumas dos diferentes slogans elaborados e utilizados pelo movimento, os quais eram chamados por seus integrantes de palavras de ordem e construídas de acordo com as características de cada período histórico, serviam como lema da organização do Movimento. Caldart⁸³ resume o significado dos Slogans usado pelo Movimento em cada período:

De 1979 a 1985/6: - Terra de Deus, terra de irmãos: terra para quem nela trabalha: terra não se ganha, terra se conquista.
De 1985/6 a 1988/9: - Ocupação é a solução: Reforma Agrária já: enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra: Reforma Agrária na Lei ou na marra.
De 1988/9 até 2007: - Reforma Agrária essa luta é nossa: ocupar, resistir e produzir; MST – agora é pra valer: Brasil, Chile, América Central, a luta agora é Internacional: Reforma Agrária: por um Brasil sem Latifúndio.

É importante frisar, que o MST, enfrentou lutas internas com intensidade igual ou talvez, mais acirradas do que as lutas externas. Contudo, para manter a organização dos trabalhadores, era preciso vencer os próprios obstáculos que, às vezes, transformavam-se em verdadeiras batalhas. Parece estar claro, que para alcançar os objetivos da luta buscavam-se em forças além das materiais, em utopias, que os motivavam a permanecer no Movimento. A essas forças que muitas vezes foram buscadas na consciência política, outras vezes na esperança de um mundo melhor, foram chamadas de Mística, que alimentou o espírito de luta dos trabalhadores durante as mobilizações e enfrentamento.

Consideradas históricas, as etapas de organização do MST, foram marcadas pelas grandes contradições existentes no Brasil: enquanto afirmamos ser o Brasil o quinto país do mundo em extensão territorial, somamos também um grande contingente de trabalhadores rurais sem terra para produzir seu próprio sustento.

Ao nos reportarmos à recente história do Brasil (1970 a 1989) – falamos em recente período, considerando que a história retrata como acontecimentos históricos períodos mais longos – percebemos que, ao invés de se preocupar em fazer a Reforma Agrária num País que tem essa dimensão territorial, em muitos momentos, os governos lançaram apenas

⁸³CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento sem terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 31.

medidas paliativas. Negligenciaram a problemática da falta de terras no Brasil, esquecendo de avaliar a dimensão social de tais medidas para o trabalhador rural.

Durante o regime militar, foi criado o Estatuto da Terra, como forma de propor uma nova política agrária e agrícola para o País. Segundo Lisboa⁸⁴, “[...] os 20 anos de governo militar se assentaram sob duas premissas: para os grandes proprietários, o estímulo à modernização: para os Sem Terra as promessas de Reforma Agrária”. E Lisboa continua:

O atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu no Sul do Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul. A gota d’água foi a ação dos índios de Nonoai, cansados das promessas da FUNAI, expulsaram os arrendatários de sua reserva. Expulsos, sem terra e sem trabalho, esses camponeses passaram a reivindicar terra para trabalhar. Ocupam as fazendas Macali e Brillhante, anteriormente desapropriadas. Tentam ocupar uma fazenda de titulação duvidosa da qual também são expulsos. Decidem por fim acampar na beira da estrada, exigindo terra do Estado. Surge o acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta. Foi em torno dessa luta que se estruturou, lentamente o Movimento dos Sem Terra no Rio Grande do Sul.

No Paraná, muitos trabalhadores remanescentes ou descendentes dos Brasiguaios estavam novamente sem rumo. As terras paraguaias não lhes davam o sustento, pois nesse momento fechavam-se as fronteiras agrícolas, então, os desempregados e os expropriados pela barragem binacional de Itaipu, que acabava de ser concluída, estavam na condição de sem trabalho e sem terra. Após muita peregrinação, juntam-se aos agricultores que já estavam organizados, fortalecendo o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Paraná (MAESTRO⁸⁵).

2.2 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Santa Catarina

Santa Catarina é um dos estados com menor extensão territorial e com uma população de 4,5 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE. No entanto, mesmo com característica de pequenas propriedades, segundo dados do MST⁸⁶, o número trabalhadores

⁸⁴LISBOA, T. K.. 1988, p. 70.

⁸⁵Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná.

⁸⁶TRAMONTE, Cristiana, Revista Dialogo, Cultura e Comunicação. Florianópolis: jul, 1994. Disponível no site: <<http://base.d-p-h.info/fr/fiches/premierdph/fiche-premierdph-2565.html>>. Acesso em: 30 set. 2009.

rurais sem terra cresceu de 128 mil, em 1985, para 160 mil atualmente. Hoje, o Estado possui em torno de 2100 famílias assentadas.

A organização dos trabalhadores do Sul do Brasil, começa praticamente, em janeiro de 1983, quando aconteceu o primeiro Encontro dos Sem Terra dos Estados do Sul. Nesse encontro, eles definiram as diretrizes básicas do Movimento e decidiram que a ocupação de terras era uma das formas de fazer pressão para a solução do problema. E então, os Slogans começam a empreender os mais importantes significados para a luta. O mapa abaixo nos mostra um panorama das decisões e ações do Movimento.

Slogan – criado no Encontro dos Sem Terra dos Estados do Sul



Figura 7 Fonte: *Jornal dos trabalhadores*. Arquivos do CEOM. Chapecó. 2000.

A partir de então, os trabalhadores rurais organizaram uma agenda de lutas sociais, que de acordo com sua implementação redesenhava os rumos do Movimento. No mesmo ano, realizou-se a primeira Assembleia dos Sem Terra, já com a participação dos Sindicatos Combativos, na qual se elegeu a primeira comissão regional, que inicia uma pauta de reuniões e de mobilizações no Estado. As Comissões Regionais se subdividiram em Comissões Municipais e em pouco tempo se espalharam por 17 municípios. O avanço na organização coube ao desempenho processual dos princípios seguidos pela política do Movimento.

Em dezembro de 1984, foi realizado um Congresso Estadual para discussão dos problemas dos Sem Terra e levantaram sugestões para o Congresso nacional de 1985, em Curitiba, com a participação de 1600 delegados. Definitivamente, o Movimento dos Sem Terra estava consolidado no Estado e saiu do Congresso fortalecido tomando vulto,

especialmente, no Oeste catarinense, onde a situação dos trabalhadores se agravava em função do término dos contratos de arrendamentos, que deixavam muitos agricultores sem terra e sem trabalho.

No contexto em que a situação dos trabalhadores se precarizava, o Movimento planeja as ocupações de terras improdutivas no Oeste para posterior desapropriação. A mobilização reuniu 2000 famílias, em maio de 1985, e numa ação organizada e planejada conjuntamente ocuparam terras na região. Ao longo dos anos 80, o Movimento se propagou, transformando-se na principal frente de luta pela terra no campo.

2.3 O movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra no Oeste catarinense

Na conjuntura de fechamento das fronteiras agrícolas, ocorrem as ocupações no Oeste catarinense. No entanto, deslocamos o olhar para a ocupação da Fazenda Burro Branco, em 1983, no município de Campo Êre, por 300 famílias de trabalhadores rurais. Essa ocupação serviu de ponto de partida para a organização dos Sem Terra, nesta região, uma vez que despertou a opinião pública para a problemática da terra no Estado. No dia 12 de novembro do mesmo ano, houve a desapropriação da área ocupada e as famílias, foram assentadas.

Lisboa⁸⁷ destaca a importância dessa ocupação para o MST: “[...] a vitória dos pequenos produtores de Campo Erê passou a ser exemplo para os Sem Terra que começaram a se estruturar com preponderância no Oeste catarinense”. Poli⁸⁸, em sua análise, diz: “[...] a ocupação da Fazenda Burro Branco, em 1983, foi a primeira experiência conduzida no sentido de organização de um movimento maior de luta pela terra”. A luta para a desapropriação desta região já durava mais de vinte anos.⁹

De certa forma, podemos afirmar que as raízes da organização dos trabalhadores rurais, se efetivou no Oeste do Estado, partindo da ocupação da Fazenda Burro Branco e culminando com as ocupações de 1985. O Congresso Nacional de Curitiba, ao elaborar pauta de reivindicações que envolvia a implantação da Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores, despertou em muitos dos participantes a consciência da luta e a importância

⁸⁷LISBOA, T. K. 1988, p. 71.

⁸⁸POLI, O. 2008, p. 70.

da organização. Os trabalhadores rurais, seguiram a partir de então, as diretrizes comuns de mobilizações.

Cabe destacar que as mudanças que deveriam acontecer no Estatuto da Terra também foram pauta de discussão no Congresso, dando aos trabalhadores participantes a possibilidade de apropriar-se de sua essência e lutar para participar dessas mudanças. Sobre o Congresso, Fernandes⁸⁹ escreve:

O MST sai desse Congresso com uma atitude forte: a decisão política de não se iludir com o governo da Nova República. Porém, com a convicção de que a Reforma Agrária só iria avançar se houvesse ocupação, luta de massa. Nasce a primeira bandeira de luta “Ocupação é a única Solução”, “Terra não se ganha se conquista”.

Cabe insistir no fato de que, do ponto de vista dos trabalhadores rurais, a estrutura agrária comporta uma complexa heterogeneidade e uma desigualdade das relações sociais provocadas pelas formas diferenciadas de expansão capitalista na agricultura. Sobre esse processo Grzybowski⁹⁰ diz:

Por trás de suas formas, a expansão capitalista no campo se apresenta, como um processo contraditório com duas faces geneticamente relacionadas e constantemente renovadas: a expropriação – separação dos trabalhadores rurais da terra e dos meios de produção; e a exploração – apropriação do sobre trabalho dos trabalhadores do campo.

Sendo uma condição real, a diversidade de reivindicações e lutas no campo foram a expressão do modo como os trabalhadores rurais responderam às formas concretas de integração e expulsão a que foram submetidos.

Após vários encontros, congressos, manifestações e levantamentos de latifúndios improdutivos, o Movimento apropriou-se da realidade fundiária do Oeste. Os trabalhadores, inclusive, apresentaram ao governador Esperidião Amin um quadro das áreas improdutivas e que poderiam ser desapropriadas na região para Reforma Agrária. No depoimento a seguir, o relato demonstra a eficácia da organização, ao mesmo tempo em

⁸⁹FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 133.

⁹⁰GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE. 1987, p.51 e 52.

que se percebe a perseverança dos trabalhadores. Em Lisboa⁹¹, encontramos o significado do fato da organização que resultou na grande ocupação:

O dia da ocupação foi muito marcante, pois exigiu grandes sacrifícios por parte dos Sem Terra. Dezenas de famílias em cima de caminhões, inúmeras crianças, mulheres grávidas, viajando a noite inteira para chegar ao lugar determinado. O frio era intenso, em alguns lugares chovia. Optamos em viajar durante a noite para não despertar suspeitas, além, da festa de Nossa Senhora do Caravágio. Muitos caminhões se perderam dos demais e rodaram a noite inteira sem achar o local.

As ocupações de 85, foram consequências da organização do MST, a metodologia utilizada baseou-se na participação dos trabalhadores na festa de Nossa Senhora do Caravágio - Romaria da terra - em Guaraciaba, em 1985, no município no Extremo Oeste catarinense. Essa romaria apresentou um diferencial que marcou a trajetória do MST no Oeste. Estrategicamente, a caminhada serviu como disfarce de uma organização prévia, planejada nos mínimos detalhes. Para realizar as ocupações, as comissões tinham como estratégia sua participação na Romaria, assim eram confundidos com os romeiros, pois em comboios de caminhões ou ônibus carregavam mulheres, crianças, idosos e pessoas de frente das comissões para não despertarem suspeitas.

Como ficavam no meio da multidão, bastava um sinal para que o grupo se dispersasse aos poucos e seguisse até o ponto de encontro, anteriormente marcado. Enquanto alguns se dirigiam até as áreas previamente determinadas, outros aguardavam os romeiros que tardavam um pouco mais, devido à precariedade do transporte e também por segurança das pessoas eram orientados a seguirem em grupos por precaução.

O dia da posse foi resultado de muita discussão e planejamento nos grupos de reflexão pelos Sem Terra de cada comunidade ao longo de mais de dois anos. Foram muitas as tentativas de negociação antes das ocupações. Lisboa⁹² descreve:

No dia 7 de maio de 1985, duas semanas antes da posse, a Executiva Nacional do Movimento dos Sem Terra manteve uma audiência com o novo Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, e com o presidente Nacional do INCRA. José Gomes participa, na tentativa de sugerir a solução para a questão dos Sem Terra e cobrar de ambas as partes a imediata solução do problema.

⁹¹LISBOA, T. K. 1988, p.08

⁹²Idem, Ibid, p.73.

Os agricultores saíram da audiência sem nenhuma perspectiva de solução, as discussões se encaminhavam para alternativas distantes e muito vagas, essas indecisões, serviram para motivar as ocupações.

2.4 As ocupações, repercussão da posse, lutas, conflitos, negociações e acordos

Como foi citado anteriormente, outro fator que contribuiu para o desencadeamento do processo de ocupações foi o término dos contratos⁹³ de arrendamento que deixariam, nesse momento, centenas de famílias desalojadas e sem trabalho, além das que já estavam sem alternativas de sobrevivência por falta de terra para trabalhar.

As lutas sociais pela Reforma Agrária prosperaram porque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra criou uma correta agenda de demandas e de ações que foi válida para todo o território nacional. Esse parece ser o segredo organizativo do MST, que ecoando a tradição cultural política da esquerda, desenvolveu-se e tornou-se um movimento nacional.

Mesmo que alguns críticos digam que a generalização do movimento trata de uma orientação problemática, e a história recente provê amplas evidências nesse sentido, pela grandiosidade territorial do país e a diversidade cultural e social de trabalhadores incluídos nos movimentos, esses trabalhadores têm desenvolvido relações comerciais e sociais extremamente diversas. Stedile⁹⁴ cita como exemplo:

⁹³Foram medidas oficiais tomadas pelo governo do Estado para colonização e com vistas a integração da região ao desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina. Impossibilitado e sem interesse de promover a colonização, contratou empresas particulares, para efetuarem a ocupação definitiva do Oeste. Essas empresas possuíam vários benefícios como: recebiam porções de terras e podiam explorar as riquezas, no caso a madeira, e em troca construíam estradas, e deviam povoar a região. Por isso, o destaque da indústria madeireira no Oeste. A propaganda atraiu muitos imigrantes (italianos, alemães e em menor número, poloneses) que deixaram suas terras no RS e vieram para o Oeste comprar terras, isso contribuiu para o aumento populacional, e conseqüentemente, ocasionou a mão-de-obra com baixa remuneração disponível para as madeireiras e as empresas colonizadoras. O trabalho braçal na abertura de estradas, em troca do pagamento do lote colonial, e para compensar o capital na investido na terra foi a saída para alguns imigrantes.

⁹⁴STEDILE, J. P. 1997, p.125.

Os trabalhadores do Norte que vivem da coleta dos frutos do babaçu, ao serem organizados pelo MST, poderão motivar-se pela atividade de coleta, pois suas relações comerciais ainda são muito embrionária, pois, a mercantilização da vida social pouco avançou. Ao contrário de um trabalhador do Rio Grande do Sul, que encontram-se encurralados pelo processo de abertura do MERCOSUL, que, por sua vez, ampliaram notavelmente os requerimentos de desenvolvimento tecnológicos, como forma de sobrevivência no negócio.

Assim, seguindo as determinações nacionais, os trabalhadores regionalizaram no Oeste de Santa Catarina as ocupações de 1985, que se não foram as maiores, acredita-se terem sido a essência para a unidade e o fortalecimento do Movimento, que a partir de então se torna presença indispensável nos trâmites entre os sujeitos e o Estado.

Cabe ressaltar a ineficiência, ou seja, o descompromisso das autoridades em tomar uma atitude com relação à situação dos acampados do Oeste. A falta de atitude e de desrespeito para com os trabalhadores desencadeava um sentido de fracasso. Contudo, a reação vinha em seguida, então, a iminência de conflitos estava posta, e a repressão policial era imediata, o uso da força tinha por objetivo intimidar os acampados. Porém, as transferências, questão que eticamente pertencia ao governo, tornaram-se prática normal de perseguição.

As medidas emergenciais tomadas pelo governo quando se sentiam acuados possuíam um cunho superficial e visavam apenas amenizar, ou ameaçar os conflitos. Nenhuma proposta vinda do executivo apresentava as reivindicações dos trabalhadores rurais. Estratégia ou incompetência? O certo era que o Estado precisava ganhar tempo, portanto, no pico dos conflitos, era de fundamental importância adiar a solução e reverter o processo. Ainda, aos trabalhadores faltavam condições reais de sobrevivência para radicalizar – faltavam comida, remédio e agasalho – e nessa situação estavam crianças, mulheres grávidas e pessoas idosas – situação que os obrigava a condicionarem alguns acordos em troca de suas necessidades básicas.

O aparente acordo por parte do Movimento proporcionou ao governo espaço suficiente para tomar algumas providências e retornar aos trabalhadores algumas de suas reivindicações. O primeiro passo foi acelerar o processo de desapropriação, adquirindo uma área de terra no Oeste, para o deslocamento dos acampados que estavam em situação precária.

Mesmo diante de tantos percalços o Movimento não retrocedeu, mas recuou para reavaliar e replanejar. E foi nesse sentido, que vários pesquisadores, revelaram que o período de ocupações no Oeste catarinense foi um tempo de amadurecimento do MST.

Diante da pressão das ocupações, era necessário repensar ações, retomar algumas diretrizes para não fracassar. Esse cuidado era permanente dentro do Movimento.

A notícia da ação governamental estampou a capa do jornal⁹⁵, de circulação regional e estadual:

O Governo do Estado de Santa Catarina comprometeu-se a providenciar 1.000 hectares de terras, em caráter emergencial, nos municípios de Abelardo Luz e São Miguel do Oeste – pólo dos recentes conflitos - para assentar ali, provisoriamente, as famílias que ocuparam a área até 03 de junho. Essas famílias seriam cadastradas pelo INCRA, e este estudaria a aquisição e desapropriação de 20.000 hectares de terra, estendendo o assentamento a outros municípios vizinhos, Romelândia, Mondai, Descanso e Quilombo.

O acordo incluía primeiro, o deslocamento das áreas ocupadas para áreas transitórias, depois o realocamento definitivo para as terras que o INCRA estava providenciando. Como parte do acordo constava: a garantia de assistência médica, de fornecimento de alimentação, de remédios, de agasalhos e de utensílios que representavam as necessidades básicas dos acampados. O MIRAD, juntamente com o INCRA, comprometeu-se a beneficiar outras 2000 famílias acampadas no Oeste num prazo de 120 dias, e o MST comprometia-se a não promover ocupações nesse período.

No entanto, o governo do Estado e o INCRA não conseguiram manter os acordos firmados com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra dentro dos prazos estabelecidos em função da morosidade burocrática e também da vontade política de muitos envolvidos. Assim, o Movimento se recompôs e voltou às ocupações. Em São Miguel do Oeste, trinta famílias estabeleceram-se na propriedade de Lourival José Sesttugati, na localidade de Treze de Maio, a 15 km do centro da cidade.

Cabe situar que a luta pela Reforma Agrária e suas possibilidades de atender à diversidade das lutas do campo fomentou várias discussões em torno das possibilidades e de sua capacidade de atender essa diversidade de movimentos. Contudo, é necessário ter presente que dificuldades começaram a surgir como contraponto à proposta dos trabalhadores. Na verdade, para quebrar a lógica dominante e constituir uma nova base social de produção que atendesse aos trabalhadores do campo seria necessário criar novas formas de apropriação da terra e dos meios de produção. E entra aqui o jogo de forças

⁹⁵*Jornal O Estado. Santa Catarina.* Florianópolis: jun. 1985, p. 11.

políticas que, aliadas, tentam impor uma Reforma Agrária como política de Estado. Surge, então, emergencialmente, o Movimento da UDR sob a égide de sua salvação.

2.5 As forças contrárias ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: UDR

Enquanto, de um lado, os trabalhadores recebiam apoio à luta pela terra de parte da sociedade, por outro lado, se deparavam com a força quase imbatível dos grandes proprietários de terra, que paralelamente às mobilizações e protestos do MST, organizavam-se para combatê-los, alegando que os manifestantes – o MST – eram contra a produção de alimentos, que suas propriedades colocavam-nos no mercado para alimentação dos brasileiros e que o Movimento desrespeitava o direito à propriedade, sendo este, diziam eles, preceito constitucional. Usando o mesmo discurso, o presidente do sindicato rural de Chapecó, classe patronal, e mais tarde representante da UDR, Sr. **Vilson Lang**.⁹⁶, em entrevista ao jornal *O Estado*⁹⁷, criticou o imobilismo das autoridades catarinenses, afirmando:

As autoridades não tomaram nenhuma medida para coibir as invasões de terra no Oeste. Advertiu que os empregadores rurais da região estavam preocupados em defender suas propriedades contra qualquer invasão, usando a força se fosse necessário. Reclamou que a lei não estava sendo cumprida e que o direito à propriedade privada estava sendo “declaradamente desrespeitada”.

Após alguns ataques ao MST sem muita repercussão, a classe patronal iniciou uma mobilização dos grandes proprietários com várias manifestações de protesto. Segundo a análise do sindicato, a classe estava desorganizada e por esse motivo suas terras estavam sendo ocupadas. Destacou, ainda, que a mobilização da classe patronal era em solidariedade aos companheiros proprietários que tinham suas terras ocupadas pelos agricultores Sem Terra.

⁹⁶Por opção nossa o entrevistado será identificado por iniciais fictícias, apenas para identificá-lo. V. L. é Presidente do sindicato da classe patronal de Chapecó, Santa Catarina. Entrevista dada ao jornal *O Estado*.

⁹⁷*Jornal O Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, jun.1985, p. 19.

Reunidos e solidários entre si, desfilavam com seus equipamentos agrícolas, com seus carros importados, com a imprensa do Sul acompanhando-lhes e fazendo cobertura. Em seus discursos, exigiam providências das autoridades, no sentido da não desapropriação de suas terras, alegando serem os mantenedores do desenvolvimento e do progresso do País. Após as passeatas, o merecido descanso: ao meio-dia, a festa era churrasco regado à bebida à vontade para os participantes.

Entretanto, as dificuldades em conter as ocupações eram cada vez maiores. Mesmo contrários às invasões, havia no MST um fator que preocupava seus adversários: a organização e a estratégia de luta, as quais despertavam nos ruralistas a ânsia de imitá-los para não perderem o rumo. Com essa perspectiva iniciaram um movimento no Oeste chamado União Democrática Ruralista (UDR).

2.6 A Organização da União Democrática Ruralista

A União Democrática Ruralista foi uma associação paramilitar organizada pelos latifundiários para angariar fundos e eleger o maior número de deputados e senadores para, no Congresso Nacional, sustentar suas posições de grandes produtores contrários a Reforma Agrária e combater o MST.

É de fundamental importância analisar o movimento da UDR em sua estrutura organizacional. Fundada, em 1985, por fazendeiros do setor pecuarista, contrários à Reforma Agrária, atuou na região Sudeste, onde encontrou respaldo devido à situação histórica do latifúndio no Brasil, espalhando-se por outros Estados, nos quais encontrou forças entre seus pares. Stedile e Fernandes⁹⁸ analisam:

Desde sua fundação, a UDR mostrou-se frágil em suas formas de articulação, por se pautar em perseguições e assassinatos. Teve grande atuação na Constituinte, quando foi veementemente contra a Reforma Agrária. Seu declínio iniciou em 1988, com a morte de Chico Mendes no Acre, seguido da morte do padre Josimo Tavares, em 1986, em Manaus e completou-se com a candidatura de Ronaldo Caiado a presidência da República em 1989. Isolado dos demais partidos conservadores.

⁹⁸STEDILE, João Pedro e FERNADES, Bernardo Mançano. *Brava Gente*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996, p. 92.

As ações dos fazendeiros contra a Reforma Agrária, proposta pelo PNRA, constituía-se em pressionar até o governo a recuar. A UDR caracterizou-se por ser formada, principalmente, por pecuaristas que dispunham de muito dinheiro. Apoiava-se em entidades de representações políticas, carentes de respaldo das bases e dotados de lideranças pelegas, divididas entre moderados e radicais – estas minorias barulhentas – e primavam por discursos nos quais o maior argumento era a força, validada pela impunidade. O modelo pecuário-madeireiro foi confundido com “o progresso”. Seu impacto mudou as paisagens rurais e urbanas, juntas com a especulação imobiliária. Sobre essa organização, Stedile e Fernandes⁹⁹ afirmam:

Durante o período de sua organização desenvolveu-se um forte comércio de equipamentos, máquinas e implementos agropecuários. A UDR realizou leilões públicos, elegeu deputados, subestimou a classe média e comprou metade da imprensa. Em 1988, no período de maior confronto, sentiu-se suficientemente forte para matar Chico Mendes. Alguns de seus aliados reconhecem hoje que pode ter sido um erro de cálculo.

A UDR, a partir de 1990, com a reprovação de seus próprios aliados, encerrou suas atividades. Rejeitada por parte da sociedade brasileira e da opinião pública desde sua fundação, em virtude de seus atos violentos e suas propostas políticas atrasadas, a união não vingou. Na região Oeste de Santa Catarina, o Movimento enfraqueceu, e hoje praticamente é inexistente, fazendo parte timidamente da Associação Nacional e, em outras vezes, se junta à classe patronal urbana ou da agroindústria.

⁹⁹Idem. (id).

A partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, as políticas de modernização econômicas que se desencadearam no Brasil afetaram também os agricultores do Oeste catarinense que, vitimados pela crise agrícola, sofreram também os prejuízos que não foram pequenos. Dessa forma, sentiram-se ameaçados em seus direitos e reagiram radicalmente na tentativa de saírem da situação em que se encontravam. Sobre essa situação, Martins¹⁰¹ diz: “[...] diante da atmosfera instaurada, os agricultores foram deixados não só sem alternativas econômicas, como também, sem alternativas sociais e políticas”.

Nesse contexto de transformações, porque passava a agricultura, o Oeste de Santa Catarina transforma-se num campo fértil para desenvolver ações políticas de reivindicação por uma sociedade realmente democrática e com justiça social. Acredita-se que foi nesse cenário que o MST encontrou respaldo entre os agricultores fragilizados mobilizados para buscar um novo horizonte, no qual acreditavam poder realmente sonhar com a conquista da terra.

Mesmo conflitante as mobilizações desencadeavam uma espécie de motivação para a luta e se mostravam quase que insustentáveis num processo de arrocho que, a cada dia, deixava mais trabalhadores exaustos e sem rumo. Os protestos e as manifestações de ordem que apareciam eram de certa forma, a reação dos trabalhadores contra a ordem capitalista vigente que os expropriava, inclusive, do direito de viver. Sobre esse processo Silva¹⁰², diz:

O processo de modernização, dos latifúndios brasileiro, responsável pela expropriação massiva de trabalhadores do campo (posseiros, arrendatários, pequenos produtores, parceiros) e a transformação dos mesmos, em assalariados rurais ou urbanos, não se sustentou por si só. Premiadas pela resistência do campesinato, e mais recentemente pela crise econômica, a burguesia viu-se compelida a manobrar e a fazer concessões aos pequenos produtores e a restringir os principais mecanismos financeiros de modernização do latifúndio; os subsídios ou o crédito rural.

Foi por essa razão que, em 1985, a Comissão Estadual da Terra elaborou um documento advertindo as autoridades sobre a questão e distribuiu-o para a sociedade em

¹⁰¹MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 21.

¹⁰²SILVA, J. G. *Reforma Agrária já*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.41.

geral. O documento¹⁰³ advertia: “[...] ou o governo leva a cabo a sua promessa de assentar os agricultores, conforme acordo selado, em Florianópolis, de assentar as famílias acampadas, ou retornariam as invasões”. Com relação a esse fato, Lesbaupin¹⁰⁴ coloca: “[...] o poder é partilhado por setores da burguesia, pelos que dominam na indústria, na agropecuária, no comércio, nos bancos. São meus direitos que são, portanto, respeitados, são os seus direitos que são protegidos pelas leis”, o direito de acesso a terra.

A articulação interna do MST revelou uma maior homogeneidade nas formas de luta em seus vários conflitos particulares. Grzybowski¹⁰⁵, afirma: “[...] a desenvoltura e agilidade do movimento reside na sua estruturação própria e no apoio que lhe empresta a Igreja”. Na realidade, muitos dos impasses internos decorrem da diversidade das relações sociais, como um elemento configurador dos movimentos sociais de trabalhadores rurais. Revelam-se, neste aspecto, as frações específicas desses camponeses, que integram e que incorporam o Movimento, pois nem todos os que não possuem terra agem e pensam como camponeses e aspiram ter terra.

Contudo, no Oeste catarinense, as ocupações foram de uma dimensão que extrapolou os próprios limites do movimento. Tomando como ponto de referência as ocupações de maio de 1985, que praticamente desestruturaram os poderes constituídos, o MST surge da resistência e das ocupações de terras e da precarização dos trabalhadores no campo ou na cidade. Sobre o contexto Grzybowski, analisa:

O trabalhador rural, não podendo mais reproduzir a pequena produção, na fronteira agrícola, devido aos recursos técnicos e financeiros requeridos e aos conflitos aí existentes, para os descendentes de colonos que se identificam como sem terra restou-lhes a iniciativas de lutar pela terra.

Na região Oeste, nos anos 80, as ocupações de fazendas e terras improdutivas condensaram-se pelos desdobramentos das lutas dos expropriados da modernização agrícola, pelas construções de pequenas barragens, pela implantação das agroindústrias que se estabeleceram na região. Exemplificamos com os grandes frigoríficos, tais como: Sadia, Aurora, Perdigão; além da Vacaro, produtora de maçãs, e da Souza Cruz, que não se estabeleceu na região, mas estendeu sua atuação na região. Essas agroindústrias

¹⁰³Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. São Paulo, mar/1986, nº 50, p.14.

¹⁰⁴LESBAUPIN, Ivo. As classes populares e os direitos humanos. Petrópolis: Vozes, 1984.

¹⁰⁵GRZYBOWSKI, C. 1990, p. 23.

monopolizaram a produção, exigindo a integração dos agricultores dentro dos padrões estabelecidos e, digamos de passagem, exigiam investimentos altos, então restou a quem não conseguiu se enquadrar nos padrões do capital internacional, se desfazer da terra e se tornar assalariado do campo ou da cidade.

Nesse contexto, destacamos a importância do Movimento e suas articulações, seguindo a esteira do próprio processo de migração dos colonos, e através da Igreja incorporam grupos de sem terras de vários estados. A crise econômica e a alternativa de voltar ao campo fazem aparecer grupos de Sem Terra em periferias das cidades polos, que passam a integrar o movimento.

Independente de onde surgiram, os Sem Terra organizaram-se de uma forma tão eficiente que, mesmo com algumas restrições dentro do próprio grupo, fizeram com que os olhares nacionais se voltassem para Movimento no Oeste. A dimensão tomada pela organização surpreendeu aos próprios integrantes, que o analisavam sob o ponto de vista das condições dos integrantes, em sua maioria agricultores com pouca ou nenhuma instrução escolar.

Em 1985, quando da intensificação das ocupações do Oeste, o cenário de luta pela Reforma Agrária passa a ser configurado a partir das atenções dadas ao episódio. Como estratégia, o Movimento utilizava a pressão através de ocupações. Foram dez anos de lutas, nas quais os trabalhadores se depararam com todos os tipos de enfrentamentos, desde despejos, violência, polícia, onde alguns perderam a vida.

A falta de competência do governo para resolver a situação no Oeste, além é lógico, das questões dos trabalhadores já citadas, o fato de a região possuir grandes latifúndios improdutivos fez com que o Movimento se firmasse, tomando dimensões, em muitos momentos, quase incontroláveis, inclusive, de confrontos entre fazendeiros, polícia e Sem Terra. Outro fator que acreditamos ter contribuído para criar muitos ranços entre os trabalhadores e os proprietários foi a morosidade e, em algumas situações, o descaso com que o INCRA e o MIRAD trataram o episódio das ocupações.

Conforme informações, documentos¹⁰⁶ apontavam que o INCRA propunha aos acampados acordos que não conseguia cumprir em consequência da burocratização do processo. Talvez, a estratégia fosse ganhar tempo, o que muitas vezes conseguia. O compromisso que as autoridades assumiam fazia com que se amenizassem os conflitos frente à situação de precariedade em que se encontravam os acampados, mesmo sabendo

¹⁰⁶ *Boletim do MST*, CEOM. Uno Chapecó. 1985.

que o acordo poderia vir a não se concretizar, avaliava-se como parte do processo. Porém, o Movimento ficava vigilante e monitorava o andamento dos acordos.

A pressão permanente concretizava algumas ações, conforme o jornal¹⁰⁷ do próprio MST, em junho de 1985, 2000 famílias de Trabalhadores Rurais Sem Terra foram deslocadas para as áreas de assentamento provisório: 500 famílias em 300 ha, em São Miguel do Oeste, e 1500 famílias em 340 ha, em Abelardo Luz. Três dias após terem acampado, foram despejadas porque o advogado dos proprietários Anair M. S. Pereira e Francisco Peixoto Werneck desfizeram a transação de compra e venda com o Estado.

Ao serem deslocado de uma área de terra para outra, em Abelardo Luz, as famílias dos agricultores encontraram sérias dificuldades de locomoção, conforme Lisboa¹⁰⁸:

Chovia, era inverno e o frio era muito intenso. A lama quase impedia a operação de transferência. Em razão dessa dificuldade, a Prefeitura de Abelardo Luz colaborou com o fornecimento de agasalhos, remédios e alimentação. Como a remoção era efetuada por caminhoneiros ou pequenos proprietários, o processo demorou quatro dias.

Em que pese o poder patronal, não há, porém, como ignorar as potencialidades que se embutem nas formas de organização e iniciativas políticas dos trabalhadores do campo. Aliás, os mecanismos através dos quais esse poder se faz ver são tão perceptíveis porque, cotidianamente, ele vem sendo colocado em xeque e precisa se afirmar. Medeiros¹⁰⁹, afirma:

No caso da legislação, por exemplo, e em especial o Estatuto da Terra, para além de seus efeitos mais visíveis, permitiu um campo de disputas em torno do acesso a terra. Concomitantemente às transformações que ocorriam no meio rural, pelo surgimento do sindicalismo hegemônico pela CONTAG, em processo de organização completamente adverso, fez da Reforma Agrária e da luta pelos direitos trabalhistas suas principais bandeiras.

Os acampamentos provisórios não davam condições de trabalho, porque os acampados precisavam de autorização do INCRA para efetuarem qualquer plantação e, em consequência disso, a situação aguçava os enfrentamentos entre os agricultores e o governo. Até que, em 27 de junho, os trabalhadores conseguem avançar nas negociações

¹⁰⁷Jornal do MST, em Santa Catarina. Secretaria Estadual. Notícias, jun/1985, p. 3-5.

¹⁰⁸LISBOA, T. K. 1988, p. 58.

¹⁰⁹MEDEIROS, L. S. 1987, p. 73.

com o Governo do Estado, que conseguiu cumprir parte do acordo firmado com os Sem Terra e alugou 750 ha da Fazenda Úrsula Florestal Ltda., de Chapecó; 650 ha localizados em Faxinal dos Guedes; e 100 ha, em Abelardo Luz. Como fazia parte do acordo com os Sem Terra, o INCRA comprometeu-se em mobilizar 20 mil ha para assentamentos definitivos.

A aquisição das terras pelo Governo propiciou a transferência das famílias de acampados Sem Terra para os dois locais de assentamento temporário. O novo acampamento ficava no município de Abelardo Luz, a quatro km de distância do atual, mas o de Faxinal do Guedes ficava na saída para o município de Ipumirim, a 40 km de distância, e exigia 8 dias para a mudança do pessoal. No processo de transferências estavam presentes os sindicatos e as paróquias do Oeste.

As péssimas condições dos agricultores acampados provocaram a morte de duas crianças por falta de atendimento médico, remédios e alimentação. Um dos trabalhadores, R.P.S.¹¹⁰ disse em entrevistas que: “[...] a luta foi tensa, parece que tudo estava contra nós, inclusive o poder público. A resistência em nos aceitar foi terrível, sofremos muito, só nessa área tiveram sete liminares de despejos”.

As condições precárias dos acampamentos obrigavam o MST a buscar estratégias para manter os trabalhadores organizados e firmes em suas proposições de luta e uma das ações era mobilizá-los constantemente. Então, promoveram duas grandes manifestações públicas no Oeste catarinense, realizadas em 21 de julho, em Faxinal dos Guedes, e em 28 de julho, em São Miguel do Oeste, com a presença de dezenas de sindicatos e milhares de manifestantes. Essas manifestações, além de mantê-los organizados, também eram uma estratégia de não se deixar recuar perante as dificuldades.

As manifestações buscavam despertar o apoio da sociedade em geral e sensibilizá-la para a problemática da terra e a necessidade de implantação da Reforma Agrária. Para isso, utilizavam-se da simbologia e da mística, que serviam como estratégia para chamá-los à participação. Cada reunião ou mobilização eram iniciadas com cânticos, rezas, palavras de ordem, encenações. Também carregavam muitos símbolos, como podemos exemplificar: bandeiras, fotos de personagens com as quais os manifestantes se identificavam por sua história de luta e que por causa dela perderam suas vidas – Che Guevara e Chico Mendes. Levavam, ainda, instrumentos de trabalho: foice e enxada, e

¹¹⁰Nas entrevistas optamos por usar somente as iniciais do nome dos trabalhadores entrevistados para proteger sua identidade. R. P. S. é integrante da Comissão Estadual dos Sem Terra, em SC.

encerravam as comemorações com uma tribuna livre, na qual muitas pessoas tinham oportunidade em se manifestar.

Conforme escreve Lisboa¹¹¹: “[...] o mês de agosto de 1985 se apresentou aos acampados como um dos mais duros, acabou a alimentação arrecadada pelas paróquias nas comunidades e eles começaram a passar fome de verdade”. Diante da situação, o Movimento, imediatamente, sai em socorro às famílias acampadas. Segundo o informativo¹¹² do MST:

Reúnem-se com representantes da CUT¹¹³, secretários da agricultura, do desenvolvimento social, do trabalho, da saúde e LADESC¹¹⁴ – para tomar providências urgentes a respeito da situação dos Sem Terra. Fica combinado a distribuição por parte do Governo do Estado, a entrega nos acampamentos de uma cota de alimentos, sob forma de sacolão, via programa “Olha o Peixe”. Em acerto com a Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Social, os recursos necessários para custear a alimentação, seriam repassados ao Movimento.

A relação do Movimento com o Estado foi marcado pelo estremecimento e até pelo antagonismo. Em relação aos órgãos político-administrativos ligados à questão da terra, Poli¹¹⁵, diz:

O confronto se deu entre duas lógicas diversas e até antagônicas sobre o modo de tratar a questão da terra. Enquanto o movimento tratava da questão da terra a partir de uma lógica política, os órgãos estatais tendiam a reduzi-la a uma questão técnica e administrativa conduzida a partir de procedimentos burocráticos.

Era final de novembro e não havia definições para as famílias acampadas em áreas provisórias. A morosidade dos processos de desapropriação e assentamentos obrigava o Movimento a radicalizar ações na tentativa de acelerar o processo, visto que as famílias passavam por sérias dificuldades. Reúnem-se em assembleias para replanejar suas ações.

¹¹¹LISBOA, T. K. 1988, p. 77.

¹¹²*Boletim Informativo*. Secretaria Regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Chapecó: CEOM, 1985.

¹¹³Central Única dos Trabalhadores.

¹¹⁴Laboratório de avaliação de desempenho de sistemas computacionais.

¹¹⁵POLI, O. 2008, p. 113 e 114.

No mesmo dia, encontrava-se no jornal¹¹⁶ o resultado de uma assembleia dos trabalhadores:

Os Sem Terra decidem em assembléia que precisavam tomar providências, urgente. E, como as coisas só se resolviam com muita pressão, decidem ocupar a sede do INCRA em Chapecó. Vinte seis colonos entraram na Sede e prometeram permanecer no escritório até que a emissão de posse das demais terras desapropriadas fosse repassada ao INCRA e em seguida aos Sem Terra.

Na verdade, a pressão resultou em 300 famílias assentadas em Itaiópolis e retornou nos trabalhadores o ânimo da luta que continuou, conforme diz o líder do Movimento. E. B.¹¹⁷:

Final de ano, para os agricultores acampados aumenta os dias de espera. O Natal nos acampamentos foi triste e sem muita esperança. Nada de doce, presentes, o mesmo feijão e arroz de sempre. Os Sem Terra ficaram praticamente esquecidos da comunidade e das instituições do Estado. Nem o apelo das mães acampadas feito em carta aberta para a população foi atendido.

Passaram-se os meses de janeiro e fevereiro de 1986, um calor insuportável, e os agricultores, debaixo de lonas de plástico preto, continuaram recebendo quinzenalmente o sacolão – espécie de cesta básica de alimentos, que consistia em feijão, arroz, trigo, açúcar e, às vezes, sardinha. Na tentativa de resolver a situação dos trabalhadores acampados, que se encaminhavam para a miséria extrema, outra comissão de agricultores Sem Terra (já era a terceira comissão) dirige-se até o INCRA, em Chapecó, para pedir o cumprimento do acordo firmado, no ano anterior, entre a União, o Governo do Estado e o Movimento dos Sem Terra, que encerrara seu prazo em 30 de novembro de 1985.

Entre as ocupações da sede do INCRA, em Chapecó e Florianópolis, o Movimento mostrou sua capacidade de articulação política junto aos trabalhadores. Nas idas e vindas das comissões, que também conseguiram se manter concisas em suas posições, fica registrada a importância da organização, que apesar das dificuldades construiu uma identidade cultural, fundamental para o Movimento. Ao mesmo tempo, construiu uma nova

¹¹⁶Jornal *Folha da Manhã*. Chapecó: 1985.

¹¹⁷Líder estadual e integrante do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entrevista concedida a Revista: *Sem Terra*. Nº 11 v.8. 1986, p. 15 e 16.

utopia social, que aponta a transformação das relações sociais existentes para a construção de novas relações sociais.

Nesse ritmo de pressão, os agricultores conseguiram, até março de 1986, que 248 famílias fossem para áreas definitivas. O número era insignificante, tendo em vista a previsão de assentamentos proposto no PNRA, porém já significava um avanço, e a conquista era real. Cabe destacar que, a cada assentamento conquistado, elucidavam-se os sinais de maturidade política do Movimento que, ao decidir formas planejadas e táticas adequadas de ação, avançava progressivamente.

Em abril de 1986, acontece o 2º Congresso Estadual dos Sem Terra, no Centro de Formação Diocesana de Chapecó. Sobre o Congresso, E. B.¹¹⁸ diz que:

Estavam presentes mais de 200 delegados representando todos os agricultores Sem Terra do Estado. O objetivo do Congresso era fortalecer o Movimento em nível de Estado e ao final redigir um documento no qual constaria os resultados das discussões que tinham sido feitas em nível regional em todo o Estado. Na pauta do Congresso estava presente a discussão da Reforma Agrária, os assassinatos no campo e um plano unificado de lutas.

Após o congresso, o Movimento executou uma agenda de ações elaboradas pelos congressistas, entre as quais se destacam: acampamentos na capital do estado, greve de fome, elaboração de documentos ao governo do Estado, audiências com o governador. Nesse momento, era preciso radicalizar, sendo esta a condição que restava diante da problemática existente, quando muitas famílias ainda se encontravam em acampamentos provisórios.

Conforme informações do MST, mais de 300 agricultores Sem Terra do Oeste que se encontravam na capital do Estado realizaram um ato público no largo da catedral, no qual mostravam à sociedade a situação vivenciada pelas famílias acampadas. Após a manifestação, permaneceram acampados mesmo em condições precárias, com falta de colchões e alimentos.

Na frente do barraco, destacam Scherer-Warren¹¹⁹, havia um cartaz com os dizeres: “Precisamos de arroz, feijão açúcar, carne, farinha, azeite e verduras. Sua solidariedade é importante. Com terra, produziremos tudo isso”.

¹¹⁸Líder estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entrevista concedida a Revista: *Sem Terra*. Nº 11 v.8. 1986, p. 16.

Enquanto uma comissão se dirigia para a Capital Federal, no Oeste, as coisas fervilhavam entre despejos e ocupações. O ciclo de acampados era constante, a migração de famílias de vários municípios para a região era crescente e, ao mesmo tempo, assustadora. Em pouco tempo, a população de alguns municípios praticamente dobrou.

Na área desapropriada – Fazenda Parolin, em Itaiópolis – não houve assentamento por ser considerada área de Reserva Ambiental¹²¹. O Instituto Brasileiro de Reserva Ambiental (IBDF) impediu sua utilização, criando novo impasse entre proprietários da Fazenda Parolin e o Movimento. A situação surgiu com certa preocupação para o governo, que, imediatamente, autorizou, através do INCRA, o assentamento das famílias que se encontravam em acampamentos provisórios desde maio de 1985.

2.7 Crescem os impasses com novas ocupações no Oeste

O avanço das ocupações gerou grande repercussão na imprensa estadual. No dia 13 de fevereiro de 1985, a manchete que estampava a capa do Jornal¹²² era a seguinte:

MAIS UMA FAZENDA INVADIDA

Quarenta e quatro famílias Sem Terra estão acampadas desde a madrugada de domingo na Fazenda São José do Bom Retiro, interior de Abelardo Luz. A propriedade rural tem 700 alqueires e pertence ao fazendeiro Alaor Virmond. Os advogados dele dizem que a fazenda é totalmente produtiva e a área ocupada é de preservação ambiental. Os advogados de Virmond dizem que a principal preocupação do fazendeiro é com a ameaça de conflito. Ele e a família são obrigados a passar pelo acampamento para chegar a casa.

¹²¹Lei Ambiental Nº 6.938 de 31/08/1981: “Caput”, do Art. 225:

“Art. 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. E no art. 2º, diz: A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio - econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. É da competência administrativa – A proteção do meio ambiente como um todo, bem como o combate a poluição em qualquer de suas formas, a preservação das florestas, da flora e da fauna, e a exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios, estando incluídas responsabilidades de estabelecer a delimitação da área ecologicamente relevante, onde o uso do patrimônio, ali inserido, ficará condicionado às disposições constantes de Lei

¹²²*Diário Catarinense*. Arquivos do MST. CEOM. Chapecó. 13 fev, 1986, p. A9.

Procurado pelo jornal¹²³, o chefe de gabinete da Prefeitura de Abelardo Luz disse que, em pouco mais de 15 dias, o município teve quatro áreas ocupadas. Relatou ainda que os Sem Terra procuraram a Prefeitura, para pedir lonas e auxílio alimentação, mas que geralmente os pedidos não podiam ser atendidos. Em entrevista, Souza¹²⁴ diz:

As ocupações em Abelardo Luz tiveram uma consequência imediata muito negativa, a população rural praticamente dobrou e a infra-estrutura, não comportou a situação. O município foi colocado a mercê de sua competência administrativa, sem a colaboração do Estado e sem reserva de caixa, para subsidiar de imediato os acampados, o foco das ocupações passou ser os centros urbanos. A prefeitura e o Fórum foram ocupados e se tornaram abrigo dos Trabalhadores Rurais.

Conforme dados do IBGE, só em maio de 1986, 582 dessas famílias foram removidas para áreas definitivas, ficando assim distribuídas: 114 famílias foram para o imóvel de Putinga, em Matos Costa, 56 para o imóvel de Rio Timbó, em Lebon Régis, e 12 foram para o imóvel de Fazenda Velha, no município de Irani. As outras famílias, que iriam para Fraiburgo foram impedidas por madeireiros da região e tiveram de permanecer em um hotel até que o INCRA solucionasse o impasse com os madeireiros, que alegavam ser a área produtiva.

Em 27 de junho, foram anunciadas as desapropriações de mais quatro áreas em Santa Catarina: Fazenda Putinga, em Matos Costa, com 1400 há; Fazenda Rio Timbó, com 600 há; Fazenda Rio Mansinho, com 516 há; e Fazenda Rio dos Patos, com 1278 ha.

Contudo, permaneciam os impasses em acampamentos provisórios, pois muitas famílias ainda aguardavam para serem assentadas. Em entrevistas, os moradores evidenciaram o sentimento de inutilidade a que estavam submetidos, não podiam plantar porque estavam em área provisória e ainda, o que consideravam pior, dependiam de outras pessoas, parentes ou do Poder Público para a sobrevivência, uma vez que eram incapazes de produzirem seu sustento. Muitos acampados transformaram-se em bóia-fria, a fim de sustentarem, mesmo que precariamente, suas famílias.

Em julho de 1986, as famílias de acampados na Fazenda Santa Úrsula foram avisadas que precisavam se retirar imediatamente da área, pois ela pertencia ao Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e havia sido leiloada, e a compradora – família

¹²³*Diário Catarinense*. Arquivos do MST. CEOM. Chapecó. 13 de fev, 1986, p. A9.

¹²⁴Antenor de Souza. Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Abelardo Luz. Entrevista ao Jornal Diário de Chapecó: em 1986, p. 5.

Ferronato, de Xanxerê – tinha dado 15 dias para a retirada das famílias do local. Duas semanas depois, as famílias foram despejadas pela justiça. Temendo represálias e sem ter para onde ir, mudaram-se para outra Fazenda, a Papuan II, em processo de desapropriação. No local, já se encontravam 25 famílias de posseiros aguardando assentamento.

A partir de julho de 1986, os conflitos acirram-se com tamanha rapidez, entre despejos, transferências e processos na justiça, que foi preciso replanejar algumas ações, pois o Oeste catarinense estava vivendo um clima de pré-guerra. O MST, como setor melhor organizado entre os movimentos sociais surgidos no período citado, possuía condições de recuar e reavaliar o processo de ocupações, que tomavam dimensões quase incontroláveis, e foi o que fez. Nesse momento conturbado, sua maior preocupação estava nos sujeitos acampados que, sem dúvida, eram os mais atingidos.

Mesmo tomando todas as precauções possíveis, conforme relatório¹²⁵, as ocupações continuavam, certamente seguindo orientações do Movimento. Foi assim que as famílias despejada da Fazenda Capão Grande subdividiram-se: 130 foram para uma área do INCRA, de cinco ha, na Fazenda Papuan I, recém-desapropriada; outras 110 famílias, sem ter para onde ir, protestaram, armando seus barracos em frente ao Fórum e à Prefeitura de Abelardo Luz, permanecendo ali por mais de um mês.



Figura 10 Trabalhadores despejados da Fazenda Capão Grande acamparam em frente a PM. De Abelardo Luz, porque não tinham para onde ir.
Fonte: *Acervo fotográfico do MST*. CEOM. Chapecó. 2000.

Em 1986, no mês de agosto, na sede do INCRA em Florianópolis, foi instituída a Comissão Agrária de Santa Catarina, com a participação de representantes de 15 entidades que promoveram, de 22 a 25 de julho de 1986, o dia do colono, cujo objetivo era acelerar o

¹²⁵*Relatórios do MST*, Arquivos do CEOM. Chapecó: 1986, p. 3.

processo de implantação da Reforma Agrária e alterar a atual situação do homem rural. O jornal *Diário Catarinense*¹²⁶ relata como isso se desenvolveu:

No encerramento da programação do dia do colono, uma passeata reuniu mais de 600 pessoas vindas de todos os municípios do Estado, protestando contra a morosidade na Implantação da Reforma Agrária e a violência contra os trabalhadores do campo. Também foi entregue ao Governador do Estado, Esperidião Amin e ao diretor regional do INCRA A. P. Simon, um documento contendo as denúncias do País e principalmente em Santa Catarina.

Nessa época, no Centro Arquidiocesano de Florianópolis, com o apoio de diversas entidades, houve o lançamento do livro *Assassinatos no Campo – 64 a 85*, pela CPT e o Movimento dos Sem Terra. Esse livro denunciava a crescente onda de violência contra os acampados.

A presença da religiosidade foi, sem dúvida, incontestável, o que representou a articulação do Movimento com os traços culturais fundamentais, da população de Trabalhadores Rurais Sem Terra. Resistir passa a ser, então, o fruto de uma decisão política calcada num novo entendimento da realidade vivida, numa forma de consciência, numa nova forma de conceber a participação política e numa qualidade nova de fazê-lo.

O contexto de violência – em decorrência dos despejos, do desrespeito das autoridades para com os acampados, da ação da polícia no sentido de intimidar e reprimir – obriga o trabalhador a se apegar a algo sobrenatural, um sentimento de esperança que ameniza as dificuldades e ao mesmo tempo os fortalece na fé.

A partir da religiosidade, das reflexões que nascem da Bíblia, confrontadas com a realidade, pode suscitar uma fé dinâmica, viva e engajada na luta, capaz de contribuir na construção coletiva de um mundo mais humano e justo. Sem dúvida, as grandes ações do Movimento consideradas, às vezes, como utópicas ou até perigosas, tiveram seu planejamento embuído de questões de crença num mundo melhor. Foi essa força que levou os trabalhadores na Marcha até Brasília.

Logo após o regresso das comissões, da marcha a Brasília, o Ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, esteve em visita a Chapecó, cumprindo extenso programa político e só visitou um acampamento de 35 famílias, na Fazenda Zandavali, que haviam sido desalojadas pelos índios Kaingang. Descumpriu a promessa, feita ao MST, na capital

¹²⁶*Jornal Diário catarinense*. Caderno especial. Jul.1986, p;9.

Federal, em visitar os acampamentos nos municípios onde os conflitos eram maiores. Visitou os acampamentos das famílias de agricultores que há muitos anos haviam se apropriado das terras indígenas e estavam aguardando o desfecho judicial contra os índios.

O acampamento não fazia parte da organização do MST. O que chamou atenção nessa visita foi que, estranhamente, o Ministro, que havia se deslocado para resolver as questões relacionadas aos acampamentos do Oeste, não visitou nenhum acampamento ou assentamento dos Sem Terra, pertencentes ao Movimento.

A única referência feita aos Sem Terra pelo Ministro foi em sua entrevista à imprensa¹²⁷, quando, com grande otimismo, falou: “[...] Santa Catarina é o Estado mais adiantado no Programa Nacional de Reforma Agrária”. E, continuando, clamou aos Sem Terra: “[...] não se desesperem, acreditem na sua força, na organização e no compromisso assumido em praça pública pelo presidente Sarney”.

O discurso demagógico do Ministro serviu para deixar claro o desinteresse do governo com relação à realização da Reforma Agrária, e aguçar mais forte o sentido de luta dos trabalhadores. Em resposta e indignados, os trabalhadores retornam a ocupar espaços. Em poucas semanas, três novas fazendas são ocupadas. Dados do Movimento contam que mais de 260 famílias aguardam assentamento em Abelardo Luz.

Em 1987, a ocupação da Fazenda Bom Retiro (conhecida como Dissenha, por pertencer à família Dissenha), no município de Abelardo Luz, pelos Sem Terra, também foi extremamente complicada. A violência executada através da ordem de despejos, a falta de infra-estrutura, a pistolagem¹²⁸ que os rondava, marcaram o acampamento por dois longos anos. Enfrentar a estrutura capitalista que avançava o meio rural, extremamente radical e com influência que se opunha à distribuição de terra e, conseqüentemente, à Reforma Agrária estava na agenda do Movimento, porém era preciso buscar alternativas que não prejudicassem as mobilizações e mantivessem os trabalhadores unidos.

Das famílias acampadas no Oeste catarinense, no período de 1985 a 1997, mil foram para Abelardo Luz e é especificamente essa ocupação que vamos pesquisar, pois constitui o recorte do trabalho. Na entrevista extraída do jornal *O Estado*¹²⁹, o coordenador do MST diz que:

¹²⁷*Jornal O Estado*. 11 out.1986.

¹²⁸Grupos de pistoleiros, contratados pelos fazendeiros, para vigiar os acampamentos e pressionar os acampados a deixarem as fazendas.

¹²⁹*Jornal. O Estado*. Santa Catarina. Entrevistas. Caderno especial. 1999, p. 11.

A medida em que foram crescendo as ocupações, a pressão ao movimento foi se expandindo e foi tendo outras preocupações, além, de ocupar a terra. No começo a gente dizia: “terra para quem nela trabalha”. Continuamos entendendo ser esse, o princípio fundamental. Depois, a gente avançou, pra uma palavra de ordem que era: “Reforma Agrária, na lei ou na marra”. “Se não sai pela lei, tem que sair pela pressão”. Depois, evoluiu para outra formulação: “ocupar, resistir e produzir. Então, era a ocupação, que precisava resistir nos acampamentos. Nessa época, tinha toda aquela pressão, foi criada a UDR. Os despejos, os assassinatos, as perseguições, (que continuam até hoje). Optamos por continuar com o lema; ocupar, resistir e produzir. Ocupar, tava sempre na ordem do dia.

As decisões tomadas pelo MST deram novos ânimos aos trabalhadores do campo, que se encontravam meio desanimados devido às pressões que vinham sofrendo. A partir desse momento, a retomada da luta amplia as discussões da problemática da terra, e tomam como base de experiência para continuar a ocupação da Fazenda Burro Branco, em Campo Erê, em 1983. Nesse sentido, o coordenador regional do MST¹³⁰ diz: “[...] não adianta só conquistar a terra, é preciso conquistar as condições de se trabalhar na terra”. Evidenciando, assim, um processo de amadurecimento interno do MST.

A rapidez com que aconteceu a desapropriação da Fazenda Burro Branco e o assentamento das famílias em Campo Erê, trouxe para o Movimento a esperança de conquistar a terra e tornou a região um dos *locus* importantes de gestação e de surgimento do MST. Para Lisboa¹³¹, houve três momentos memoráveis que colaboraram para o surgimento do MST no Oeste catarinense e que, de certa forma, caracterizaram o Movimento, pois a partir desses processos o mesmo se estruturou no espaço da região:

- a) A ocupação da Fazenda Burro Branco no município de Campo Erê, em Junho de 1980.
- b) O trabalho de levantamento, identificação e organização dos Sem Terra nos diferentes municípios, através da CPT e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais, nos anos que se seguiram a primeira ocupação. Este momento também foi marcado pelo amadurecimento, dentro da CPT, da idéia de criar um movimento autônomo e específico de sem terras. Durante esse período que se estende até 1985, houve também algumas tentativas frustradas de ocupação de algumas áreas na região.
- c) A grande ocupação de Maio de 1985, intitulada de Operações Integradas de Ocupações Simultâneas, quando mais de duas mil famílias de sem terras ocuparam, na mesma noite, 13 áreas diferentes. Este foi o momento de afirmação e consolidação do MST na região.

¹³⁰Jornal O Estado. Santa Catarina. Entrevistas. Caderno especial. 1999, p.11.

¹³¹Lisboa, T. K. *A luta dos sem terra no oeste catarinense*. 1987, p. 78.

Diante da importância que teve a ocupação da Fazenda Burro Branco, vamos nos deter rapidamente em seu desencadeamento. Em primeiro lugar, a ocupação serviu para colocar, de forma mais explícita e concreta para a sociedade e para a própria Igreja, a problemática dos Sem Terra.

A história do MST no Oeste catarinense, em parte, instaura-se em 12 de novembro de 1980, quando a área de ocupação da Fazenda Burro Branco, em Campo Erê, foi desapropriada, o que foi uma vitória não apenas para os acampados em si, mas para todo o processo de organização do Movimento. Conforme Bazotti¹³² escreve:

O processo organizativo, iniciado a partir do contato da Igreja com os acampados, prosseguiu após a desapropriação, através de um contato permanente do pessoal da CPT e outros assessores por ela articulados, para promover a discussão coletiva do processo de ocupação da área e organização da produção. Foi a partir daí que foram introduzidos entre os assentados temas como: cooperação, grupos de produção coletiva.

Assim, um fator configurado pelo MST como decisivo para o crescimento das ocupações no Oeste catarinense foi, sem dúvida, a ocupação da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê. Essa ocupação trouxe ao Movimento, que já caminhava rumo à organização na região, os ingredientes que buscavam para efetivar a organização, a participação e, acima de tudo, a articulação. A ocupação, com seu caráter peculiar, cultivou sementes que já germinavam no Movimento. Mesmo se tratando de uma ocupação espontânea, carregou para o interior do MST um significado importante no processo de construção do Movimento dos Sem Terra.

2.8 Ocupação da Fazenda Burro Branco: novo cenário no Oeste catarinense

A ocupação da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, foi o primeiro passo na história do MST no Oeste catarinense por ter sido a primeira ocupação,

¹³²BAZOTTI, A. *Assentamento rosário e a conquista da fronteira: entre o coletivo e o familiar*. Dissertação (Mestrado sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007, p. 42.

sem um caráter político-ideológico, motivada principalmente pela necessidade de ter terra para trabalhar. Bazotti¹³³ escreve:

A ocupação da Fazenda Burro Branco em 1980 foi a primeira experiência conduzida no sentido da organização de um movimento maior de luta pela terra. Na verdade, a ocupação em si foi de natureza espontânea e desprovida de um caráter político-organizativo voltado à construção de um movimento de luta pela terra. A participação da Igreja e outros mediadores no gerenciamento do conflito, assumindo a defesa dos acampados é que possibilitou a politização do conflito e sua articulação com a problemática da concentração da terra e com a luta pela reforma agrária.

Mesmo não sendo totalmente organizada, essa ocupação teve um caráter peculiar em relação a outras ocupações que aconteceram posteriormente. Ela partiu da iniciativa de um trabalhador residente no município de Mondai, Oeste catarinense, que trabalhava em dois hectares de terras de propriedade de seu pai e carregava consigo o sonho da aquisição de uma área de terra para a construção de sua própria unidade produtiva. Esse trabalhador tentou conseguir terra pelos padrões formais ou tradicionais de apropriação, mediante o pagamento em dinheiro e não conseguiu. E ter terra de propriedade sua era, sobretudo, para ele, uma questão moral, pois significava estar além dos outros.

Outro fator determinante para o MST foi perceber que o isolamento das ocupações era um agravante na luta pela terra. Perceberam que a conquista da terra e a Reforma Agrária não dependiam somente do campo, mas também da cidade. Então, havia necessidade de articulação entre esses dois espaços de resistência para se fortalecerem e construírem, de maneira coletiva, ações que se tornassem conquistas.

Não podemos esquecer, no entanto, que o MST não é resultado de uma proposta política de um partido, da Igreja ou do Sindicato. Embora tenha recebido apoio de todos esses órgãos, surge a partir das desigualdades sociais existentes no interior do sistema capitalista de produção e que, como fruto no meio rural, expressou-se de forma contundente. Stedile¹³⁴ afirma:

¹³³BAZOTTI, A. *Assentamento Rosário e a conquista da fronteira: entre o coletivo e o familiar*. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007, p. 42.

¹³⁴STÉDILE, João Pedro. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 35.

Aprendemos que a luta pela terra não pode se restringir ao seu caráter corporativo, ao elemento sindical. Ela tem que ir mais longe. Se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com uma organização maior, a luta pela terra não terá futuro. É justamente essa organização maior que fará com que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária. Aí, já é um estágio superior da luta corporativa. É agregado à luta pela terra, o elemento político.

Resistir a tudo isso é ter como princípio a noção de liberdade, mesmo tendo certeza de que tais enfrentamentos podem trazer, tanto para o coletivo, como para o indivíduo, consequências imprevisíveis. Mesmo diante desses desafios, o Movimento não pára. Sobre isso, Salgado¹³⁵ diz:

Para mim o Movimento dos Sem Terra é um dos únicos movimentos – senão o único – que reúne em sua ação a luta pela dignidade e pela cidadania no Brasil. Sua ação é toda centrada em uma só preocupação, um só eixo: promover a real e justa divisão de renda do país que tem o sistema de distribuição de renda mais injusto do mundo. Acompanho sua luta com atenção, desde o início. Creio também que sua maior importância está no fato de incorporar e materializar todas as experiências anteriores, e que este sistema injusto que domina nosso país vem tentando, ao longo dos anos, apagar da nossa memória. [...] “qualquer brasileiro que tenha um mínimo de responsabilidade, que tenha consciência da situação social real do nosso país, tem o dever de acompanhar e apoiar o trabalho e a luta do MST.

2.9 Os dados levantados pela CPT, pelos Sindicatos e pelo MST

O trabalho de levantamento e identificação dos Sem Terras nos diferentes municípios, através da CPT e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais, nos anos que se seguiram a primeira ocupação, está representado na tabela abaixo. Inicialmente, essas famílias ocuparam as seguintes terras:

¹³⁵SALGADO, Sebastião. 1985. Apud: STEDILE, João Pedro. no Brasil. 1999, p. 170.

Tabela 2 – As primeiras ocupações de terra organizadas pelo MST, no Oeste catarinense

Quantidade ha	Nº de famílias	Município	Proprietário
2072	260	São Miguel do Oeste	Moser, Zardinello, Festugatto, Rubino e Alberto
275	120	Romelândia	Salvati e Helb
130	15	Maravilha	Guido Bordignon
200	15	Descanso	Fiorini
1850	225	Mondaí	Braganholo, Italo, Luca e Hickman
2000	1000	Abelardo Luz	Fazendas Papuan – Nair M.S. Pereira e Fazenda Santa Rosa - Carmen Gondin
200	24	Quilombo	De Conte
6427	1657	7	

Fonte: Assessoria de Imprensa do MST de Santa Catarina. Chapecó. Junho de 1985. Texto.

Um dado curioso: em levantamento anterior, registrou-se um número de 30.000 famílias Sem Terra no Oeste e, conforme a exemplificação mostrada na tabela acima, apenas 1657 famílias encontravam-se nessa ocupação. Outro dado interessante foi a quantidade de terras improdutivas ocupadas nesse momento. Onde estão as famílias Sem Terra, que não se encontravam em ocupações? De acordo com o que escreve Lisboa¹³⁶:

As famílias organizadas para as ocupações saíram de 18 municípios diferentes da região Oeste catarinense: Abelardo Luz, São Domingos, Galvão, São Lourenço do Oeste, Campo Erê, Ipumirim, Águas de Chapecó, Pinhalzinho, Saudades, Quilombo, Coronel Freitas, Caibi, Anchieta, São Miguel do Oeste, Palmitos, Caxambu do Sul, Romelândia e Descanso, e rumaram para as terras anteriormente selecionadas.

A organização dos trabalhadores para esta ocupação foi planejada durante dois anos, pelo MST. Estrategicamente, desembarcaram nas terras previamente mapeadas, sem despertar suspeita.

¹³⁶LISBOA, T. K. 1988. P.111.

2.10 Abelardo Luz: conflitos e conquistas – 1980 a 1990



Figura 09 Mapa da Microrregião da Amai do Oeste Catarinense com destaque para Abelardo Luz
Fonte: www.turismo.tur.br/mapas: Acesso em 12 de março de 2009.

Analisaremos as condições que tornaram o município de Abelardo Luz, nas décadas de 1980 e 1990, ponto estratégico para grandes ocupações de terras.

O município de Abelardo Luz foi fundado em 1958. Localizado na região Oeste de Santa Catarina, limita-se a Oeste pelos municípios de São Domingos e Ipuacu; ao Sul, com Ouro Verde, Faxinal dos Guedes e Bom Jesus; a Leste, com Vargeão e Passos Maia; ao Norte com Palmas e Clevelândia, do estado do Paraná, e é integrante da região da AMAI¹³⁷:

O município de Abelardo Luz possui uma superfície de 1055 km², correspondendo a 20,8% do território da região da AMAI e 1,1% da área do Estado. É o maior município da região da AMAI em extensão territorial. Possui atualmente 17000 habitantes, sendo 9000 habitantes na zona urbana e 8000 na zona rural. Situado a 760 metros acima do nível do mar e uma distância da capital do Estado – Florianópolis - de 615 km. Grande produtor de grãos o município de Abelardo Luz tem na soja sua principal atividade agrícola, e em razão disso, é que se encontram neste espaço territorial três empresas produtoras de sementes: Sementes Stefani, Boa Ventura e Olvepar¹³⁸

¹³⁷ Associação dos Municípios do Alto Irani com sede em Xanxerê – AMAI – subdivisão regional do Oeste catarinense, com objetivo de fortalecimento dos municípios.

¹³⁸ Boletim Informativo. Prefeitura de Abelardo Luz. 2007, p. 03 e 04.

Para entendermos o processo de ocupação em Abelardo Luz, se torna necessário contextualizarmos a constituição o município dentro da região Oeste, com latifúndios formados por terras improdutivas.

O processo de colonização da região inclui o município de Abelardo Luz, como integrante dos contratos de colonização e arrendamento acordado entre o governo e as companhias colonizadoras. Diga-se também que a exploração, por parte de companhias riograndense da venda das terras, redundou num quase colonialismo expoliador, ainda que transitório. As populações emigradas do Rio Grande do sul, estabelecidas porém numa outra comunidade, por elas mesmas criada, que deveriam trabalhar longos anos, remetendo o fruto de seus esforços, para Companhias Colonizadoras Centrais, algumas delas situadas no vizinho Estado. Como falamos, nos itens anteriores, só após muitos anos, o Oeste se integrou política e economicamente ao Estado catarinense, se constituindo em região de muitas fazendas de criação de animais e de muitas serrarias. (indústria madeireira)

Estes foram alguns dos fatores que contribuíram para que a área do município possuísse grandes extensões de terras improdutivas.

A região Oeste, tem como característica de grande parte de seu território, constituir-se por relevo acidentado. Segundo alguns estudiosos, esta constatação inclui-se o município de Abelardo Luz, visto que, o relevo foi considerado entrave para o desenvolvimento da agricultura, porém, favorável ao desenvolvimento da monocultura e a criação de animais; contribuiu para a expansão do latifúndio, o baixo preço das terras que pela topografia e também foram consideradas esgotadas, e a riqueza proporcionada pela extração da madeira, usufruídas pelas companhias.

Outro fator que contribuiu para a formação do latifúndio improdutivo e, que parece ser o principal alvo das ocupações era a existência no local de grandes extensões de terra, pertencente as políticas de concessão de terra pelo governo federal, (as chamadas terras devolutas) que foram doadas e muitos desses proprietários, não efetivaram a posse, muitos nem conheciam as terras. Existia também, e terras de agricultores que foram arrebatadas pelos bancos para saldar dívidas. A informação seguinte encontra-se no BIM¹³⁹:

Por se constituir de grande extensão territorial e possuir igualmente grandes áreas improdutivas é que o município foi também alvo de frequentes ocupações. É no município de Abelardo Luz que se encontra atualmente o maior assentamento do Sul do Brasil. São aproximadamente 1.500 famílias de pequenos agricultores, distribuídas em 23 núcleos, hoje todos assentados.

¹³⁹Reportagem: *Boletim Informativo. 1986.* Prefeitura Municipal. Abelardo Luz, atualizado em 2007, p. 02.

A visualização das terras do município fazia parte da organização do MST. No contexto, ocupações no município de Abelardo Luz desencadearam questões preocupações internas, consideradas complexas pela municipalidade. De repente, a população do município foi praticamente duplicada. E por ser um município pequeno, a situação tornou-se praticamente insustentável. Os moradores despreparados sentiam-se ameaçados pelos acampados em seus direitos de ir e vir. O preconceito em relação aos acampados era enorme. Sem entender o que estava acontecendo, a sociedade civil reagia, exigindo do poder público, a expulsão dos acampados, justificando que a presença deles no município constituía-se em uma ameaça à paz e à ordem dos municípios. A rotina do município mudou completamente, e seu foco passou a ser as ocupações. A situação movimentou a cidade e passou a ser notícia nos meios de comunicações de tal maneira, que de ameaçados pelas invasões, tornaram-se ameaçadores. R. T. S.¹⁴⁰ diz:

As autoridades tratavam a gente como marginais. A gente estava lutando por terra para trabalhar, e as autoridades não entendiam, que nós não queríamos mal de ninguém, a gente só queria tirar o sustento nosso e de nossos filhos. A gente lutava por comida, não por esmolas. O poder público do município, também, foi contra nós. Mais nem por isso, baixemos nossa cabeça. A gente sabe que Deus deixou terra pra todos.

O fenômeno das ocupações de terras no Oeste catarinense chamou a atenção do País inteiro, mexeu com o brio de autoridades e outras pessoas reconhecidas no Estado de Santa Catarina, que não acreditavam na força de organização dos trabalhadores e nem conheciam realmente a necessidade desses sujeitos. A mobilização assustou os catarinenses, principalmente os grandes proprietários de terras.

2.11 Acampamento: significado, formação e cotidiano

Um acampamento constitui-se na raiz de muitos conflitos. Para compreender o fenômeno, é preciso, em primeiro lugar, identificar ‘os sujeitos do acampamento’, ou seja, quem são os acampados? De onde vieram? Quais suas histórias e suas concepções de

¹⁴⁰Colocamos apenas as iniciais fictícias, para preservação de sua identidade. R.T.S. 40 anos é integrante da Comissão Regional do MST. Moradora do assentamento Santa Rosa III. Abelardo Luz. Santa Catarina.

mundo? Analisaremos quais são as necessidades e dificuldades dele decorrentes, como se forma, quais são suas bases e, principalmente, quem são os sujeitos que nele se integram e com ele interagem.

Para o Movimento¹⁴¹, o acampamento “[...] é uma nova forma de luta e de resistência por parte dos trabalhadores rurais que reivindicam terra. São também formas de pressão pacífica e ordeira, que os trabalhadores rurais exercem sobre as autoridades e a sociedade com o objetivo de garantirem seus direitos”.

Um acampamento é uma forma de dar força e vida ao Movimento dos Sem Terra. Segundo Morissawa¹⁴²: “[...] há acampamentos que parecem cidades: só que em lugar de casas ou edifícios há barracos de lona e muita improvisação. Com uma diversidade de pessoas não só em número, mas em cultura, em gênero, em ideologias”.

Ao ser entrevistada, R. T. S.¹⁴³ relata algumas experiências que ainda carrega como memória de um cotidiano não muito favorável, de uma história de vida que muitas vezes a tortura ao serem lembrados:

As autoridades tratavam a gente como marginais. A gente estava lutando por terra para trabalhar, e as autoridades não entendiam, que nós não queria mal de ninguém, a gente só queria tirar o sustento nosso e de nossos filhos. A gente lutava por comida, não por esmolas. O poder público do município, também, foi contra nós. Mais nem por isso, baixemos nossa cabeça. A gente sabe que Deus deixou terra pra todos.

A primeira ocupação em Abelardo Luz foi na Fazenda Sandra, carinhosamente chamada de Assentamento 25 de Maio. Esse nome foi dado pelos moradores porque a data indicava o início da concretização da luta. Após essa ocupação, outras foram se sucedendo, das quais trataremos: Santa Rosa III e José Maria. As ocupações que se transformaram em acampamento e, conseqüentemente, em assentamento foram: Sandra, 1985; Papuan I e II:

¹⁴¹Folder de *propagando e conscientização*. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra–Dez.1984.

¹⁴²MORISSAWA, Mitsue. *Movimento dos trabalhadores sem terra*. 2001, p. 199.

¹⁴³R.T.S. 40. Ex-acampada da Fazenda Capão Grande. É integrante da Comissão Regional do MST. Concedeu entrevista para esta pesquisa, em maio de 2009. Moradora do PA. Santa Rosa III. Abelardo Luz. Santa Catarina.

Eu vim de Quilombo e eu era meeiro, trabalhava só nas piores terras, pirambeiras, e quase sempre quando a gente limpava a terra para plantar o dono, já dizia que ia ocupar aquela terra. Daí a gente perdia todo o serviço de te preparado, tinha que pegar outro pedaço, e assim ia. Até que um dia surgiu uma reunião na comunidade e a gente resolveu participar. Aí a gente percebeu que podia se engajar no movimento e parti pra a luta. “Terra tem dizia um companheiro nosso”, mas, ela não vem sem luta. Desse dia em diante, peguei meus dois filhos e sai pra batalha minha filha estava na CTI, eu tirei e disse pro médico, se é pra morrer a gente morre na luta é melhor do que morrer de fome.

A vida no acampamento é penosa mesmo. Fazer parte desse coletivo exige que os sujeitos abdicuem de uma condição vivida para integrarem uma nova realidade. E, viver coletivamente exige mais compreensão e também postura relacional. Sobre isso, Grzybowski¹⁴⁴ diz:

Os Trabalhadores Rurais Sem Terra são antigos proprietários e filhos de proprietários, parceiros, arrendatários e agregados que, com exceção de um pequeno número reintegrado como assalariado permanentes de granjeiros, não tem mais condições de se inserir na nova organização social da produção no campo e não se sujeitam à proletarização e à favelização nas cidades.

Os MST, no Oeste catarinense, se constituiu pelos caboclos que viviam nas terras e que, por força da colonização, acabaram afastados e empurrados para a beira de rios, nas recostas em terras íngremes; e também pequenos produtores filhos de imigrantes, que por força da modernização não conseguiram manter sua propriedade conforme padrões exigidos, pela mercantilização da produção, obrigando-se a venderem suas terras e tornaram-se meeiros ou arrendatários.

Assim, abordaremos a trajetória desses dois grupos de trabalhadores que se engajaram num movimento com perspectivas de retornarem a sua condição de trabalhador rural e, que resignados diante das condições que lhes foram impostas pelas políticas agrícolas, que privilegiavam apenas a grande produção, se voltaram contra a forma de exploração a que estavam submetidos.

¹⁴⁴GRZYBOWSKI, C. *A Comissão Pastoral da Terra e os colonos do sul do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1985.215.

2.12 O caboclo, o pequeno produtor e o desafio do acampamento

A colonização do Oeste catarinense por descendentes de imigrantes, em regime de apropriação privada da terra, deu-se dentro da mesma lógica da colonização do Brasil, sem comprometer o espaço da grande propriedade.

A estratégia do governo catarinense para promover a colonização foi a concessão de grandes áreas a empresas colonizadoras que se encarregaram de explorar a madeira e subdividir as terras em pequenos lotes e vendê-los para os descendentes de imigrantes do Rio Grande do Sul, como também promover a limpeza da área, que consistia na retirada dos caboclos intrusos que nela residiam.

Ao chegarem ao Oeste catarinense, os imigrantes encontraram-no habitado por uma população rarefeita, miscigenada e andarilha, que vivia em quase total isolamento, praticando uma produção voltada à subsistência. Como Poli¹⁴⁵:

Tratava-se de uma população que procurava não viver totalmente isolado, pela necessidade, de conseguir alguns produtos no mercado: sal e querosene, mas que afora isso era praticamente auto-suficiente e mantinha um contato muito precário com a sociedade abrangente.

Frente a esse episódio, com o apoio do Estado, os filhos de imigrantes viram nos antigos moradores seus inimigos e estabeleceram com eles uma relação de hostilidade e desprezo, empurrando-os para espaços afastados e destruindo seu espaço social. A análise de fato é muito importante para registrar a ambiguidade e o caráter contraditório da existência desses camponeses, conforme diz Poli¹⁴⁶:

[...] mesmo fazendo parte da lógica de preservação e fortalecimento da grande propriedade, disputando o espaço dos excluídos com outros camponeses também excluídos, por vezes sentiam-se aliados da grande propriedade e combatiam a seu lado contra populações também marginais.

¹⁴⁶ POLI, Jaci. Pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*. Chapecó: Grifos, 56-70, out, 1991.

Aqui é necessário, para a melhor compreensão do leitor, estabelecer uma diferenciação entre a realidade desses camponeses. Os camponeses de origem (termo usado por muitos pesquisadores) eram filhos de imigrante europeus e culturalmente denominados de pequenos produtores ou produtores familiares; e os camponeses denominados caboclos¹⁴⁷, que viviam na terra, antes da chegada dos europeus. Estes camponeses possuíam um modo de vida, uma cultura própria, sem apego a terra. Trabalhavam para sua subsistência. Com relação aos camponeses, Martins¹⁴⁸ analisou: “[...] eram homens livres e pobres, ou desclassificados e que desde o período da escravatura, viveram e se reproduziram à margem do processo produtivo da agricultura comercial”.

A denominação de caboclo carrega uma acentuada conotação pejorativa e foi, em grande medida, fruto do preconceito e do caráter etnocêntrico da representação das elites.

Uma das principais diferenças entre eles refere-se aos objetivos da produção. Enquanto, a maioria dos estudos destaca que os caboclos produziam quase que exclusivamente para o consumo, mantendo um contato bastante precário e esporádico com o mercado, a produção do pequeno produtor familiar organizou-se, em grande medida, em função do mercado.

A migração dos pequenos produtores familiares para o Oeste catarinense no processo de colonização, ocupando as áreas florestais, ignorou as posses estabelecidas pelos caboclos, resultando na expropriação dessa população, dispersando e desestruturando seu modo de vida tradicional. Como disse Renk¹⁴⁹: “[...] coube aos caboclos (camponeses) a extração da erva-mate, transformando-se em ervateiros ou tarefeiros”. E continuando; “[...] em decorrência da colonização e posterior industrialização houve uma hierarquia de atividades construída sob uma divisão étnica do trabalho entre os grupos locais: pequenos produtores e os caboclos, com correspondência às posições estruturais ocupadas no espaço social”.

Para o caboclo, essa divisão foi macabra enquanto consequência social e econômica, pois acabou por legitimar sua condição de inferioridade. Assim, coube ao pequeno produtor a colônia, a lavoura, o comércio e a indústria, ocupando as condições dominantes no espaço social. Aos caboclos restou-lhes a condição de subordinados, passando a trabalhar nos serviços considerados pesados, como corte de erva, derrubada de

¹⁴⁷Nesse trabalho, o termo camponês de origem, atribuídos aos filhos de imigrantes, será substituído pelo termo pequeno produtor ou produtor familiar, por ser o termo usado na região. O camponês será chamado neste trabalho de caboclo. E sempre que surgir o termo apenas camponês, está se referindo aos dois grupos, que juntos lutam e têm como principal objetivo a busca de terra, para trabalhar.

¹⁴⁸MARTINS, José de. 1982, p. 89.

¹⁴⁹RENK, Arlene. 1997, p. 10.

mata e o recolhimento dos produtos nos paióis. Essa divisão apresentou uma brutal distância social com os pequenos produtores; os camponeses: de nativos foram transformados em estrangeiros. A análise de Renk¹⁵⁰ reflete essa situação:

A condição de alienígena é extremada pelas representações dos colonizadores, como: “não são filhos daqui”, “não são filhos de italianos”, “estes que hoje estão aqui e amanhã estão ali”, voltados aos espaços por onde os camponeses de origem não transitam, classificados como a mais baixa hierarquia das atividades laborativas é de exclusividades dos caboclos. Fazem suas leituras “eles só sabem fazer isso”; naturalizando este ofício como “coisa” ou “trabalho de caboclo”.

Os grupos em questão foram dotados assimetricamente dos instrumentos de apropriação e dos diversos capitais em jogo. Assim diz Renk¹⁵¹: “[...] logo as diferenças são traduzidas pelas posições ocupadas no espaço social, hierarquizado, não permitindo que grupos diferentes ocupem sincronicamente regiões iguais. Também, Bourdieu¹⁵² escreve:

As posições diferenciadas e os instrumentos e capitais desigualmente distribuídos entre os grupos faz com que as percepções do mundo social seja um constante embate, uma que as categorias de percepção são, também produtos de incorporação da estruturação objetivadas no espaço social.

Para melhor compreensão do processo de expropriação do campesinato brasileiro é necessário reconstruir o modo de vida anterior a colonização, uma vez que esta representa a ruptura nos tempos internos desse grupo. Como já vimos, os caminhos dos camponeses foram diferentes no processo de colonização, tanto no processo de apropriação da terra, quanto no processo produtivo. Contudo, no Oeste de Santa Catarina, chegaram juntos numa luta que os imbricou no acesso a terra. E é nesse contexto que analisaremos as condições espaciais e políticas pré-existentes que desencadearam a aproximação de

¹⁵⁰Idem (id).

¹⁵¹RENK, A. 1997, p. 11.

¹⁵²BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil. Tradução, Fernando Tomaz. 1998, p. 53.

sujeitos tão diferentes em desafios tão próximos. Sobre a complexidade dessa questão, Benincá¹⁵³ diz que:

É preciso saber como os caboclos chegam ao acampamento e se denominam sem terra. E como os colonos foram desapropriados da terra para se encontrarem no acampamento e se denominarem sem terra, ao lado do caboclo. Os dois grupos possuíam em comum a experiência de trabalhar a terra, mas distanciavam-se no conceito de posse da terra. Os caboclos viviam da terra e não tinham outra finalidade que não fosse o seu sustento, enquanto que os colonos traziam no seu inconsciente a idéia de apropriação. Idéia que se traduz, na experiência do colono, em propriedade privada. Não bastava o uso da terra, era preciso possuí-la.

A participação dos pequenos produtores familiares nos acampamentos revela a contradição existente no meio rural. Se os caboclos nunca estiveram presentes nas preocupações de colonização do Estado e nos projetos da pastoral rural da Igreja, os pequenos produtores, ao contrário, foram os prediletos da ação pastoral eclesial e também participaram dos projetos de colonização do governo. Benincá¹⁵⁴, diz que:

A diferença entre os caboclos e os pequenos produtores no acampamento era profunda. A maioria dos caboclos não foram proprietários legais de terra, (não possuíam documentos) e os pequenos produtores familiares, filhos de imigrantes europeus têm suas raízes culturais e especificamente religiosas, vinculadas a propriedade da terra. Contudo, nesta situação e no momento histórico vividos são todos, sem terra e aspirantes à posse de uma propriedade.

Segundo Thome¹⁵⁵, as famílias se deslocaram para a região Oeste em virtude da necessidade de comprar terra: “[...] não havia no Rio Grande do Sul terras em para comprar e os preços estavam muito altos. Para as famílias recém constituídas que quisesse ter terras, o caminho era buscá-las nas colônias novas”. Assim, se processou a migração do Rio Grande do Sul para a região Oeste catarinense. Normalmente, as famílias constituídas de imigrantes eram numerosas e, por conseguinte, deixar como herança um pedaço de terra

¹⁵³BENINCÁ, E. 1987, p. 36.

¹⁵⁴BENINCÁ, E. 1987, p. 53.

¹⁵⁵THOME, Nilson. *A formação do homem do contestado e a educação escolar: República Velha*. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1985.

aos descendentes estava completamente comprometido para grande parcela da população, devido à expansão da grande propriedade que sobretudo, onerava os preços da terra.

Enquanto tratamos do pequeno produtor familiar, não podemos deixar de mencionar que os caboclos viviam nas terras do Oeste catarinense há muitos anos. Mesmo com um olhar completamente diferente do olhar do migrante, em relação a terra, o caboclo era real, estava na terra. Desenvolvia uma cultura de sobrevivência, na qual a terra era responsável pela sustentação enquanto podia, no sentido produtivo e não como sentido de patrimônio ou de capital. Benincá¹⁵⁶ lembra que:

Se foi difícil configurar os caboclos como sem terra, por que nunca tiveram acesso à propriedade, como então explicar a situação de sem terra dos colonos? A propriedade para estes, sempre foi o fundamento da sua estrutura familiar, cultural e religiosa. Se para o agricultor, principalmente o de origem italiana, possuir campo próprio, casa própria e uma parte de poupança para garantir o futuro dos filhos, era uma questão de honra; justifica-se que os pequenos proprietários ou colonos Sem Terra cultivavam o sonho da posse.

Ter a posse da terra estava para o pequeno produtor familiar intimamente ligado ao capital. Se não possuísse terra e capital o agricultor se tornaria pobre como grande parte dos caboclos e não conseguiria deixar para os seus descendentes a herança que, na concepção do migrante, estava na obrigação patriarcal. Migrados do Rio Grande do Sul, os descendentes deslocaram-se a Santa Catarina, ao Paraguai, à Bolívia e a São Paulo. Mas foi o Oeste catarinense que se tornou a possibilidade do sonho de se reproduzirem enquanto agricultor familiar.

O processo das migrações não permitia vislumbrar os problemas sociais e, por isso, os caboclos não faziam diferença para a sociedade se perdessem ou não a terra, pois eles não davam lucro. Não havia necessidade de preocupação. No entanto, esses desmandos foram criando um excedente de mão-de-obra, empurrando-os para a marginalidade para, mais tarde, engrossarem a fila dos Sem Terra.

Os fatores que contribuíram para o surgimento dos Sem Terra sempre estiveram ligados a uma origem comum: a do crescimento populacional do meio rural e as dificuldades de permanência do agricultor no campo.. Essa lógica mostrou que o problema do pequeno produtor familiar já não incidia mais sobre a propriedade da terra, mas sobre a produção agrícola e sua comercialização. Os grandes projetos voltados para a agricultura

¹⁵⁶BENUINCÁ, E. 1987, p. 63.

desconheciam a existência do pequeno produtor e favoreciam a monocultura e a produção para a exportação. Observemos o que escreve Benincá¹⁵⁷:

Como a política agrícola não inclui o pequeno agricultor, por que o alvo não é mais a propriedade, mas, sim a renda, assim, será favorecida a propriedade que produzir mais renda. Como os pequenos agricultores não acumulam grande produção, são excluídos dos projetos governamentais de apoio ao agricultor, levando, inevitavelmente, a pequena agricultura a decadência e a falência. As pequenas propriedades, nas áreas mecanizáveis, foram absorvidas pelas granjas maiores, de forma que o agricultor não conseguindo saltar para a classe dos empresários rurais ficou marginalizado do processo de economia agrícola capitalista. Muitos acabaram expropriados de suas terras e encurralados para a banda da massa dos Sem Terra.

Nesse contexto, os pequenos produtores familiares sentiam-se, de todas as formas, pressionados: ou pela grande lavoura, principalmente a lavoura mecanizada, ou pela sua produção, empenhada nos bancos que usufruíam suas rendas. Esta foi a lógica do sistema capitalista, que se utilizou dos mecanismos do sistema econômico, fazendo com que os instrumentos e os objetos de trabalho, que eram o verdadeiro capital, produzisse sob seu controle e domínio. Martins¹⁵⁸ se manifesta:

Quando dizemos que as grandes transformações que ocorreram no mundo rural são devidas à expansão do capitalismo, não estamos mentindo ou falseando a verdade. Entretanto, estamos simplificando demais a questão se nos limitarmos a ver meras relações de causa e efeito entre capital e os problemas que vem surgindo. A tendência do capital é de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria.

Portanto, nessa situação, o pequeno agricultor podia não ser o dono do capital e dos instrumentos de produção, e esta foi a lógica no momento. Por isso, o lucro, que era a renda da terra, passou a ser distribuído entre os donos do capital e dos instrumentos de produção. Os financiamentos bancários – capital – passaram a ser os donos reais dos instrumentos de produção e, em razão disso, apoderaram-se das rendas. Como a força do trabalho do agricultor estava ligada à propriedade da terra e não do capital, estes, mesmo

¹⁵⁷BENINCA, E. 1987, p. 68.

¹⁵⁸MARTINS, J. de S. 1981, p. 152.

sendo trabalhadores de sua propriedade, ficaram excluídos até de seu próprio salário. Martins¹⁵⁹ analisa:

Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo seu trabalho organizado com base na sua família, o lavrador entrega aos bancos anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia, não só os instrumentos, adquiridos com empréstimos, mas também, a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser proprietário dela. O lavrador passa imperceptivelmente da condição e proprietário real a proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua.

Essa foi a luta do pequeno agricultor familiar contra os donos do capital, detentores da renda da terra, que se tornou quase impossível, uma vez que estes não eram visíveis e os agricultores não conheciam e nem sabiam quem eram. Segundo Martins¹⁶⁰, “[...] eles (agricultores) conheciam os funcionários dos bancos, mas não quem eram os donos desses bancos. A luta era desigual, o agricultor, a cada ano que passava via suas benfeitorias envelhecendo e os filhos fugindo para a cidade sem saber o que fazer”. E continuando, Martins¹⁶¹ analisa:

O questionamento da propriedade fundiária, levado a efeito na prática de milhares de lavradores neste momento, leva-os, mesmo que não queiram, a encontrar pela frente o novo barão da terra, o grande capital nacional e multinacional. Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital, já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência.

Diante da situação, das relações capitalistas no campo, excludente e ao mesmo tempo, que expropriaram o trabalhador de sua propriedade, as ocupações passaram a ter significado real, e a luta passou a ser por uma Reforma Agrária radical, não mais fixada apenas contra as grandes empresas rurais, mas voltada contra o grande capital. Nestas, o objeto não foi apenas a propriedade da terra, mas os mecanismos capitalistas que extraíam os lucros sobre os instrumentos de produção, tomando a renda dos proprietários e individualizando qualquer projeto que concedesse primazia ao trabalho na terra.

¹⁶⁰MARTINS, J. de S. 1981, p. 152.

¹⁶¹Idem (id)

A região Oeste de Santa Catarina experienciou, no período de 1983, com a ocupação da Fazenda Burro Branco, a primeira na região até 1997, ano da última ocupação na região, a maior mobilização de trabalhadores rurais Sem Terra, resultando nas grandes ocupações do Sul do País, localizadas e concentradas em espaços territoriais muito próximos.

2.13 Acampamento Fazenda Congonhas: 1987 a 1989

O acampamento na Fazenda Congonhas foi constituído por alguns integrantes da ocupação da Fazenda Dissenha, de 1987. Também migraram para Congonhas, famílias relocadas de Passos Maia, acampamento que ficava numa fazenda próxima, e que precisavam ser transferidos porque os proprietários ganharam na justiça o direito de reintegração de posse.

Como os acampados neste local foram relocados de vários lugares onde existiam conflitos e despejos, nem todos chegaram ao mesmo tempo. Por esse motivo, o acampamento, que durou dois anos, configurou-se, no decorrer do tempo, com uma somatória de experiências que redesenharam o espaço ocupado pelas famílias. Nesse sentido Klleba¹⁶² afirma:

. Não havia organização lógica, definida, para a instalação das barracas, cada um ocupava o espaço que podia. Formou-se assim um aglomerado de gente, com famílias vindas de outros municípios da região, desconhecidas umas das outras, mas irmanadas pela mesma condição de sem terra e apoiadas nas mesmas aspirações de conquistar um pedaço de chão para poder trabalhar.

A luta no acampamento transcendia o desejo pela terra, a luta era contra os critérios estabelecidos pelo INCRA para priorizar o assentamento, a forma de seleção dos Sem Terra. R. S. diz que a classificação feita para assentar um acampado baseava-se em: idade, número de filhos, estarem cadastrados e serem acampados. Como a maioria dos acampados

¹⁶²KLEBA, T. Lisboa, 1987, p. 78.

eram pessoas jovens e solteiras, as possibilidades de ganhar terra tornavam-se remotas, e isso os desestimulava a permanecer no acampamento.

Os entrevistados não escondem as dificuldades que passaram no acampamento e dizem que os tempos foram difíceis. Porém, afirmam que, se necessário, fariam novamente a trajetória de luta, pois julgam que a experiência foi produtiva. Foram os tempos de acampamento que propiciaram amadurecimento e a consciência política aos participantes. Consideram que as mesmas foram imprevisíveis, porém, decisivas na conquista da Terra, e também no desenvolvimento das relações, pois enquanto movimento, a experiência, carregada de sentido, orientava simbolicamente, os participantes. Para Thompson¹⁶³, a experiência significa estar presente, amadurecer e participar:

A experiência entra sem bater a porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio, pessoas famintas: seus sobreviventes passam a ter novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas estão presas: na prisão, pensam de forma diversa sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença.

Falar de experiência é sem dúvida falar do vivido, do experimentado. Na ocasião, a experiência passou a ser falar de morar em barracos de lona. Por mais simples que fosse a casa onde morava, ela apresentava aconchego, limpeza e segurança. No barraco, ao contrário, a família dormia amontoadas, o chão era de barro, havia o perigo de entrarem animais peçonhentos, como ratos, cobras. Quando chovia muito, molhava tudo por dentro, e não havia segurança, pois não há como fechar esse tipo de moradia.- O entrevistado S.S.R.¹⁶⁴ descreve como estava a situação das famílias:

Os barracos feitos de lonas de plástico. No verão eram sufocantes por que não deixam passar o ar. Era quase impossível permanecer debaixo da lona. No inverno (nevou) a lona não esquentava o suficiente e o chão estava sempre úmido. Não dava pra fazer fogo pra se esquentar por causa da fumaça e era perigoso incêndio. Os cobertores e agasalhos eram escassos. As gripes, resfriados e outras doenças eram frequentes, principalmente nas crianças.

¹⁶³THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. 1981, p.17.

¹⁶⁴S. S. R. 49 anos é liderança sindical no acampamento e catequista. Morador do assentamento Sandra.

Era constante a queixa de abandono que a família sentia. Frequentemente ouvia-se os acampados dizerem que estavam cansados da situação. Diziam ainda¹⁶⁵ que “[...] no início dos acampamentos, alguns médicos e enfermeiras prestavam assistência às famílias, mas logo desapareceram”. Encontramos registro de morte de dez crianças por falta de atendimento. Outra reclamação em relação ao atendimento hospitalar era que o acampado encontrava muitas dificuldades para ser atendido por não estar inscrito no FUNRURAL¹⁶⁶ ou no INPS¹⁶⁷.

Havia entre os acampados uma preocupação com as crianças recém-nascidas que não podiam ser amamentadas por muito tempo, devido à falta de alimentação adequada para as mães. Já os homens reclamavam porque, pela manhã, eram obrigados a comer feijão com farinha, uma espécie de virado, que para alguns provocava náuseas, outros faziam o maior esforço para engolir, e quando eram dez horas já não tinham mais forças para trabalhar.

Cabe registrar que a perversidade do acampamento estava no desrespeito aos acampados e não só na situação precária que o mesmo apresentava. Se era difícil viver embaixo de lonas, no calor ou no frio, era degradante, viver na insegurança e ter que se submeter aos abusos do poder e da lei, colocando a mochila nas costas a todo o momento, quando despejados da área. Além das más condições, as quais debilitavam a saúde das crianças e adultos.

Sobre a situação de sofrimento e de dificuldades por que passavam os acampados, Benincá¹⁶⁸ escreve: “[...] lá estavam, lado a lado, colonos e caboclos, culturalmente tão distantes entre si, mas tão igual na condição de acampados.”

Na eminência de tantas dificuldades desse período, os acampados buscavam na reza forças para superar o sofrimento. A oração em grupo dava alento ao desânimo, até porque ninguém sabia quanto tempo deveriam permanecer nos acampamentos. A incerteza de serem assentados rondava-os insistentemente.

¹⁶⁵S. S. R. 49 anos é liderança sindical no acampamento e catequista. Morador do assentamento Sandra. Entrevista para esta pesquisa em maio de 2009.

¹⁶⁶Fundo Nacional de Assistência ao Trabalhador Rural

¹⁶⁷Instituto Nacional de Previdência Social.

¹⁶⁸BENINCA, E. p. 33.

2.14 Violência e perseguições no acampamento

Viver no acampamento significava estar na eminência da violência. Os agricultores Sem Terra de Abelardo Luz denunciavam frequentes ameaças feitas por pistoleiros na região. O morador temia a repressão e a situação era de cautela. Os grandes proprietários revidavam as ocupações com perseguições e ameaças aos acampados. E. B.¹⁶⁹ diz que:

Os capangas dos fazendeiros trancaram a estrada de acesso ao município, sendo esta a única via de comunicação com o acampamento e os agricultores precisavam passar por essa via, para se deslocarem até a cidade. Teve companheiros nossos que foram atacados e perseguidos por esses capangas e tiveram que dormir no mato.

A violência nos acampamentos chegou a extremos, com pessoas perseguidas e mortas em emboscadas preparadas pelos pistoleiros que rondavam as fazendas. A violência manifestava-se de diversas formas e sobre as questões os acampados falavam: “[...] enquanto o governo recria o homem catarinense do Contestado, nós vamos passando fome e muitas necessidades”, diz F. S. 51 anos¹⁷⁰, acampado.

As denúncias de violência contra os acampados eram constantes, uma delas era de que a Fazenda Santa Úrsula, próxima a Araçá, no município de Abelardo Luz, estava cercada por 15 pistoleiros que vigiavam a fazenda 24 horas por dia. Diziam, ainda, que, quando o fazendeiro Francisco Paglia adentrava na terra, os pistoleiros estavam lá para lhe proteger. Outra forma de violência denunciada pelos acampados era a falta de tudo, disse um agricultor que, por isso, já morreram no acampamento cinco crianças: duas com meningite e três de desnutrição, e uma pessoa idosa morreu de hipotermia.

Ao se referirem aos fatos de violência no acampamento, os agricultores lembram com repugnância. Na mesma fazenda, a violência ceifou a vida de um trabalhador, o que ficou registrado na indignação dos mesmos: “[...] Durante oito meses, foi uma tortura, dia e noite pistoleiros tentavam entrar no acampamento. A pressão foi muito forte. Inclusive, o companheiro Sadi Padilha foi morto, com um tiro nas costas, pelos pistoleiros. A tragédia

¹⁶⁹E.B. 60, morador do PA. Papuan I. e líder do Sindicato dos trabalhadores rurais de Abelardo Luz. foi entrevista em julho de 2009.

¹⁷⁰F.S. 51 anos esteve acampado. Atualmente reside no assentamento Santa Rosa. É integrante da Diretoria da Cooperativa. Concedeu entrevista, para esta pesquisa. Julho de 2009.

só não foi maior, porque outros trabalhadores fugiram para escapar da morte. A pressão era para intimidá-los”, lembra J.B., 53 anos, que estava no acampamento.

Constatamos que há muita resistência dos acampados em falar sobre o que aconteceu no período em que estiveram no acampamento. Tem-se, nitidamente, a impressão de que existe algo desse tempo que não deve ser lembrado, mas sim apagado da memória. Repetiam-se várias vezes a frase “é bom não lembrar”. Sobre a memória, Tedesco¹⁷¹ diz: “[...] o desejo de querer esquecer a emoção provada de fatos passados (melancolia, romantismo, ressentimentos) não é mais uma recordação imaginada da sensação que provou no passado. E continua: “[...] o processo de recordar desafia a história oral em fazer um esforço de reelaboração e transmissão de significados do passado para o presente”

No acampamento, eram comuns as discussões, fofocas e até brigas. Conta S. S. R.¹⁷² que: “[...] era como e qualquer outra comunidade, onde os conflitos foram comuns”. E prossegue, dizendo: “[...] ainda bem que tinha o padre Genuíno, que vinha e aconselhava as pessoas e rezar com a gente”. A presença da Igreja foi muito importante na superação de conflitos entre os moradores. Bazotti¹⁷³ pontua que, à medida que os sujeitos vão se conhecendo, vão tomando consciência da necessidade de convivência no acampamento. Então, o espaço passa a ser importante na concepção do Movimento. O acampamento é como um rito de passagem para uma nova realidade, onde todos estariam no mesmo nível.

As dificuldades desse período eram muito grandes, até por que, não se sabia quanto tempo, as pessoas permaneceriam ali. Por isso, por mais que se tentasse falar em igualdade, que todos se encontravam na mesma situação, as diferenças eram visíveis em todos os setores.

Os acampamentos no município de Abelardo Luz foram surgindo numa cronologia que parece pensada e analisada propositadamente para serem projetados nessa ordem. Mas na realidade, surgiram de acordo com a necessidade de realização da Reforma Agrária. Essa consciência alimentava a esperança de ter terra. Marcon¹⁷⁴ refere-se às experiências

¹⁷¹TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF –EDUCS. 2004, p.143.

¹⁷²S. S. R. 49 Maio de 2009..

¹⁷³BAZOTTI, A. *Acampamento Rosário e a conquista da fronteira*. 2007, p.49.

¹⁷⁴MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história de luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997, p.77.

no acampamento como necessidades para o fortalecimento dos sujeitos para alcançarem seus objetivos:

A diversidade de experiências vividas não impediu, entretanto que o Movimento avançasse, pois o objetivo comum era o da conquista de um pedaço de terra. Isso até deu ao Movimento mais força, consistência e subsídio para o questionamento das propostas do governo de desapropriação ou assentamento. As sofridas experiências de vida possibilitaram ao Movimento resistir às adversidades climáticas, aos conflitos internos, as acusações da imprensa e da sociedade civil e a repressão policial-militar.

No ano de 1987, com a eleição de Pedro Ivo Campos, e a indicação para a presidência do INCRA, de Valdir Collatto, que tinha sido eleito deputado estadual por Xanxerê, reascenderam-se as expectativas dos Sem Terra, pois estes acreditavam que, por ter sido eleito pela região, se empenhasse, para resolver os problemas das 150 famílias que estavam acampadas na Fazenda Capão Grandes há dois anos. Contudo, a situação só foi prorrogada, e a reação veio imediatamente com novas áreas ocupadas. Relata E. B.¹⁷⁵:

Os agricultores estão desiludidos com a Reforma Agrária e criticam os Planos Regionais de Reforma Agrária, que não definem áreas prioritárias e declaram todo o Estado como objeto de estudo para as desapropriações. Brunetto acredita que os locais deveriam ser definidos antes de formar as comissões com representantes de agricultores, latifundiários e técnicos do governo. Disse ainda que se nessas comissões, os Sem Terra fossem minoria, não teriam a mesma força dos latifundiários. O Plano Regional para Santa Catarina, previa o assentamento de 29 mil famílias até 1989, o que foi um número muito pequeno para um Estado que possuía 104 mil Sem Terra.

Não conseguindo acalmar a tensão de uma multidão acampada, o governador Pedro Ivo Campos enfrentou-os e liberou a Polícia Militar para executar a ordem de despejo. Policiais e representantes da União Democrática Ruralista (UDR) efetuaram o despejo. A monstruosidade desse ato correspondeu aos atos do Presidente Collor, em 1989, considerado pelo MST como o pior período da história do Movimento. Também, a derrota da candidatura de Lula nas eleições foi uma derrota política, atingindo-os em cheio, depois de dez anos de ascensão do movimento de massas no Brasil.

¹⁷⁵E. B. Da Comissão Nacional dos Sem Terra, em 1986. Entrevista concedida ao jornal *Diário Catarinense*. Florianópolis: 1990, p..02 e 03.

A foto mostra o confronto entre a polícia e trabalhadores Sem Terra, na ocupação da Fazenda Santa Rosa III, quando da execução da ordem de despejo.



Figura 10 Fonte: Arquivos do EEOM Chapecó: Nov.1990

O despejo sempre foi o monstro que perseguiu os acampados do início ao fim de sua trajetória. As dificuldades enfrentadas pelo grupo, ora os fortalecia na luta, ora os fragilizava. Não foram poucos os momentos de recuo. Porém, em outros momentos, os sujeitos aglutinavam-se em torno da essência da luta e reagiam, em busca de uma resposta. O que o movimento impressionava, era a cumplicidade dos moradores, famílias inteiras se uniam para lutar. Stedile¹⁷⁶ falou sobre isso:

No acampamento tem que ter família, não dá certo ocupação só com homens. A família cria um sentimento de comunidade, outro aspecto é que ela desmascara e lei. Se não ocupamos não provamos que a lei está do nosso lado. É por isto que só houve desapropriações quando houve ocupação.

Distribuídos por todo o Estado de Santa Catarina, mais ou menos 30%¹⁷⁷ dos acampados foram assentados no próprio município de Abelardo Luz, os demais foram encaminhados para outros municípios. B. S. ¹⁷⁸diz:

¹⁷⁶STÉDILE, João Pedro. Brava gente. 1996, p.68.

¹⁷⁷Relatórios do MST. CEOM. Chapecó. Santa Catarina, 2000.

¹⁷⁸B.S. ex. acampado, 56 hoje vive no assentamento.

Nessa ocupação, em muitos lugares foram travadas verdadeiras batalhas. Algumas para escaparem o cerco policial, outras barradas antes de chegarem ao destino. Vários caminhões não chegaram à fazenda, não passaram as barreiras policiais e tiveram que voltar, lideranças foram presas. À noite com todas as estradas fechadas pela polícia 700 pessoas entre elas crianças, tiveram que percorrer 42 quilômetros a pé, mata adentro, para chegarem ao latifúndio pretendido.

Em Campo Erê, o combate foi o mais violento. Se não bastasse o governo de Santa Catarina, no momento representado pela figura de Pedro Ivo Campos, tomar medidas drásticas contra os Sem Terra, em 1989, o presidente Collor surgiu para legitimar aquilo que já se vivenciava na região: perseguição, repressão e mais violência. O presidente Fernando Collor era declaradamente contra a Reforma Agrária. Prova disso foi ter, em seu governo, muitos ruralistas na base de apoio, exercendo cargos de alto escalão.

Depois de muitas brigas, desentendimentos e negociações chegaram ao fim, em 1989, a novela das famílias acampadas há dois anos na Fazenda Congonhas. O INCRA desapropriou a área e as famílias foram assentadas. Hoje, o acampamento é o assentamento José Maria, o maior núcleo de assentamento do município, com 278 famílias. Esse assentamento caracteriza-se por centralizar muitas ações do Movimento, mas também agrega uma grande diversidade de sujeitos.

O assentamento José Maria tem na sua organização o sistema cooperado, que é organizado especificamente pelos assentados. Quando da desapropriação da Fazenda Congonhas, 270 famílias ficaram na área desapropriada e 60 famílias foram para a Fazenda Santa Rosa III. O recorte a seguir tratará do assentamento Santa Rosa III.

2.15 Ocupação da Fazenda Santa Rosa III – 1989

O acampamento Santa Rosa III, depois de 11 anos, conseguiu superar barreiras e transformou-se em assentamento, o que só aconteceu no ano 2000. Com 16 famílias assentadas, cada uma recebeu um lote de terra com 13,6 hectares. Nesse assentamento, quatro famílias vivem de trabalho coletivo, um aspecto muito importante e que chamou nossa atenção.

No período de 1989 a 1997, sem deixar de se mobilizar, o MST no Oeste catarinense recuou nas ocupações. Depois da ocupação da Fazenda Santa Rosa III, voltou-

se para estruturação dos acampados e passou a lutar pela posse definitiva das terras desapropriadas, voltando às ocupações no ano de 1997. A entrevista a seguir faz uma síntese da trajetória das famílias oriundas do município de Irani, que despejadas do acampamento em Campo Erê, chegaram ao assentamento Santa Rosa III. R.S.T.¹⁷⁹ relata o ocorrido:

Nós estávamos em um acampamento em Quilombo e tivemos que sair. Ficamos sabendo que tinha essa terra em Irani. A gente se dividiu: um grupo foi pra lá e outro foi pra Campo Erê. E assim que chegamos, veio a ordem de despejo. Tivemos que sair outra vez. Fomos pro município de Irani, quando veio a ordem de despejo saímos antes da polícia chegar, foi nossa sorte. Já em Campo Erê, a coisa ficou feia, a violência foi muito grande, os companheiros sofreram, foram despejados, perseguidos pela polícia e pelos pistoleiros dos fazendeiros. Outros companheiros foram presos, humilhados, outros ficaram ilhados, porque a polícia montou cerco e não deixava ninguém passar. Muitas famílias com criança no colo caminharam a noite inteira sem rumo, carregando as coisinhas que sobraram que a polícia permitiu que levassem.

A violência simbólica, vivida, pelos acampados do núcleo Santa Rosa III, estava presente, fuga dos mesmos, seguidos pelos idosos e crianças, em noite escura, correndo riscos de se perderem como aconteceu com um menino de nove anos que ao se distanciar do grupo, ficou extraviado, sendo encontrado no dia seguinte, dormindo na escada de uma igreja.

Quando o dia amanheceu, se juntamos o povo do Irani e de Campo Erê Então, sem perspectiva de assentamento 1986, viemos para Abelardo Luz e ficava daqui pra lá e pra cá, até que 1987 e 1989 ocupamos a Fazenda Santa Rosa III. Em seguida, gente estava em 300 famílias, com mais os acampados de Campo Grande e de Campo Erê e ocupamos Volta Grande, também em Abelardo Luz.

Essa experiência marcou profundamente os integrantes do Movimento. Segundo as lideranças do MST na região Oeste, o fato sensibilizou o verdadeiro sentimento da luta, representado no sofrimento daqueles sujeitos: “[...] nesse momento, sentimos a sensação de ter fracassado, quando encontramos tanta gente sem rumo, inclusive crianças e idosos, que mostravam evidentes sinais de cansaço e abandono”. R.T.S.¹⁸⁰ conta:

¹⁷⁹R.S.T. 40 anos, maio de 2009.

¹⁸⁰R.S.T. 40 anos, maio de 2009.

A gente passou uns trechos muito brabos, porque queria terra pro seu sustento e pro sustento de outras pessoas. A gente queria produzir alimentos. Pois, nessas terras o que tinha era meia dúzia de bois. Já estavam tirando a madeira. Que nem cuidado pelos donos eram. Ali a gente sabia que a terra não cumpria a função social. Por isso a luta era intensa. A desapropriação veio em 1986, pelo fundo de terra que não dava direito a nada, nos só tinha como sobrevive a gente só tinha a lona preta e nosso filhos. Cada vez que tinha a ordem de despejo, se juntavam acampados para se ajudarem, e as lideranças do MST, sempre presente. Tivemos ajuda, mas foi lutando muito que chegamos aqui. Depois de 11anos de acampamento, resolveu-se a questão da desapropriação, em 2000.

Essa situação demonstra incerteza, mas, ao mesmo tempo, a certeza de que não conseguirão se reproduzir enquanto agricultores, embora tenham conquistado a terra. Ao reproduzir a memória, buscaremos a história local, e isso depende dos sujeitos envolvidos, do meio lembrado, das condições socioeconômicas do momento. Todavia, pela entrevistas que realizamos, percebemos que há resistência das pessoas, em falar de acontecimentos que consideram que não foram bons. Sobre isso, Tedesco¹⁸¹, diz que:

A rememoração de alguns fatos, relegando outros ao insignificante e ou ao esquecimento, cria imagens e produz sentido que podem ser ideologizados, particularizados, manipulados pelas circunstâncias, enquadradas pelo material fornecido e comumente legitimado no vivido pela experiência.

Entre os grandes desafios do MST, em relação ao acampamento, os de ordem interna foram os que causaram maiores preocupações. A experiência de conviver em um espaço coletivo como eram os acampamentos, com sujeitos tão diferentes, causa, por natureza, situações conflitantes. O cotidiano de uma família passa a ser o cotidiano de muitas, o espaço se restringe e as responsabilidades aumentam, de repente, tudo é alterado no dia-a-dia. O fato de estarem num espaço, que pertence a todos os acampados, limita a liberdade. No acampamento, havia crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas, cada um pertencente ao seu meio cultural e com suas peculiaridades, porque a singularidade se junta à pluralidade de sujeitos.

Nem todas as famílias assentadas eram oriundas de ocupações e nem todas do município de Abelardo Luz. Assim como nem todas as famílias dos acampamentos foram assentadas no mesmo município. Nem todas as terras ocupadas foram desapropriadas.

¹⁸¹TEDESCO, João Carlos. *Memória e cultura: o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memória de nonos*. Porto Alegre: EST, 2001, p.92.

Houve um movimento interno de transferências, de relocações intensas nos acampamentos, também em decorrência de despejos e de liminares de reintegração de posse. Os períodos de ocupações e acampamentos foram um processo desgastante e, ao mesmo tempo, melindroso para o MST, porque estavam nesse espaço/tempo, muitos sujeitos envolvidos, e que precisavam ser compreendidos. Segundo E.K.¹⁸²:

É política permanente dentro do MST. No acampamento há periodicidade de discussões em torno de conjuntura política, econômica e social. Além desses temas é analisada a questão da Reforma Agrária no Brasil e na América Latina, estudos permanentes da problemática fundiária, bem como a participação em eventos: congressos, Fóruns, encontros regionais, estaduais e Nacionais. Ressaltou a importância das comemorações dos 25 anos do MST, que no encontro em Sarandi no Rio Grande Do Sul, elencou um calendário de ações que deverão ser desenvolvidas pelo movimento, e em pauta a Reforma Agrária, e a retomada da luta imediatamente. Esteve presente no encontro a filha de Olga Benário Prestes – Anita e a filha de Che Guevara.

Martins¹⁸³ faz uma importante reflexão sobre as ações internas, e que são permanentes nos grupos do MST: “[...] a organização dos Sem Terra representa o surgimento de um novo sujeito histórico e define um quadro de conflito e de questionamento de poder, como anúncio de uma nova legitimidade”.

Nos acampamentos, surgiram vários fatos e ações que foram consideradas como conquistas para o Movimento. Segundo Lisboa¹⁸⁴, merecem ser lembrados:

- Nascimento de mais de 100 crianças durante o tempo de acampamentos;
- Realização de 55 batizados, em celebração no acampamento;
- O episódio do fogo na ponte¹⁸⁵;
- A neve no inverno de 1985;
- As mortes de dez crianças, que simbolizam a resistência, a fé.
- A morte do acampado Sadi.

¹⁸²E. K. Janeiro de 2009.

¹⁸³MARTINS, J. de S. 1984, p. 98.

¹⁸⁴LISBOA, T. K. 1987, p. 99.

¹⁸⁵Quando um grupo de agricultores Sem Terra e suas famílias estavam chegando ao acampamento da Fazenda Santa Rosa em Abelardo Luz, para trabalharem, pois, voltavam de reuniões em outras comunidades, alguns pistoleiros que guardavam a Fazenda a mando do fazendeiro, atearam fogo numa ponte de madeira por onde os caminhões tinham que passar. Imediatamente, as mulheres desceram do caminhão e foram apagar as chamas com panos e galhos de árvores. Isso demonstrou a política da não violência ou resistência-pacífica adotada pelos Sem Terra. Retirado do jornal Diário Catarinense. Jun/88.

Nesse contexto, observa-se que a mística tem como componente o utópico e o subversivo de maneira específica no ir à luta, na qual a religião, a devoção e a fé fizeram nascer a simbologia dos Sem Terra, “uma cruz de madeira, a bandeira e as ferramentas de trabalho”. A cruz aparece aqui como a simbolização do sagrado, expressando a fé e a luta dos trabalhadores.

A análise desenvolvida nesse capítulo procurou decodificar as ambiguidades dos movimentos sociais do campo, como escreve Grzybowski¹⁸⁶: “[...] anúncios do futuro e fraquezas do presente. [...] Os movimentos não trilham caminhos previamente definidos, mas se constroem ao se mover”.

Em Abelardo Luz, os 23 assentamentos, chamados núcleos, movimentam 80% da economia rural do município, conforme dados da EPAGRI. Há expectativas de avanços em relação à conquista definitiva da terra, em documento de posse que hoje permanece com o INCRA.

Os movimentos sociais, com seu amplo espectro e tendência à autonomia, são de fato lutas de classes subalternas contra a sua exclusão. Um contexto cheio de inquietações e de possibilidades. No próximo capítulo trataremos, detalhadamente, dos assentamentos José Maria e Santa Rosa III.

¹⁸⁶GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais do campo. Petrópolis: Vozes. FASES. 1987, p. 88 e 89.

Dados do INCRA apontam que até 1990, os projetos de assentamento existentes no Brasil, apesar de pouca expressividade dos resultados dos programas implantados, totalizaram 876 núcleos, sendo que, destes, 515 foram realizados no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, 137 oriundos do programa de colonização oficial e 224 frutos de políticas agrária de governos estaduais. Dados oficiais de 1995, indicavam o crescimento no número destes projetos, que somavam no conjunto, 1626 núcleos, conglomerando ao redor de 350.836 famílias, em 27,2 milhões de hectares arrecadados. (MARA/INCRA, 1995).

No contexto quantitativo e estrutural analisado, encontramos os assentamentos que vamos estudar, bem como suas características na organização político-social. Analisaremos o que o cotidiano representa para o assentado e, para isso, optamos por um recorte, delimitando o período e o espaço a ser pesquisado, por entendermos que o conjunto dos 23 núcleos existentes em Abelardo Luz torna-se complexo para o aprofundamento do estudo.

Iniciamos pelo núcleo: 1- José Maria - 1997, último assentamento oficial do período. Esse recorte espacial fica no município de Abelardo Luz, no Oeste catarinense, onde os mesmos estão localizados. Em seguida, o núcleo: 2 - Santa Rosa III - 1989, por sua organização interna, constituir-se em uma espécie de trabalho coletivo por um grupo de assentados.

Os núcleos de assentamentos, foco da análise, foram implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no período entre 1989 e 1997. Porém, o estudo do capítulo tem uma periodização de 1986 a 1997. A data inicial teve como marco a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), quem mesmo timidamente, marcou uma diferença em relação às políticas anteriores de assentamento, identificadas pela lógica da colonização. A definição de 1997, como último ano contemplado deu-se pelo entendimento de que era necessário um tempo mínimo de existência dos assentamentos, para que se observassem os impactos gerados por eles.

O entendimento desse processo de amadurecimento e de experiência de assentamento parece situar-se, enquanto requisito, para a construção de uma nova visão, acerca da inserção dos pequenos produtores no processo produtivo. Entretanto, se por um lado o entendimento remete à possibilidade de análise de conjuntura econômica, não menos importante e frequente é a menção à politização, expressa enquanto avanço de consciência.

Participar desse processo de luta pela terra colocou os sujeitos nela envolvidos frente ao “novo”, ao desconhecido¹⁸⁸, e os inteirou, de um processo de aprendizado que se

¹⁸⁸O contato com o “novo”, com o desconhecido, é ressaltado também por Franco (1992), em estudo que envolve o processo de conquista da terra no Assentamento Xingu.

situa enquanto resultado, no entendimento que os envolveu em contato com situações de conflitos abertos ou implícitos, no qual se estabeleceu o confronto com o governo, com a polícia, com os pistoleiros, com as forças contrapostas, inclusive internas, frente às quais se percebe que o coletivo, a união, a solidariedade conseguem resistir e persistir.

3.1 Assentamentos rurais no Oeste catarinense: 1985 a 1997 a dura realidade

Longe de atribuir uma valoração positiva ou negativa, afirmando sucessos ou fracassos da política de assentamentos, faremos uma análise voltada à qualificação das mudanças, buscando apontar relações que refletem o significado dessas experiências, a partir da situação atual e a anterior dos assentados, tanto em termos objetivos como subjetivos, bem como as condições político-sociais existentes nos assentamentos.

O Estatuto da Terra foi à primeira legislação a estabelecer uma sistemática de intervenção, desapropriação e de prever áreas prioritárias da Reforma Agrária, mas essas ações não se tornaram realidade durante o regime militar. Muito pelo contrário, foram escanteadas pelas políticas agrárias e agrícolas desenvolvidas nesse período. Uma perspectiva de alteração desse quadro surgiu com a redemocratização do Brasil em 1985. A proposta do PNRA, pautada no Estatuto da Terra, visava o estabelecimento das áreas prioritárias para a Reforma Agrária. Porém, a força de anti-reformistas, fez com que se abandonasse essa idéia.

A análise mostra que no Oeste de Santa Catarina, com exceção de três transferências de população promovidas pelo INCRA, a implantação de assentamentos passou pela ocupação de terras. Também se percebe com muita nitidez que a maioria das ocupações que se efetivaram, partiram de iniciativas dos próprios trabalhadores rurais Sem Terra (MST).

Conforme escreve Medeiros¹⁸⁹, “[...] em Santa Catarina, os processos que levaram à implantação dos assentamentos duraram em média dois anos e meio e sua maior incidência deu-se entre 1986 e 1989”. Com algumas exceções, no núcleo Santa Rosa III, o acampamento durou dez anos. Essa variação pode ser atribuída, numa primeira

¹⁸⁹MEDEIROS, Leonilde Sevoló. CINTRÃO, Sérgio (coords.). *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*. Relatório de Pesquisa. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, Abr/mai, 2002.

aproximação, às diferentes orientações de política agrária nacional dos sucessivos governos. Para Medeiros¹⁹⁰:

A redução no período de 1990-94 pode ser explicada pela demora na regulamentação das normas constitucionais, que só ocorreu em 1993. Em Santa Catarina essa concentração dos assentamentos foi resultado das ocupações massivas de terras no Oeste do Estado levado a cabo pelo MST. Na região Oeste, somente 8% dos projetos de assentamentos surgiram entre 1990 e 2007.

A concentração regional de assentamento foi, assim, resultante objetiva das lutas empreendidas, que se tornam objetos de reapropriação e racionalizações pelos diferentes atores. Nesses enfrentamentos, os movimentos de trabalhadores têm conseguido definir áreas prioritárias para as intervenções nos Estados e têm sido hegemônicos no desenho de modelos de assentamentos. Vale dizer, modelos no que tange padrões de relacionamento social que, se não são aqueles idealizados pelas propostas dos movimentos sociais, estão mais próximos do que é valorizado pela cultura camponesa.

Constatamos nos locais analisados pela pesquisa que alguns assentamentos se constituíram quase que em verdadeiras áreas novas, reformadas, contrapondo-se à lógica de desapropriações isoladas e, por si só, criaram uma dinâmica na região em que se instalaram. Nesse sentido, Medeiros¹⁹¹ analisa como os processos de assentamentos foram organizados em relação à estrutura fundiária:

Em certa medida, a criação dos assentamentos acarretou redistribuição fundiária e viabilizou o acesso a terra a uma população de trabalhadores rurais geralmente já residentes na própria região, mas não alterou de forma radical o quadro de concentração de terras, no Estado e no país, as alterações na estrutura agrárias são visíveis somente no plano local. A experiência de luta pela terra, a existência do assentamento como espaço de referência para políticas públicas, a precariedade da infra-estrutura, entre outros fatores, fazem com que os assentamentos tornem-se pontos de partidas de novas demandas, propiciando afirmações de novas identidades e interesses, surgindo de formas organizativas interiores ao projeto (e também mais ampla) e a busca de espaços onde se façam ouvir. Com isso, os assentamentos acabam trazendo mudanças na cena política local, com a presença dos assentados nos espaços públicos e nas disputas eleitorais.

¹⁹⁰Idem. (id).

¹⁹¹MEDEIROS, L. S. 1989, p.83

Em algumas regiões, os assentamentos têm provocado um redesenho da zona rural, modificando a paisagem, o padrão distributivo da população e o traçado das estradas, levando à formação de novos aglomerados populacionais e mudando o padrão produtivo, às vezes, estimulando a autonomização de distritos e mesmo a criação de novos municípios.

Foi nesse contexto que surgiu, na região Oeste de Santa Catarina, especialmente no município de Abelardo Luz, um dos maiores assentamentos do Estado, por esta razão fizemos um recorte. Cabe lembrar que a escolha por estes dois núcleos não foi aleatória, desencadeou-se pelo processo de desenvolvimento de cada um. Trataremos das características mais adiante.

3.2 Assentamentos de Abelardo Luz: 2ª etapa do processo

Para entender o processo que se desenvolveu nos núcleos, é preciso retomar alguns fatores contextuais e históricos da trajetória que favoreceram o desencadeamento das ocupações e, conseqüentemente, os assentamentos do MST.

Com a assinatura do Plano Regional de Reforma Agrária¹⁹², em 1986, em Santa Catarina, tinha-se como objetivo agilizar as desapropriações e assentar as famílias que viviam em acampamentos precários. O primeiro passo foi a formação da Comissão Agrária¹⁹³, prevista pelo Estatuto da Terra, para que acompanhasse o processo de desapropriações e forçasse sua rapidez.

Cabe registrar que, de início, as comissões agrárias foram um tanto mascaradas e não desenvolveram o verdadeiro papel que lhes cabia. Contudo, já salientamos que, com a história de erros e de acertos, o Movimento estruturou-se e viabilizou possibilidades de conquistas reais de terra. A partir de 1990, a Comissão Nacional tomou como ponto fundamental, buscar subsídios para melhorar as comissões e proporcionar condições

¹⁹²Documento preliminar, elaborado em 1986 pela diretoria regional do INCRA em Santa Catarina, com sede em Florianópolis, em dezembro de 1985. Elaborado a partir das contribuições de lideranças do Estado e posteriormente submetido a Entidades e lideranças envolvidas com o desenvolvimento do meio rural, resultando em um consenso da expectativa média em relação a Reforma agrária em Santa Catarina, Constava de 85 páginas e foi enviado como todos os outros Planos Regionais, ao MIRAD. Apreciado pelo então Ministro da Casa Civil, Marcos Maciel, foi devolvido sintetizado em 5 folhas. O primeiro Plano Regional de Reforma agrária de Santa Catarina tinha como meta assentar 47.873 famílias.

¹⁹³Formada por integrantes do INCRA, do MST e dos assentados, (devia ter assentados), mas, a grande queixa dos mesmos é de não terem participado da comissão, Tinha com responsabilidade agilizar o processo de Reforma Agrária, no Estado, e analisar área prioritária.

através de formação, para que as mesmas exercessem seu verdadeiro papel, o de orientar as políticas produtivas dos assentamentos. Fernandes¹⁹⁴ e Stédile, explicam como isso se deu:

Primeiro estruturamos a nossa equipe com assessoria, trouxemos para a Comissão Nacional, técnicos com a nossa ideologia, que tivessem condições de desenvolver projetos de desenvolvimentos dos assentamentos. O maior acerto nosso foi não radicalizar – utilizar-se de uma única forma de cooperação agrícola. Neste momento da história os técnicos se propuseram a estudar e buscar em outros países, bases teóricas de sustentação para o projeto que iríamos desenvolver. E isso proporcionou maior integração dos assentados, porque fomos buscar inclusive, formas de créditos, já que os subsídios estavam acabando.

Também nos municípios formaram-se subcomissões, chamados Conselhos Municipais. Esses tinham a função de avaliar, no local, as áreas definidas pelo INCRA para serem desapropriadas e pressioná-lo a cumprir a meta do Plano Regional de assentamento, que era de 47.873 famílias, já que só havia assentado 2.900 em 1986 (INCRA).

Ao criar estratégias radicais de combate ao latifúndio improdutivo, a luta pela terra caracteriza o MST como o pioneiro e um dos mais importantes Movimentos de Luta dos Trabalhadores Rurais, com grande expressão na região Oeste catarinense. Se no País o Movimento destacou-se por sua organização e resistência, no Oeste catarinense destacou-se pela proporção das Mobilizações e a conquista da Terra.

Considerado por muitos como o Movimento mais bem estruturado, o MST conduziu, aos assentamentos em Abelardo Luz, mais de 1500 famílias, tornando o município, sede do maior assentamento de Santa Catarina em número de famílias. Encontram-se nesse espaço 23 núcleos, muito próximos uns dos outros, contando com 5000 habitantes mais ou menos.

2.3 Assentados: perspectivas e desafios

Assentados, os moradores desses núcleos iniciam uma nova etapa de luta. Com certeza, dentro de uma nova condição, agora precisavam estruturar física e socialmente o

¹⁹⁴ FERNANDES, B. M. e STÉDILE. J. P. 1996, p. 97.

espaço conquistado. Muitos núcleos possuem uma estrutura organizacional político-social e econômica ou cultural já instaurada. Porém, administrar as organizações de cada um é uma tarefa um tanto complexa. As contradições aparecem muito frequentes, pois, enquanto assentados, há uma pressão do Movimento para manter a organização como diretriz, por isso há no assentamento um líder estadual que mora no local e tem a incumbência de administrá-lo e efetivar a formação política dos assentados.

Uma política que o assentado não assimilou ainda é a de não possuir a escritura legal da terra. Essa continua sendo uma contradição no assentamento, pois a conquista não deu título oficial de posse ao trabalhador, a escritura, a qual permanece com INCRA, e o agricultor condena essa atitude. Segundo Kindermann¹⁹⁵:

Esta é uma medida de segurança e precaução, o morador pode vender o direito que possui sobre o lote, se ele assim entender, o que não pode ele não pode fazer é passar a escritura. Como não podemos obrigar o assentado a permanecer no núcleo, a venda do terreno favorece quem compra, pois, pode adquirir vários lotes. E finaliza: “[...] se concedermos o título definitivo da terra, corremos o risco de retornar aos latifúndios”. Obs: documento legal de posse, anexo.

O MST possui como diretriz político-social dar prioridade ao sujeito assentado. Buscaremos subsídios, para compreendermos o processo político dos assentamentos pesquisados, mas também passaremos pelo processo produtivo (quanto à assistência do próprio Movimento, de empresas e de órgãos do governo), a educação, o lazer, os ritos, a política de formação dos integrantes do movimento, o jovem no assentamento, seus desafios e suas perspectivas. Nesse sentido, Medeiros e Esterci¹⁹⁶:

Apontam para a necessidade de se atentar para o seu modo de operar em relação aos segmentos representados. Ele implica em formas sutis de controle sobre os trabalhadores que, em situação de assentamento aparecem em situações de vários tipos. Como tal, destacam-se a concessão de uso e não de propriedade plena, e a imposição de vinculação a alguma forma de associação para obter acesso a recursos creditícios, priorização das formas de organização coletiva, provocando certa discriminação, em relação aos que optam por um trabalho individual; imposições no que se refere a organização de produção.

¹⁹⁵ KIRDERMANN, Raimundo. É engenheiro agrônomo que coordenada o projeto de microbacias nos assentamentos. E também responsável pela EPAGRI, de Abelardo Luz.

¹⁹⁶MEDEIROS, Leonildes. E Neide. Introdução in Medeiros. Assentamentos rurais. São Paulo: 1994, p. 20.

A partir de 1986, o cenário do Oeste catarinense passou a abrigar moradores vindos dos municípios da região e que se organizavam na busca por terra. Passaremos, então, à análise da estruturação fundiária dos núcleos de assentamentos de modo geral, implantada pelo INCRA, a partir do ano de 1986, mas a pesquisa aprofunda apenas dois núcleos

3.4 Aspectos da estrutura fundiária dos assentamentos em Abelardo Luz

A tabela a seguir é apenas uma demonstração de como os assentamentos foram organizados para o acompanhamento da COOPTRASC¹⁹⁷, através de seus técnicos responsáveis.

Tabela 3 – representa a estrutura fundiária dos assentamentos em Abelardo Luz

Assentamento	Tamanho hectares	Desapro Priação	Ano /posse	Nº/famílias	Documen-to/Posse
Papuan I	13,08	1987	1994	63	93008
Treze de Novembro	15,24	1986	1997	105	
Bela Vista	11	1988	2000	70	
Sandra (25 de Maio)	16,6	1985	1985	56	
Recanto do Olho d'água	13,5	1986	1986	25	
Santa Rosa I	13,5	1986	1987	82	
São Sebastião	9,4	1996	1996	32	Port. nº 44 14/10/96
Serra dos Buracos	10,52	1990	1991	18	Port. nº 41 23/08/1995
Três Palmeiras	10,5	1996	1997	60	
Capão Grande	16,6	1986	1988	92	Port.nº 908 28/06/1988
Indianópolis	14,85	1994	1994	90	
João Batista (1)	11,13	1999	2000	30	Port. Nº 18 29/11/1999
Juruá	10,83	1985	1995	40	
Nova Araçá	10,99	1998	2004	07	Port. 11 26/07/1999
Novo Horizonte	12,6	1996	1997	60	
Roseli Nunes	12,18	1999	2000	86	Port. nº 15 21/08/2000
Snta Rosa Ila	12,6	1985	1987	52	
Volta Grande	16	1988	1988	74	
Papuan II	13,08	1986	1994	63	Dec. 93008/86

¹⁹⁷Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária – SC

Santa Rosa III	13,5	1997	2001	16	
José Maria	14,65	1997	1997	270	
20 de julho	11,2	1989	1989	7	
Maria Silvetron	10,23	1988	1988	11	

Fonte: Secretaria Regional da COPTRASC de Abelardo Luz. 2000 a 2005. Convênio INCRA/COOPTRASC ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL – ATEs.

A organização dos assentamentos é feita pela COOPTRASC, que através da ATEs acompanha e assessora todos os núcleos de assentamentos do município, com pesquisas e orientações a seus habitantes. Os técnicos em agropecuária fazem estudos de solo, orientam as plantações e trabalham diretamente com os agricultores, com ênfase na conservação e na recuperação dos solos e com plantações adaptáveis ao tipo de solo. Conforme descrevem os técnicos que trabalham com os assentamentos, em documento que nos dispuseram na secretaria da COOPTRASC. Transcrevemos a seguir a fala do técnico Marcelo Antônio Kehl¹⁹⁸:

O Plano de Recuperação do assentamento - PRAS, que envolve atividades agrícolas, não agrícolas e ambientais, tem como centro de fortalecimento os princípios da agroecologia, visando o melhoramento da qualidade de vida no assentamento e assim, estimulando a produção de alimentos saudáveis e de melhor qualidade biológica, a partir de tecnologias de produção e manejo sustentável dos recursos naturais. No Plano de Recuperação do assentamento, a equipe da ATEs tem um papel fundamental, estimular a produção de alimentos saudáveis, estimular a produção de animais e sementes crioulas, desenvolver ações que levem à conservação e recuperação dos ecossistemas e ao manejo sustentável dos agroecossistemas.

Um dos focos da Assistência Técnica Especializada (ATEs), em parceria com a EPAGRI, é manter o respeito à Lei Ambiental com relação à mata ciliar, a despoluição dos rios, a preservação dos animais e das aves, sem que haja prejuízo aos agricultores. Nesse aspecto, percebe-se que o trabalho de respeito à natureza é permanente e indispensável entre os trabalhadores, inclusive nos trabalhos escolares que os estudantes desenvolvem. A terra é apresentada como mística, a “Mãe Natureza”, a “Terra Viva”, que deve ser tratada com toda a responsabilidade e respeito.

¹⁹⁸ Marcelo é um dos técnicos responsáveis pelo Plano de Recuperação dos Assentamentos - PRAS, juntamente com uma equipe de 5 técnicos e um engenheiro agrônomo, formam a ATEs, que permanentemente acompanham os trabalhadores em suas atividades. A equipe fez um trabalho de diagnóstico, que está todo documentado, na secretaria da COOPTRASC, e é disponibilizado para consulta.

3.5 A presença dos assentamentos na dinâmica social e política regional

As pessoas que passam a morar nos projetos de assentamento não vêm sozinhas: a maior parte dos responsáveis pelos lotes desloca-se para o assentamento com a família. Em termos gerais, os lotes dos assentamentos analisados seguem, em sua composição, o padrão comum à agricultura familiar, habitados por uma família nuclear – pai, mãe e filhos – que passa a ter no local uma possibilidade de trabalho e quem sabe de reprodução social. Nesse sentido, Beatriz Heredia e Leonilde Medeiros¹⁹⁹, escrevem:

Em mais de 80% dos lotes vivem filhos dos responsáveis, a maioria menor de 14 anos, com uma média em torno de três filhos por família. Uma parcela significativa dos lotes (24%) conta também com outros parentes, como pais/sogros, genros/noras, irmãos/cunhados, netos etc. Eles, em geral, não viviam com a família nuclear antes do assentamento e foram sendo incorporados à unidade doméstica, o que indica que os assentamentos vêm atuando como mecanismos de recomposição das famílias, tanto contribuindo para a reconstituição de laços familiares (antes desfeitos ou ameaçados pela necessidade de deslocamento de filhos, pais, irmãos, em busca de alternativas de sobrevivência), funcionando como uma forma temporária de amparo para familiares.

Uma importante característica dos assentamentos está na aproximação e no estreitamento dos laços de parentescos. As famílias sentem-se mais seguras e fortalecidas com essa aproximação. Em alguns núcleos, estão sendo desenvolvidos projetos alternativos para que os descendentes dos assentados permaneçam no assentamento e criem vínculo com a terra.

3.6 Os assentamentos e sua organização interna: as famílias

A localização e o tamanho das áreas destinadas aos assentamentos rurais, como em todo o país, no Estado e em Abelardo Luz têm muito de aleatório, uma vez que resultam de conflitos que foram se manifestando e traduzem, em algum grau, as marcas da estrutura

¹⁹⁹HEREDIA, Beatriz e MEDEIROS, Leonilde Sevoló. Os Movimentos sociais do Brasil: *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*. N. 18. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, abr/mai, 2002, p. 68-83.

agrária. Uma comparação entre núcleos, levando em conta a extensão das áreas totais dos projetos e o número total de famílias assentadas, leva-nos a perceber que os lotes tem menos de 20 hectares, e em média 63 famílias, há apenas um núcleo com 270 famílias, porém outro com apenas sete famílias.

A organização espacial interna dos assentamentos parece seguir, em geral, certo padrão preexistente entre os agricultores familiares na região, mas nem por isso, deixa de apresentar inovações. Na maior parte das unidades pesquisadas, as casas estão localizadas nos próprios lotes.

No Oeste catarinense, nos núcleos pesquisados, há uma nova forma de organização: são os grupos ou subdivisões político-organizativas internas do assentamento propostas pelo MST, para discussão de problemas e encaminhamento de demandas ao poder público. Cada núcleo possui um ou mais, representantes, que acompanham as necessidades ou reivindicações dos moradores, e posteriormente são discutidas nas assembléias gerais do Movimento, com a participação dos membros regionais e muitas vezes, com os membros da executiva estadual. Aos representantes dos grupos cabe o retorno das discussões ou decisões aos moradores.

3.7 Impactos fundiários e demográficos nas regiões de assentamentos

Conforme informações do INCRA (1999) e IBGE (Censo Agropecuário, 1996), a participação percentual dos assentamentos em área total dos PAs²⁰⁰ criados até 1999, nos estados é de apenas 5% em média. Quanto às áreas dos municípios, em Abelardo Luz o impacto é mais significativo: os assentamentos ocupam 18 mil hectares de terras, inclusive alterando os números da população rural e urbana.

A tabela 6 - é um demonstrativo da população em sua composição, de gênero:

Anos	1985	1991	1995	2000
Homens	9006	11308	10193	8464
Mulheres	8569	9508	8508	7976
Total	17575	20816	18701	16440

Fonte: Censo IBGE 2000

²⁰⁰ Planos de assentamentos organizados pelo INCRA.

De acordo com os dados da tabela, a composição da população do município se constituía, em relação ao gênero, com superioridade quantitativa do sexo masculino. Esses dados parecem traduzir a cultura do trabalho no campo considerado, por determinadas culturas, como tarefa do homem, enquanto a mulher fica na casa da cidade e faz as tarefas domésticas. Nesse caso, como município de Abelardo Luz, permaneceu regido pelo latifúndio no qual a família, na maioria das vezes, não se estabelece no campo, esse processo modificou-se timidamente com os assentamentos.

Com a chegada das famílias organizadas nos assentamento foi se redesenhando o espaço, mas também a população foi se modificando significativamente, embora haja diferença mínima entre gêneros, essa diferença permanece no centro urbano.. Vejamos com relação à população urbana e rural.

A tabela 7 – Distribuição da população rural e urbana do município de Abelardo Luz de 1985 – 2000.

Área	1985	1990	1995	2000
Urbana	4556	5528	7827	7228
Rural	13019	14199	9258	9212
Total	17575	19727	16075	16440

Fonte: IBGE 2000

A tabela 7 demonstra como a distribuição da população foi se modificando conforme a chegada das famílias nos assentamentos no período de 1985 a 1990, o meio rural teve um crescimento populacional acentuado, já a partir dos anos 90 a 2000, houve um decréscimo mais acentuado no meio rural, quando três localidades(Ipuaçu, Ouro Verde e Bom Jesus), adquiriram sua emancipação político-administrativa. Considerando que as comunidades que se emanciparam eram comunidades rurais a queda acentuou-se mais no campo.

Sobre esse impacto, Leite²⁰¹ diz que:

²⁰¹LEITE, Sergio Pereira. Demonstra como a distribuição da população foi se modificando conforme a chegada das famílias nos assentamentos no período de 1985 a 2000: Chapecó: Argos, 1996.

Com relação ao impacto demográfico, embora a população assentada não tenha grande peso sobre a população total da região como um todo, sobre a população rural dos municípios, em vários casos, seu peso é significativo. Uma inferência possível, com ressalvas, é de que a intensificação dos assentamentos tenha contribuído, senão para ampliar a população rural nos municípios analisados, pelo menos para estancar seu decréscimo. Em municípios de menor porte populacional, a população dos assentamentos é relativamente importante mesmo quando comparada à população urbana.

Esta é a realidade do município de Abelardo Luz, que sentia a cada ano sua população rural migrando para a cidade, não para a sede do município, que oferecia poucas oportunidades de trabalho, mas para centros industriais, na expectativa de encontrar trabalho. Na região, Chapecó era uma das cidades preferidas, mas também houve muito que forma a Blumenau, Jaraguá do Sul, para a região Sudeste, como São Paulo.

3.8 Associativismo e participação política

Se a presença dos assentamentos provocou mudanças nas relações entre os trabalhadores e as autoridades locais, quer impondo essas novas formas de atuação ou reforçando mecanismos tradicionais de clientela, comuns em situações de precariedade. O MST comprovou ser possível, estabelecer outra dinâmica social, a partir da propriedade da terra.

Assim sendo, os assentamentos podem ser apontados como principais responsáveis por mudanças significativas dentro de um padrão social que privilegia apenas o capital, em detrimento ao trabalhador em geral. Numa conjuntura de expropriação do trabalhador do campo, os assentamentos mostraram que a agricultura familiar só está na agenda política²⁰² do Brasil, graças à política dos MST. Confirma que a área ocupada, deixa de ser uma área improdutiva ou destinada apenas a exploração de monocultura de exportação, para se inserir numa nova dinâmica produtiva, a de produção de alimentos, para o povo brasileiro. Wanderley²⁰³ analisa:

²⁰² No ano de 2006, foi aprovada uma lei na Câmara dos Deputados Federais, que estabelece diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Reconhecendo a agricultura familiar como uma categoria com direito a crédito, investimentos e políticas voltadas diretamente para estes. (Projeto de Lei nº 32, de 2006, Nº 3.952/2004, na casa de origem).

²⁰³ WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. *Revista Desenvolvimento e meio ambiente*. A valorização da Agricultura familiar e reivindicação da ruralidade no Brasil. UFPR. Nº 2, jul/dez. 2000, p. 29-37.

Pela primeira vez na história a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social, por outro lado, a forte e eficaz demanda pela terra se traduz hoje, pela emergência de um setor de assentamento de Reforma Agrária. Uma das principais consequências destes dois movimentos é a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida que se expressa na retomada da reivindicação pela permanência ou retorno a terra, na produção real de alimentos.

Como não é foco analisar a agricultura familiar neste momento, a referência diz respeito a uma organização do assentamento que permeia as discussões do Movimento e é muito significativa em uma reflexão com tendência a uma organização socialista. A agricultura familiar distancia-se teoricamente do capital.

Após uma análise situacional dos assentamentos e de seus impactos na história social e política, nas áreas onde estão localizados, de sua transformação e de modo geral os assentamentos da região Oeste catarinense, no município de Abelardo Luz, passaremos especificamente aos assentamentos que são o objetivo central da pesquisa: José Maria e Santa Rosa III.

3.9 Assentamento José Maria: Contexto Histórico, caracterização e organização

Quando uma região está prestes a ter a instalação de um assentamento volta-se o olhar da sociedade, principalmente para a área desapropriada, para conflitos gerados e para aqueles que são “contra” ou “a favor” da instalação. Entretanto, o assentamento traz impactos que vão muito além da opinião do senso comum, de ser contra ou a favor, ou outros, indiferentes. A importância das mediações das formas de representação que emergem no processo de constituição dos assentamentos são algumas situações que privilegiam grupos internos, de tal forma controlando e sutilmente discriminando, outros. Como incentivo ao trabalho coletivo se sobrepondo ao individual. Medeiros e Leite²⁰⁴, afirmam:

Essas formas de controle são por excelência, conforme a literatura tem apontado, produtoras de tensão e disputas internas social por um certo romantismo, e fortemente influenciada pela imagem que o grupo tende a passar sobre eles

²⁰⁴MEDEIROS, Leonilde. e LEITE, Sergio. (coords). *Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ/fne*, 1996. Texto.

mesmos, que é a de um certo comutarismo no plano interno, negando-se tensões inerentes aos processos sociais.: “[...] Nesse processo, são destacados as trajetória dos assentamentos, as redes de relações estabelecidas, antes e depois da criação do projeto, as diferente formas de efeitos e de intervenção estatal e os processos de produção de novas identidades.

Os assentamentos, na sua dinâmica organizacional, movimentam o local e seu entorno, seja, como consumidores, produtores ou fornecedores de mão-de-obra, demandantes de políticas públicas, como força política, com aumento populacional, com inserção de novas culturas. Dependendo do tamanho proporcional do assentamento em relação ao município, os impactos são muito fortes, ocasionando mudanças significativas e esses são fatos no município de Abelardo Luz.

O assentamento José Maria localiza-se a 30 km de distância do município. A chegada ao assentamento é possibilitada por duas vias de acesso: uma estrada de terra, sem pavimentação asfáltica, que também liga grande parte dos outros assentamentos através de uma via secundária com 16 km de extensão, em estado precário; e a segunda via de acesso, é a chamada estrada da produção, com um percurso mais curto, porém, uma estrada importantíssima, porque por ela se escoam toda a produção do assentamento, porém quase intransitável em dias chuvosos. Essa via possui um agravante, corta as terras produtivas e a enxurrada leva para a estrada toda a terra solta, formando com a chuva verdadeiros lamaçais.

O mapa abaixo mostra o assentamento José Maria, destacando também o lago, em que será desenvolvida a criação de tilápias.

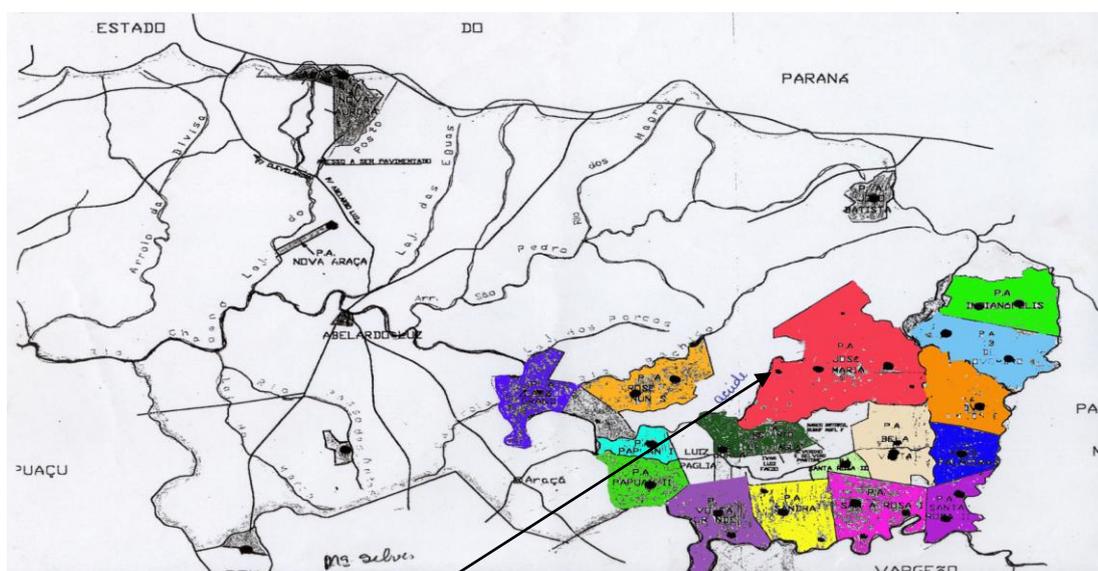


Figura 11 Fonte: Instituto Nacional de Cadastro e Reforma Agrária. Chapecó. 2000

José Maria

O núcleo José Maria possui uma área territorial de 3.956 hectares de área agricultável, sua desapropriação deu-se em 15 de agosto de 1997, e a emissão de posse ocorreu em 10 de outubro de 1997. Atualmente, moram no assentamento, 270 famílias num total de 750 pessoas, com média de três pessoas por famílias. Os lotes são de 14,65 hectares cada e possui seis áreas comunitárias. A maioria das famílias reside em seus lotes. Na agrovila do assentamento, fica a Igreja, a escola de Ensino fundamental, a Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire, o Posto de Saúde Familiar (PSF), um ginásio poliesportivo, um campo de futebol, um setor da COPEAL, um posto de resfriamento de leite descentralizado da COOPERUNIÃO que produz o leite TERRA VIVA, cuja matriz, fica no município de São Miguel do Oeste, algumas casas dos trabalhadores desses setores, um mini mercado.

O núcleo é constituído por algumas famílias que vieram de outras regiões do Estado, mas predominam famílias do município, e há uma composição diversificada, por ocasião do processo de remanejamento, desapropriação e posse. As famílias que vieram para o local – antes da desapropriação era Fazenda Congonhas – eram remanescentes de outros acampamentos, que não foram desapropriados. Entre os integrantes estão descendentes de famílias italianas, alemães e caboclos. Inicialmente, migraram 175 famílias, as quais chegaram no dia 24 de dezembro de 1996, sendo um dos últimos a

assentamentos do município. A miscigenação, a princípio, causou desentendimento e provocou tensão com relação aos costumes e a própria cultura.

. Atualmente, esse é o assentamento com maior número de famílias do município e também do Estado de Santa Catarina, e um dos mais desenvolvidos. Na entrevista, S.A.²⁰⁵. diz que:

Os assentados do núcleo José Maria, foram relocados do acampamento de Passos Maia, município que ficava próximo de Abelardo Luz. A fazenda Congonhas foi desapropriada pelo INCRA, e as famílias foram transferidas pra lá. Eu cheguei já no acampamento, não participei do processo que organizou a ocupação por que eu estava estudando em Xanxerê, tinha apenas 15 anos e meu pai achou por bem, me deixar concluir meus estudos e só depois ir para casa, aí então eles já estavam acampados, n a fazenda que é hoje o assentamento José Maria, o maior do Estado de Santa Catarina. Sendo perto da sede, donos dois médicos, era próximo

²⁰⁵Entrevista: S. A. 28 anos. Presidente da COOPEAL. Morador do Assentamento Santa Rosa I.

da mata e os mesmos vieram com uma liminar de reintegração de posse, isso mexeu com todos, em seguida fomos despejados pelo camburão de polícia. Depois de muita negociação tivemos que sair de onde a gente tava e fomos bem pro fundo na fazenda estávamos em 175 famílias. Com o processo de liberação da área vieram outras pessoas mais 36, depois vieram outras famílias hoje somos em 270 famílias.

Como todo o agrupamento de pessoas, o relacionamento era um tanto complexo, e no assentamento José Maria não foi diferente. Devido às precárias condições do assentamento e à distância do município sede, as dificuldades cresciam, e a falta de compromisso das autoridades somou-se aos sérios problemas enfrentados no local. Quando o grupo vai para o assentamento carrega consigo suas condições individuais e culturais e essas tendem a aflorar quando contrariadas ou quando as condições de sobrevivências não são muito favoráveis. A conquista da terra não significou a conquista das condições de sobrevivência, não naquele momento.

A constituição de um assentamento, em diversos casos, no âmbito de um mesmo município, normalmente já acarreta a introdução de novos elementos e agentes que ocasionam alterações nas relações de poder. Com diz Stedile²⁰⁶:

Trata-se antes, de mais nada, do reconhecimento do conflito por parte do Estado, que se concretiza através de sua intervenção, mediante o processo desapropriatório. O processo associativo comum nos assentamentos rurais insere por sua vez, uma prática política, por vezes, desconhecida regionalmente, provocando alterações moleculares na cultura política local. Assim, há um esforço no sentido de incorporação política dos assentados, há a necessidade de complexificar a análise desses esforços, na medida em que novos elementos se colocam em jogo: a mediação em que atuam numa rede de relações que ultrapassa de longe o nível do município potencializam suas possibilidades de atuação política.

Com efeito, o que a tornou rica em desdobramento foram as atuações da Igreja, do MST, dos Sindicatos. Essas ações não se esgotaram em nível de assentamento e das relações locais, mas se potencializaram numa rede regional, estadual e nacional, permitindo que uma questão local possa sempre ser tratada como algo mais amplo, que envolve interesse mais global, eliminando a ótica de se analisar os assentamentos estritamente sob a ótica de sua singularidade e particularismo.

²⁰⁶STÉDILE, João Pedro. *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. 1997(apud Medeiros e Leite, 1996).

Embora muitos estudiosos defendessem que a questão social determina a organização do assentamento, nota-se que é a questão econômica, ou seja, a produção, que organiza a vida em grupo e determina as relações sociais, mesmo quando o discurso é contraditório. Scheren-Warren²⁰⁷ diz: “[...] nos movimentos sociais aqui abordados, tais observações são procedentes, uma vez que as reivindicações econômicas se fazem presentes e parecem ser o motivo imediato em torno do qual organizam as lutas”.

Existem alguns aspectos muito importantes que precisamos considerar quando analisamos um assentamento: compreender os sujeitos que estão ali é de fundamental importância, além de reconhecer que as relações sociais são conflitivas e parecem esconder condições muito mais densas. O assentamento foi formado por uma diversidade de culturas, carregadas em seu bojo, que não é possível ignorar. Portanto, o desencadeamento de tensões não brota apenas da questão social, já que ela é, também, econômica e é política. Em sua análise Stedile deixa isso muito claro:

O grande avanço do MST foi entre 1985 e 1990, foi quando do desenvolvimento da uma teoria de cooperação agrícola, aprendemos que era preciso ser flexível. Aprendemos que era preciso levar em conta as questões objetiva e as subjetivas dos assentamentos. As condições objetivas são o nível de acumulação de capital existente, o tipo de produto que era possível produzir e as condições naturais do assentamento, que viabilizaria a produção. As condições subjetivas eram o grau de consciência política e a história de participação de uma determinada comunidade adquiridos na luta para a conquista da terra.

Após grandes discussões, o Movimento amadureceu, avaliou as formas de produção que vinham desenvolvendo e iniciou uma nova proposta para o desenvolvimento agrícola dos assentados de Santa Catarina. Nesse processo, iniciou a geração de condições para a formação intelectual, para a qualificação no trabalho e para a construção da cidadania, possibilitando, assim, uma abertura política nas decisões e no uso de tecnologias, voltadas ao interesse da comunidade.

Nessa área, está localizado o maior reservatório natural de água do município, um lago de formação natural e permanente. Conforme informações dos técnicos da ATES²⁰⁸,

²⁰⁷SCHEREN-WARREN, Ilse. 1898. P.

²⁰⁸Assistência Técnica especializada.

será utilizado na criação de peixes da espécie Tilápia, industrializados brevemente pela COOPEAL. Kidermann²⁰⁹ analisa:

O assentamento José Maria está citado na microbacia do Rio Vermelho, que deságua na Bacia do Rio Chapecó, sendo o assentamento bem servido de aguadas, pois, é perpassado por vários rios, arroios e sangas, sendo o abastecimento de água suficiente para as propriedades existentes. De modo geral as fontes de água estão na maior parte protegidas por mata nas suas extremidades – mata ciliar.

O programa de microbacias nos assentamentos faz parte do desenvolvimento sustentável das condições ambientais e de respeito à natureza. A assistência, através do PRAS, é muito intensa, e, com parceria da EPAGRI, está sendo implantada capacitação interna no núcleo, como em todos os assentamentos, com o assessoramento da ATES do Estado de Santa Catarina. Em entrevista, os técnicos²¹⁰ dizem:

Para este assentamento o objetivo geral na questão organizativa é buscar consolidar uma organização eficiente e eficaz, representativa das famílias assentadas que responda integralmente pelas ações propostas. Dentro deste objetivo em médio prazo, buscaremos quando das condições dadas, à criação de uma entidade jurídica. A organização por setores e áreas produtivas, trabalhar no sentido de autogestão, buscar garantir a capacitação das famílias assentadas, e a boa gestão dos recursos do assentamento.

As equipes da ATES, como mediadores, mas também (e principalmente) como orientadores fazem diagnósticos, elaboram planos de ações possíveis de serem implantados e se deslocam até o assentamento, onde discutem com os assentados a viabilidade de implantação, com garantia de assistência técnica, inclusive a busca de subsídios financeiros.

Com relação ao desenvolvimento do assentamento, o líder da COOPEAL²¹¹ diz: “[...] as atividades desenvolvidas como alternativa de renda são frutos, de um trabalho cooperado”. E é nesse sentido que surge no assentamento, por orientação do MST, um

²⁰⁹Dados fornecidos pela EPAGRI, através do engenheiro agrônomo Raimundo Kidermann, situam o assentamento no município de Abelardo Luz.

²¹⁰RIEDI, Marcos André e POERSCH, Délio Jonas. *Relatório do PRAS*, Abelardo Luz. 2005, p. 23.

²¹¹Cooperativa de industrialização de alimentos e oleaginosos e conservas, setor de produção localizado no assentamento.

trabalho de cooperativas, com assessoramento da ATES, com o objetivo de apresentar alternativas de trabalho e renda, garantindo inclusive mercados para os produtos, mantendo assim, os assentados na terra.

3.10 As Cooperativas e o assentamento

As cooperativas foram alternativas encontradas pelo MST para desenvolver o núcleo e manter os trabalhadores rurais, unidos, no sentido de lutarem juntos, por melhores preços de compra e de venda. Compreendendo que as aquisições em quantidades maiores refletem melhores e menores preços. Ligadas a COPETRASC, os núcleos desenvolvem nas filiais seus interesses. Outra questão favorecida é a produção de matéria-prima, nos núcleos.

O MST desenvolveu a partir de 1992, nos assentamentos o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA, que é integrado a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil. Esse sistema desenvolve um trabalho descentralizado, nos Estados, que também descentraliza nos assentamentos.

Em Santa Catarina, a COOPETRASC, uma Entidade dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, , descentralização da CONCRAB, atende todo o Estado e, principalmente, os assentamentos de Abelardo Luz. O núcleo José Maria como um dos locais onde a maioria das famílias está bastante envolvida em função de trabalhar com atividades alternativas de renda, como a cultura do fumo – uma das atividades fortes desse núcleo, que está em processo de análise, devido aos constantes problemas de saúde, gerado pelo contato com os agrotóxicos usados no cultivo. A segunda alternativa que está bem desenvolvida é a produção de leite, com garantia de renda extra mensal. E a terceira atividade desenvolvida fica com a industrialização de oleaginosos (óleo de girassol e de conservas de legumes e frutas).

Mesmo num processo lento e gradativo, os assentados passam a fazer parte dos projetos de inclusão do trabalho coletivo, (ainda que pareça inaparente para os assentados), o MST tem convicção que deve ser o caminho. As tecnologias usadas nas cooperativas já são uma forma de organização coletiva e sua difusão só será possível por meio das relações sociais. Nesse sentido, a cooperação é uma condição fundamental para o avanço desse processo. Fernandes afirma que a criação de cooperativas pelo MST, como os Sistemas de

Cooperativas Agrícolas (SCA), são organizadas com o objetivo de desenvolver a produção e a comercialização nos assentamentos. Em Abelardo Luz, a COOPTRASC tem setores de produção nos próprios assentamentos.

3.10.1 COOPEAL

O sistema de trabalho em associação cooperativa de produção está dando um novo significado e um novo rumo aos trabalhadores do assentamento. Portanto, pode-se dizer que a forma organizacional adotada acaba por transformar ou reforçar uma visão de mundo que começa a organizar suas vidas a partir das associações. É assim que os assentados do núcleo José Maria encontraram como recurso para a permanência do trabalhador no campo, principalmente a do jovem. Estão neste local duas unidades de cooperativas: a COOPEAL e o resfriamento de Leite, setor da COOPERUNIÃO, que é fabricante do leite Terra Viva.

A COOPEAL possui no assentamento um setor de industrialização de oleaginosa, com produção de óleo de girassol e conservas de frutas e legumes. A matéria-prima para a indústria é produzida no próprio assentamento pelos agricultores e nos núcleos próximos. Os trabalhos são desenvolvidos pelos assentados, em número de 06 a 08, sendo a maioria mulheres. A produção é comercializada dentro do município com perspectiva de comercialização para outros municípios, com a implantação da central da COOPETRASC, na cidade de Abelardo Luz, que industrializará, dentro de 60 dias, filé de Tilápia.

3.10.2 COOPERUNIÃO: posto de resfriamento de Leite

O posto de resfriamento de leite é uma unidade descentralizada da COOPERUNIÃO²¹², que industrializa o leite e seus derivados da marca “Terra Viva”, tem sua sede em São Miguel do Oeste/SC. No assentamento José Maria, é feita a coleta e o

²¹²A COOPERUNIÃO, é uma unidade ligada a COOPETRASC, com sua sede em São Miguel do Oeste – SC, é uma associação de trabalhadores rurais administrada pelos associados. Está ativada desde 1996, e agrega um potencial de industrialização do leite e seus derivados dos assentamentos da região e de sócios da COOPV, cooperativa de OURO VERDE. O sistema cooperativo dos assentamentos, todo ele está ligado ao sistema de cooperativas agrícolas do MST.

resfriamento do leite produzido nos assentamentos e em alguns municípios próximos, que depois é transportado para a matriz. No local do resfriamento permanece um técnico que é responsável pela interlocução entre a central e o posto. Também cuida de todo o processo de recolhimento e resfriamento do leite, e tem um ajudante que também é do assentamento.

Sobre a importância dessa unidade falamos com a pessoa que encarregada do trabalho, a Rosângela²¹³, que disse:

Nesse local é feito o recolhimento e o resfriamento do leite. O recolhimento é terceirizado. O resfriamento é feito pelos assentados, juntamente com técnico responsável pelo setor, nesse caso é a própria Rosângela. O posto de resfriamento do Leite no PA José Maria, recolhe a produção de 450 fornecedores destes, 40 fornecedores, não pertencem a nenhum assentamento, mas são cooparticipantes da Cooperativa - COOPROV de Ouro Verde, um município próximo a Abelardo Luz e que possuem parceria com a Matriz Terra Viva. São 4 assentamentos que fornecem leite a COOPERUNIÃO que tem sua sede em São Miguel do Oeste. São recolhido em média 10 mil litros de leite por dia.

Enquanto diretrix, a orientação do MST é que seja desenvolvido nos núcleos o sistema cooperado, já que o sistema de trabalho coletivo, em seu teor como entende o assentado, oferece maior resistência. Rosângela²¹⁴ fala das vantagens para o trabalhador cooperativado:

Sobre os benefícios de trabalhar cooperativados é que os preços pagos para o produtor são melhores do que o que é pago ao produtor individual. Hoje os sócios da cooperativa entregam o leite pelo preço de 0,39 centavos o litro, enquanto quem vende individual recebem apenas 0,16 ao litro. Outro fator que é destacado é na compra de vacas leiteira, quando é feita a compra em grupos de associados o preço é menor e a possibilidades de crédito é maior, portanto, pode-se comprar mais vacas.

Na entrevista, fica evidenciado na fala de Rosângela, que há um entendimento equivocado do trabalho coletivo – entende – como trabalho coletivo o trabalho que é comum a todos, inclusive, o de repartir lucro. Não se entende cooperativado como coletivo. Porém, a formação política está dedicando tempo para essa discussão.

²¹³Rosângela é Técnica em administração de cooperativas. E é responsável pelo posto de recolhimento e resfriamento de leite no núcleo José Maria.

²¹⁴Rosângela. Técnica de administração da Cooperunião

3.10.3 A COOPETRASC

A COOPETRASC está implantada na sede do município, com um frigorífico que, além de sua principal atividade, que é a industrialização do filé de tilápia, tem também como eixo a comercialização da produção dos assentados, garantindo, assim, mercado para os produtos industrializados. A associação se torna uma mediadora entre o produtor rural e o mercado.

Em visita às novas instalações do frigorífico um de seus técnicos responsáveis nos concederam entrevista, na qual falou da unidade que fica no assentamento e das perspectivas em relação aos benefícios que o novo frigorífico trará aos trabalhadores. E. S.²¹⁵ diz que:

A Cooperativa de Alimentos COOPEAL tem um setor de industrialização de alimentos no Assentamento José Maria, ali é industrializado o óleo de girassol e conservas de legumes e doces. É uma associação, administrada pelos próprios assentados com auxílio de técnicos e engenheiros que o próprio movimento disponibiliza.

Dando sequência à entrevista E.S.²¹⁶ fez uma análise do impacto que as associações estão causando no município e a transformação na vida dos trabalhadores assentados, com a introdução de alternativas de renda. Frisou a importância de trabalho cooperativo:

Outro setor que é dado uma importância muito grande é a industrialização de peixe (tilápia), produzido como matéria prima nos assentamentos, e se for necessário buscaremos fora do assentamento, em localidades que abrimos parcerias. O frigorífico produzirá filé de tilápia e tem prazo de 60 dias para entrar em funcionamento.

De acordo com os técnicos da ATES, ao se concretizarem como assentamentos, já houve uma mudança estrutural significativa no município, partindo do aumento populacional, que por si só exigiu esforço do comércio, além de estruturas físicas e sociais

²¹⁵E.S. 26 anos é um dos técnicos responsáveis pela implantação do frigorífico COOPEAL, em Abelardo Luz, que nos acompanhou na visita ao frigorífico e nos forneceu informações, concedeu entrevista e fez algumas considerações com relação ao serviço prestado pela equipe.

²¹⁶E.S. 26 anos. Técnico da Ates.

para atender à população que chegava. Segundo E.S., “[...] o impacto para a estrutura que o município tinha foi grande, de um dia para outro a população quase dobrou. [...] hoje precisamos estruturar os assentamentos para que não haja demanda populacional e sim, permaneça na terra”.

E.S.²¹⁷ explica como conseguiram a instalação do frigorífico, qual a metodologia usada para o desenvolvimento do trabalho, a produção, a comercialização e as possibilidades de industrializar outros produtos:

O nosso carro chefe aqui no frigorífico é a industrialização do filé de Tilápia, uma tiragem de 15 mil kg dia, ou seja, 450 toneladas mês. Já estamos com o mercado garantido, tanto nacional como internacional, sentimos no momento que não vamos conseguir suprir a demanda do mercado em função da procura que existe. O frigorífico da COOOPEAL, inicia com uma necessidade de 100 funcionários, que já estão num processo de seleção, com preferência aos próprios associados e seus dependentes. Todo o frigorífico está sendo construído com recursos do Governo Federal, e com tecnologia de última geração. Há uma expectativa de atendimento em aquisição de matéria prima e comercialização dos produtos industrializados num raio de 800 quilômetros de extensão.

A construção das instalações está praticamente pronta, necessitando de alguns ajustes técnicos e da liberação sanitária, que já fez vistoria e concederá o Alvará inicial. A inauguração está prevista para a primeira quinzena de julho de 2009, com a presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e de várias autoridades.

A COOPTRASC é a entidade responsável pelo frigorífico e a assessoria é de sua equipe técnica. O contato com os responsáveis técnicos asseguram uma perspectiva de grandes melhorias aos produtores dos assentamentos do município. A seguir, o técnico responsável²¹⁸ que nos acompanhou na visita explica como vai se desenvolver o processo de industrialização do peixe:

²¹⁷ Idem (Id)

²¹⁸ Eliseo Soares é integrante da equipe técnica da ATES, em Abelardo Luz, que nos acompanhou na visita ao frigorífico e nos forneceu informações, concedeu entrevistas e fez algumas considerações com relação ao serviço prestado pela equipe.

O processo de industrialização e conservação inicia-se com a aquisição dos alevinos. Sendo necessária uma quantidade de três milhões para a distribuição aos produtores. O transporte (será terceirizado) trará o peixe vivo, e o descarregamento será feito em tanques que manterá o peixe vivo numa temperatura de 23° a 24°. Em seguida será submetido a uma temperatura de -9° este choque térmico é que irá garantir o processo de integridade do file, pois o peixe morre instantaneamente, sem hematomas e sem sofrimentos. Exigência Sanitária que garantirá a qualidade do produto.

Além de garantir a comercialização dos produtos, a COOPERATIVA garante alternativas de renda aos assentados. Como o espaço construído é enorme e há possibilidades futuras de industrialização de ração com as vísceras e o couro do peixe, para suprir a demanda nos assentamentos com custo menor.

Então, de posse do diagnóstico do assentamento, começamos a analisar e nos perguntamos, por que o assentamento José Maria recebe tantos investimentos, já que foi considerado pela equipe da ATES como o núcleo que possui melhor qualidade de vida e está mais bem desenvolvido. Encontramos algumas justificativas: o núcleo José Maria tem o maior número de famílias; seus dependentes são os que demandam mais trabalho por serem jovens e adolescentes; a organização e as lideranças buscam alternativas, pois são pessoas de uma geração mais jovem, portanto, têm outra concepção de mundo. Esse olhar diferente sobre os integrantes do assentamento traz possibilidades de viver em outra sociedade com novas tecnologias e com alternativas de renda, para os filhos dos trabalhadores rurais permanecerem no campo com dignidade.

3.11 Assentamento Santa Rosa III: a experiência do trabalho coletivo

3.11.1 Caracterização do assentamento

O assentamento Santa Rosa III localiza-se a 30 quilômetros de distância da sede do município de Abelardo Luz. Sua ocupação aconteceu em 1989, por famílias vindas de outras comunidades que viveram um drama de mais de dez anos para ser assentados. Até o assentamento, a luta foi intensa. A resistência foi terrível, só nesta área foram sete liminares de despejos.

O mapa mostra a localização do núcleo Santa Rosa III.

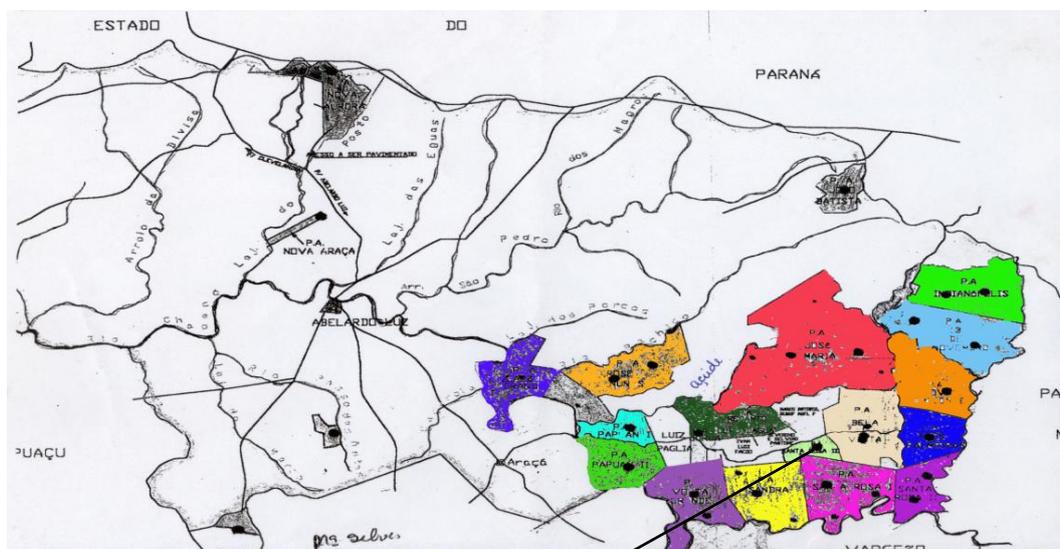


Figura 12 Fonte: Instituto nacional de colonização e reforma agrária – INCRA. 2000

Santa Rosa III

Como em todos os assentamentos há conflitos, no núcleo Santa Rosa III não foi diferente, os confrontos que se desencadearam nesse espaço tiveram impactos econômicos e sociais, tanto na vida das pessoas como no processo de Reforma Agrária. Não obstante, esse núcleo foi o que demorou mais tempo, para que se concretizasse o assentamento, criando com isso, muitos ranços, que desencadearam embates entre os Sem Terra, o INCRA e os fazendeiros. Em entrevista, R.P²¹⁹ conta:

Estávamos no município de Irani, quando veio a ordem de despejo, então saímos antes de sermos despejados pela polícia. Então, sem perspectivas de assentamento em 1986, viemos para Abelardo Luz em 1988 e em 1989, ocupamos a Santa Rosa III, 300 famílias, com mais os acampados de Campo Grande de Campo Erê, aí fomos novamente despejados e ocupamos Volta Grande. Aqui a luta foi intensa inclusive o poder público era muito contra. A resistência foi terrível muito sofrimento, teve liminar de despejo.

A conquista da terra levou o MST a radicalizar suas atitudes em determinados momentos, chegando a ocupar terras mesmo não sendo ociosas. A dura realidade, vivida nos acampamentos, a perversidade dos despejos e a incerteza do dia seguinte foram fatores que amargaram a luta pela terra, até chegar ao assentamento. Assim, os moradores do

²¹⁹R.P. 40 anos é líder regional do MST e moradora do assentamento Santa Rosa III.

núcleo lembram-se de um período difícil, porém, revelam a importância do Movimento que os assistiu, inclusive a participação das mulheres que ao poucos tomaram consciência da importância de ir a luta. O depoimento de R. P²²⁰. resume as dificuldades dos trabalhadores :

A gente passou uns trechos muito brabos, por que queria terra para seu sustento, e para o sustento de outras pessoas, a gente queria produzir alimentos. Pois nessas terras o que tinha era meia dúzia de bois, já estavam tirando a madeira, que nem cuidado pelos donos eram. Ali a gente sabia que a terra não cumpria a função social. Por isso a luta era intensa. Foi desapropriada em 1986, pelo fundo de terra, que não dava direito a nada , nós não tinha como sobreviver, a gente só tinha a lona preta e nossos filhos.

Uma moradora se referiu ao processo com a seguinte fala: “Se os primeiros anos de acampamentos foram duros, os primeiros anos de assentamentos não foram melhores”. O núcleo ficava longe de tudo, e as vias de acesso dificultavam a entrada no local, então as famílias ficavam sem atendimento médico, sem remédios e, muitas vezes, sem alimentação. Sobre a precariedade dos assentamentos R.P²²¹. Continua fala:

Cada vez que tinha a ordem de despejo se juntam acampados e assentados para se ajudarem, e as lideranças do MST sempre presente. A Igreja Católica foi muito presente, os sindicatos também. Tivemos ajuda, mas foi lutando muito que chegamos aqui, depois de 11anos de acampamento, só resolveu-se a questão da desapropriação em 2000. Hoje somos 16 famílias no assentamento felizes, porque temos um pedaço de terra, cada lote tem 13,6 hectares, não dá para todos os filhos, eu tenho três, mas eles vão sair pra esse Brasil de Deus buscar a sorte e vão conquistar a terra

Pesquisadores dos assentamentos do Oeste catarinense fazem análise de como os moradores foram enfrentando a dura realidade dos assentamentos. A conquista da terra, muitas vezes, tornou-se mais árdua do que o processo de ocupação. Segundo Lisboa²²²:

²²⁰ Idem(id0).

²²¹ Idem (Id).

²²² LISBOA, T. K. 1988, p. 69.

As dificuldades começaram quando o INCRA e o MST têm diferentes visões sobre os sujeitos do assentamento. Para o INCRA só existem critérios técnicos. Então listam uma série de quesitos (estado civil, nº de filhos, força de trabalho, faixa etária, se já pertenceu a algum sindicato, não ter sido proprietário de terra ou ter sido pecuarista e não ter passagem pela polícia). Para o MST, os critérios eram outros elaborados sob uma concepção de que a terra é direito de todos e que a história de cada sujeito é uma análise particular e que não viria o caso no momento de assentamento. Como esse grupo era muito diversificado, com assentados de outros municípios os critérios adotados pelo INCRA, não favoreceram os assentados que tiveram que enfrentar uma nova batalha de lutas para conseguirem ficar na terra.

Conforme a entrevista, o assentado L.A.²²³, do núcleo Santa Rosa III, conta que “[...] a estratégia usada pelo INCRA, só dificultou o assentamento da grande maioria das famílias que estavam acampadas, pois ficava muito distante daquilo que estava posto nos acordos com o Movimento”. O MST, inclusive, tinha como critério que os filhos maiores de 18 anos, que estavam nos acampamentos, também, tinham direito a receber terras. Como esse critério não prevaleceu, muitas famílias saíram antes de serem contempladas e foram morar nas favelas das cidades próximas.

Após 11 anos de muitas dificuldades e lutas, o assentamento concretizou-se com a desapropriação da área, em 28 de maio de 1997, e a posse aconteceu em 30 de outubro de 2000. O tempo que transcorreu da ocupação desde 89 se deu em função de luta na justiça, que aconteceu entre os proprietários e o MST, essa área foi muito conturbada, chegou a serem emitidas 07 ordens de despejo pela justiça e dessas, 03 se efetivaram. A cada fato ou ordem de despejos, acabava desestruturando os projetos dos trabalhadores, que meio desorientado, reiniciavam as estratégias de lutas. Além dos despejos houve também, transferências e relocações de moradores. A complexidade da luta ocasionou certo atraso no desenvolvimento.

O caso do núcleo Santa Rosa III, desenvolveu uma especificidade que difere dos outros núcleos dos assentamentos Abelardo Luz. A demora na desapropriação da área, pode ter sido uma das razões para que o grupo de famílias, implantasse o trabalho coletivo. Das 16 famílias que moram no núcleo, quatro, desenvolvem esse trabalho em conjunto. Mesmo agrupadas e lutando por um objetivo comum, há certa, precariedade no trabalho do grupo, que não consegue se autogerir.

Algumas das dificuldades encontradas no decorrer do processo de assentamento criaram obstáculos, que parecem ter dificultado uma maior parceria entre os moradores,

²²³L.A. 56 anos. Líder sindical nos assentamentos. Morador do núcleo Santa Rosa III. Entrevistado para fins de pesquisa, março de 2009.

para que o trabalho desenvolvido obtivesse características propostas do MST. A divisão dos moradores em dois grupos, foi sentida diretamente pelos moradores. Enquanto um grupo não conseguiu superar as dificuldades e vendeu o direito do lote e saiu, outro grupo aproveitou a fragilidade de alguns e foi incorporando lotes, transformando suas terras em áreas capazes de produzir para o sustento das famílias. Essa condição de divisão ainda se manifesta entre os moradores. Os moradores, que não pertencem ao grupo, adquiriram as terras melhores e mais férteis, e eles não se misturam, falou a moradora. E.K²²⁴:

O problema aqui não foi só a venda dos lotes, para os italianos, foi a venda do direito dos melhores lotes, e a gente foi sendo empurrada para a recosta. Como no começo a gente não tinha recursos, a gente ia negociando os lotes para ganhar um dinheirinho. Então, a Igreja ajudou a montar a fabriqueta. Sabemos que é preciso melhorar, mas não dá.

Outras situações: a distância da sede do município, e mesmo dos outros núcleos, os poucos recursos existentes; terras não favoráveis à agricultura por estarem desgastadas e serem dobradas; a falta de instrumentos para trabalhar a terra, a maioria dos moradores é adulta e com idade avançada, não dando conta do trabalho pesado; desfavorecidos, pelas circunstâncias e pelo desgaste da luta, se juntar no sentido de se fortalecerem. A experiência parece mostrar que não foi o que deu certo que se discute, mas foi a única saída encontrada, por esse pequeno grupo de agricultores, que não conseguiram sobreviver da terra, encontraram um jeito para mascarar a real condição de sobrevivência.

Conforme relatórios da ATES, as condições de trabalho são ainda precárias, e a renda não atinge mil reais por família/ano. A atividade desenvolvida está sendo analisada, para futuros investimentos e quem sabe, a pequena indústria de derivados de leite e carne suína, artesanal, poderá ser integrada em cooperativa. Nestes espaços, tanto territoriais, humanos e de trabalho, se apresentam alguns desafios dos assentamentos para o MST.

No núcleo, a cultura de “cada um para si e Deus por todos” parece se evidenciar, na divisão dos moradores, quando nas falas dizem que não se conhecem ou se referem às outras famílias, ou então, são os caboclos que trabalham lá embaixo, ou são o italianos lá de cima. São as expressões simbólicas, mas explicam que o coletivo e que vai além da

²²⁴ E. K. 34 anos, líder do MST que trabalha a formação política nos assentamentos, também exerce função na rádio comunitária. Acompanha todos os núcleos e encaminha para suprir necessidades.

questão material, mesmo que de maneira oculta. O entendimento coletivo do grupo, passa a ser a parceria no trabalho, se distanciando das relações sociais e comunitárias.

Os jovens, do núcleo Santa Rosa, só dormem na casa da família, durante o dia trabalham nas cooperativas, no comércio, na rádio comunitária, que estão em outros núcleos. A distância do mesmo também desfavorece a permanência deles no local, pois, como precisam estudar no ensino médio, deslocam-se para o núcleo onde está a escola.

Com relação a essa questão do trabalho e de morar no assentamento, ouvimos o relato de um jovem/adolescente de 16 anos que mora no assentamento, mas trabalha na rádio comunitária, a qual fica no assentamento Sandra. Perguntamos a ele, quais são os desafios de ser jovem e morar no assentamento. Ao que J.P.L.²²⁵ respondeu:

É superar os preconceitos, de morar no assentamento. É se engajar na luta pela sobrevivência numa outra expectativa. Ficar com a família é tudo o que eu quero, mas eu preciso estudar, para ter uma profissão e também trabalhar para inclusive ajudar meus pais. Eu gosto do que eu faço. E sei que tive a oportunidade para estudar, para trabalhar na Rádio Comunitária “Terra Viva”. Eu penso em fazer um curso superior de Jornalismo, por que gosto de falar para as pessoas, mas, ao mesmo tempo, penso em voltar trabalhar aqui no assentamento.

Nesse contexto, entendemos porque a educação tem surgido como discussão fundamental no interior do movimento. Entende-se que foram os próprios impasses surgidos na luta pela terra, que apontaram para a necessidade de colocar a educação como uma das suas prioridades. Assim, luta-se por Reforma Agrária que automaticamente passa pela educação. Educação que se processa na luta para fortificar a própria luta.

Em outro momento, conversamos com outro jovem S.A.²²⁶. Este é casado e mora no assentamento desde os 15 anos, veio com os pais. Hoje, ele é associado da COOPEAL, é também líder regional, muito comprometido com o Movimento e com o futuro dos jovens dos assentamentos. Ele relata a preocupação que existe nos assentamentos com os jovens:

Nem todas as famílias têm condições de manter os filhos perto, pelas condições materiais que as mesmas possuem. A maior parte dos jovens sai para estudar, e não retornam para o assentamento. Hoje tem Ensino Médio, no assentamento, mas, ensino superior não. Eu digo isso, por que meu irmão teve que arrumar

²²⁵J. P. L. 16 anos é estudante do Ensino Médio, morador do núcleo Santa Rosa III. Trabalha na rádio comunitária. Março de 2009.

²²⁶Entrevista: S. A. 28 anos. Presidente da COOPEAL. Morador do Assentamento Santa Rosa I. Entrevista, concedida, para a pesquisa, maio de 2009.

serviço na cidade, depois de formado, a terra é pouco para 6 pessoas como é a nossa família e outras tantas do núcleo. O que nos pensamos hoje é uma forma de poder ajudar esses jovens que são filhos de famílias assentadas a ficar na terra. Mas para isso, é preciso estrutura, é preciso pensar projetos de desenvolvimento dos assentamentos. – S.A. 28 anos, líder regional do MST e presidente da Cooperativa, está no acampamento desde os 15 anos.

A grande preocupação dos líderes do Movimento é com relação aos jovens que estudam, tornam-se profissionais e precisam trabalhar. Pensar em projetos de desenvolvimento para os núcleos é uma alternativa, porém as pessoas de mais idade criam dificuldades para inovação das técnicas de trabalho. Os líderes do Movimento estão tentando trabalhar com os filhos, que apesar de terem pouca experiência aceitam com mais naturalidade as mudanças.

No núcleo Santa Rosa III, há também a preocupação das famílias em relação aos filhos que crescem, formam suas famílias e precisam de terras para trabalhar. Essa problemática não é diferente em outros assentamentos. A problemática da reprodução familiar no campo é histórica. Vejamos o que escreve Renk²²⁷, com relação à problemática:

Para este agricultor, a questão é angustiante é como colocar os filhos e antevê a vivência o descenso na geração seguinte, a medida que não consegue investir na aquisição de terras para prole. A área recebida que é entre nove e 20 hectares é insuficiente para colocar seus filhos. Os amais velhos estão em fase de emancipação, mas sem condição de assegurar o status de pequeno agricultor proprietário. A defasagem do ensino rural reflete o não acompanhamento posterior na escola urbana. Tudo isso, retrata a situação com sentimento de injustiça. Não tem mais terra para os filhos.

Assim vemos os filhos de agricultores, criados para serem colonos, expressos nos dizeres “só sabem fazer isso”, vêm-se sem possibilidade de continuar a sê-los. É o discurso da condição de ser colono. Em relação a isso, Morissauwa²²⁸, diz:

Isto significa dizer que a juventude do campo que hoje deixa seus lares a fim de correr atrás de uma vida mais digna, demonstra a perpetuação de desigualdades que tem uma longa data. Percebemos que a situação para os filhos e filhas de pequenos agricultores se agrava ainda mais, já que a evasão do campo acontece tendo em vista que o motivo é, sobretudo a sobrevivência. O lote de seus pais já não poderá prover-lhes o sustento quando casam e constituam família.

²²⁷RENK, A. 2000, p. 62.

²²⁸MORISSAWA, M. 2001, p. 213.

O fantasma da incerteza de como encaminhar os filhos ronda os assentados, a propriedade familiar já não cumpre mais o seu papel, de ser herança, expresso na descapitalização e não valorização dos colonos, que não podem comprar terra. Entretanto, há outras preocupações com o futuro, a violência, os perigos do mundo que os ameaçam. O risco, inclusive, de não conseguir trabalho, pois muitos não têm estudo e nem profissão.

No núcleo, as quatro famílias que fazem parte do grupo de trabalho, como em tantos outros lugares, não conseguem agregar os filhos nesse trabalho porque não há demanda. A pequena indústria de queijo e seus derivados, absorve pouca de mão-de-obra, pois, os membros são os operadores. A situação se torna mais difícil, quando o trabalho está relacionado a terra, a distância fica cada vez maior.

Contudo, há outras atividades econômicas desenvolvidas no núcleo. Baseada na exploração individual por agricultores que agregaram mais lotes de terra, (conforme já nos referimos anteriormente) adquirido de assentados que se mudaram. Essa se constitui uma prática que vem crescendo e se expandindo com rapidez, causando preocupação ao Movimento, por se encontrar também nesse espaço muitas famílias irregulares, no sentido, da compra apenas do direito, algumas famílias que moram no núcleo, já é 4º ou 5º proprietário.

Sobre o processo de instalação e desenvolvimento do trabalho desse pequeno grupo, entrevistamos uma trabalhadora que também é uma das coordenadoras do grupo. R. P.²²⁹. que diz:

O trabalho coletivo nasceu das necessidades surgidas em vários momentos, mas também, da consciência que a gente tinha da importância de se juntar para se fortalecer, pregada pelo movimento. Em um ano de seca, a gente sentou com os moradores para buscar alternativas de renda, pois a sobrevivência exigia que naquele instante a razão funcionasse. Então, numa reunião com a Igreja Católica veio a sugestão, e começamos a amadurecer a idéia. Convidamos as 16 famílias, porém, adesão era opcional. Começamos em três famílias depois vieram outras, estamos em quatro famílias, já fazem sete anos que trabalhamos juntos.

Perguntado a entrevistada sobre qual é o segredo de o grupo permanecer junto, mesmo com dificuldades, por tanto tempo e qual o movimento econômico/lucro, que a indústria produz para os associados e obtivemos a seguinte afirmação. R.P²³⁰:

²²⁹ R.P. maio de 2009.

²³⁰ R.P. maio de 2009.

A primeira condição que o grupo impôs é o respeito, a segunda o conhecimento das regras do trabalho coletivo. O grupo é aberto a quem quiser entrar, mas é preciso se adequar as normas. Tivemos muito acompanhamento, orientação e apoio financeiro da Pastoral Católica, que foi fundamental, hoje já caminhamos mais independente, pois aprendemos buscar nossos direitos e temos também apoio da equipe da ATEs, que traz para a gente inovações. Quanto a lucro dá pra viver.

Na realidade, o que foi possível levantar, e que parece ser pano de fundo é perceber que a partir da conquista da terra, alguns núcleos apresentam contradições visivelmente, das propostas do MST, por resistência ou por falta de assistência. Na verdade, é necessário, implantar nos assentamentos (incluindo todos os núcleos) projetos de desenvolvimento econômico, que dêem conta de inserção desses trabalhadores no acesso aos créditos que possibilitem melhorar a qualidade de sua produção.

A agricultura de subsistência ainda ocupa parte da produção no núcleo, porém, a plantação de fumo ainda é a grande vilã, não só neste núcleo, como outros núcleos do assentamento. A produção de fumo faz parte da economia do município, além, de ser base de sustentabilidade da agricultura regional, conquistou espaço em momentos em que as dificuldades se apresentavam muito fortes no campo, o fumo subsidiou os agricultores com fornecimento de insumos e eles financiaram as plantações. Então, mesmo com toda uma discussão dos malefícios, a resistência de sua substituição é grande.

Faz parte também desse projeto de desenvolvimento, a qualidade de vida do trabalhador. Conforme relatório, a grande incidência de doenças nas pessoas provém do contato direto com atividade fumageira: intoxicação por inseticidas e pesticidas e doenças pulmonar.

3.12 Realidade dos dois assentamentos

3.12.1 O acesso a créditos nos assentamentos e os impactos no comércio

Com grande atuação, o MST tornou realidade linhas de crédito para os assentamentos, os quais foram chamados de créditos para a Reforma Agrária. Atualmente, os assentamentos contam com várias linhas de créditos, para os produtores de leite, para a

indústria de queijo. Entre os moradores do núcleo Santa Rosa III, os associados estão cadastrados e recebem financiamentos como: a) Investimento (PROCERA) e b) Custeio “D” (PRONAF). Além de outros, como Fomento alimentação, Material de Construção e CONAB – Compra antecipada.

O representante²³¹ da EPAGRI traz uma análise das mudanças ocasionadas no município, a partir das desapropriações e assentamentos:

É apenas a partir da condição de assentados que este segmento de trabalhadores rurais passou a ter acesso aos mecanismos de crédito rural para custeio da produção, ainda que esse processo esteja marcado por grandes dificuldades: muitas das famílias entrevistadas nunca tinham tido acesso a crédito antes. Além disso, na medida em que os recursos mobilizados para o crédito impulsionam um conjunto de atividades locais, aumentam a circulação monetária no município e estabelecem um diálogo direto e particular com o Estado, por meio de suas políticas públicas e agentes financeiros.

Dados levantados por pesquisadores como Alentejano²³², “[...] apontaram que o crédito concedido aos assentamentos repercute diretamente na dinâmica do comércio local e dos municípios próximos, nos quais boa parte dos assentados faz suas compras”. Segundo informações da EPAGRI, o valor total do crédito emprestado aos assentados representara 8% do total do crédito rural movimentado nos municípios do Oeste catarinense.

A presença dos assentamentos provocou, no município, algumas transformações como; o crescimento da oferta de produtos hortifrutigranjeiros, diversificação de preços dos produtos agroindustriais (conservas, mel, doces...), com repercussões especialmente nas feiras livres, como o aumento do espaço físico e do número de dias de ocorrência das feiras e a maior presença dos assentados como feirantes.

²³¹ Entrevista feita com Raimundo Kindermann, engenheiro agrônomo da EPAGRI em Abelardo Luz, responsável pela equipe do Projeto microbacias desenvolvidos nos assentamentos.

²⁴³ ALENTEJANO, Paulo. *O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais*. Rio de Janeiro:m- CPDA/UFRRJ) 1997

3.12.2 A educação no assentamento

Aqueles que trabalham com a educação voltada para o homem do campo sabem que estão pisando num terreno complexo e ao mesmo tempo desafiador, pois além de enfrentarem problemas de ordem estrutural, taticamente assumem a tarefa de desconstrução de algumas imagens social e ideologicamente solidificadas ao longo de nossa história. Como escreve Andrada²³³: “[...] começando pela representação social do homem rural, construído pelos vencedores do processo histórico fixado na idéia de submissão, um homem visto como desprovido de saber e incapaz de lutar por seus próprios interesses”.

A luta pelo acesso e permanência na escola, ancorada no processo educativo vivido pelos trabalhadores no cotidiano do movimento social, tem início no reconhecimento da educação com um direito de todo o cidadão. Direito esse que vai lhes dar um mínimo de igualdade para superar a situação de exclusão política e econômica que se vive. Andrade²³⁴ escreve: “[...] a história de vida dos trabalhadores, permitiram reconstruir a luta pela escolarização em cada assentamento”.

Neste aspecto, percebe-se, que há uma preocupação das famílias assentadas em relação às escolas para seus filhos, demonstraram entender que a aquisição do saber é fundamental porque é através do estudo, seus filhos podem ser preparados para a vida. É um direito do qual não abrem mão.

As dificuldades nos assentamentos com relação à escola não diferem de outros lugares: são os dias chuvosos, as estradas são de terra o transporte não vai e então as crianças perdem aulas. Nos núcleos estudados, verificamos na documentação escolar que 100% das crianças estão matriculados na escola. No assentamento José Maria há uma escola de Ensino Fundamental, mantida pela Prefeitura, e uma de Ensino Médio, mantida pelo MST, denominada Escola Paulo Freire.

Nos dois assentamentos pesquisados, confirmam-se a consciência do trabalhador envolvido com a liderança do assentamento, que além do direito ao acesso à escola, há uma necessidade de renovar a escola que já existe. Eles sentem que é necessária outra escola, com outro saber.

²³³ ANDRADE, Márcia. Regina de O. *Jovem rural e assentado: a continuidade da luta pela terra?* UNICAMPI/FE. 1996, p. 243. Texto. (Tese de doutorado, em andamento).

²³⁴ Idem (id)

O MST tem consciência de suas limitações e sabe que a construção de outro projeto educacional demanda tempo e articulação entre teoria e prática, fazendo com que se diminua a distância entre a proposta pedagógica e sua efetiva implementação nos assentamentos. Gohn²³⁵ diz: “[...] prova da distância entre a proposta pedagógica e a prática escola, faz com que os jovens que se formam pelo Movimento não retornem as suas bases, e muito menos às escolas, sendo cooptados para o trabalho de liderança”.

Estes elementos têm sido temas de reflexão dentro do Movimento, ao mesmo tempo em que provoca um descompasso sobre a escola e a educação, para efetivar o projeto pedagógico nos assentamentos. Contudo, a escola ainda é a esperança do jovem no assentamento. Na entrevista, J.P.L.²³⁶, de 16 anos, diz:

É às vezes a gente se frustra com alguns acontecimentos, porém, vejo que na escola de Ensino Médio, alguns professores são comprometidos com a questão social e propõem trabalhos pedagógicos sobre a realidade do assentamento e isso nos faz sentir parte, ser identificados. Já no Ensino Fundamental como as escolas são mantidas pelo município não há nenhum compromisso, nem com o currículo que se trabalha e, nem os professores.

Outra limitação do MST é o número reduzido de pessoas atuando na área da educação, que sejam formadas no movimento, ou que tenham o comprometimento com a educação popular. Para a implantação do projeto de educação dentro do assentamento torna-se imprescindível o trabalho de organização desses núcleos de educação para que se possa garantir a efetivação do projeto.

Os assentamentos de Abelardo Luz têm poucas escolas, as que mais se apresentam são as de ensino fundamental, porém mantidas pelo município, e não trabalham na perspectiva de Educação Popular. Há duas escolas de Ensino Médio, e uma delas se encontra no núcleo José Maria. Essa escola tem elementos visíveis do projeto do MST. Conforme a diretora, os professores são do Movimento e o currículo tem uma base comum nacional, e as disciplinas diversificadas são voltadas ao projeto pedagógico do Movimento. Nesse espaço, os alunos permanecem o dia todo. Pela manhã com aulas e à tarde com grupos de estudos, teatros e pesquisa.

²³⁵GOHN, M. N. e THERRIEN, J. (coords.). *Educação e Escola no Campo*. Campinas: Papirus, 1993, p. 263.

²³⁶J. P.L. É estudante do Ensino Médio e morador do núcleo Santa Rosa III.

Há demandas que se transformam em desafios, diz Stedile²³⁷: “O projeto de educação do MST ultrapassa os limites de uma escola formal, justamente por acreditar na capacidade de transformação do homem, colocando-se a serviço do sujeito social do campo. Este é o sujeito, que o acampamento pretende formar”. E continua: “[...] Sonhar com a escola possível deixa de ser uma visão romântica quando o discurso cede lugar à ação”. Constatamos um movimento dentro de assentamentos como José Maria e 25 de Maio, para a implantação de uma escola de Ensino Técnico Profissionalizante mantida pelo Movimento. Há sinalização de que, para 2010, seja implantada, como a que já existe em Fraiburgo, Santa Catarina.

3.13 Formas de lazer nos assentamentos

Cabe, apontar o problema social da precarização do trabalho que se inter-relaciona com a migração do campo para a cidade e que levou – e continua levando – a formação de um batalhão de pessoas que vão se desumanizando nas periferias dos grandes centros urbanos. Segundo Aued e Fiod²³⁸:

Uma das referências é perceber que os imigrantes de outrora se transmutaram em Sem Terra, identidade de complexa apreensão que denomina os participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, e são os mesmos nômades que vagueiam pelo mundo em busca de trabalho.

As formas de lazer no assentamento não são diferentes dos outros lugares. Acontecem em finais de semana bailes, futebol e, às vezes, festas da comunidade. Não tem cinema ou *show*. Se alguém quiser assistir a um filme ou ver algum show, tem de sair do assentamento, pois não há programas culturais. J. L.²³⁹ conta que:

²³⁷ STÉDILE, João Pedro. A Reforma agrária e a luta do MST. (org). Petrópolis: Vozes. 1997, p. 261.

²³⁸ AUED, Bernadete Wrublewski. & FIOD, Edna Garcia Maciel. *Origens sociais dos movimentos rurais em Santa Catarina: ampliação do trabalho, mas não do assalariamento*. IN: VENDRAMINI, Célia Regina. (org). *Educação em movimento na luta pela terra*. Florianópolis: NUP/CED, 2002, p. 20-21.

²³⁹ J. L. 16 anos. Maio de 2009.

Há futebol, nos finais de semana, o grupo de jovens, agora está meio parado, então a opção é sair fora, ir pra cidade. Porém, há muita discriminação, a gente sempre é visto como assentados, portanto, não fazemos parte dos grupos sociais. Então a gente sai em grupos e procura se divertir como dá. Desde criança faço parte do MST, até porque minha mãe é liderança, mas também por que gosto. Destaca a formação política de lideranças que há nos assentamentos, a participação nos eventos, como foi agora o dos 25 anos do MST, em Sarandi, RS. Sou militante e defensor de uma Reforma Agrária justa.

A busca por compreender as relações entre trabalho e lazer se deveu ainda ao fato de que, no interior do MST, há um crescente debate acerca da formação de novos sujeitos, homens e mulheres. Bogo²⁴⁰ diz: “[...] pautado pelo entendimento de que o processo de transformação social passa também pela mudança das práticas sociais”. É nesse sentido, que Ferreira²⁴¹ observa: “[...] entendemos o lazer como uma manifestação humana que não corrobora com a perspectiva do lazer alienado, escape de um trabalho alienado, fruto da sociedade capitalista, mas sob a forma de mais um instrumento de luta para a transformação social, sem perder suas características que indicam sua qualidade festiva, celebrativa e libertadora”.

3.13.1 Condições de vida da população assentada

Os interesses imediatos não bastam, visto que, em última instância, a Reforma Agrária é um passo, porém não o único. Talvez seja, antes, o início de um processo de conscientização social, que os leva a construir um projeto histórico de sociedade que se contrapõe à propriedade privada e à forma social do capital.

Se de um lado, elas expressam em seus relatos uma consciência política e social ao resgatarem suas trajetórias, compreenderem sua realidade e evidenciarem como o MST interferiu/interfere nas possibilidades de garantirem suas sobrevivências; por outro lado, percebemos que em seus cotidianos, apesar de reconhecerem o Movimento, nem todas demonstraram um sentimento de pertença internalizado.

²⁴⁰ BOGO, Ademar. *O MST e a cultura*. Caderno de Formação nº 34. São Paulo: MST, 2000, p. 28.

²⁴¹ FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida. *O lúdico e o revolucionário no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: a prática pedagógica no encontro dos Sem Terrinha*. Pós-Graduação em Educação. Centro de Educação. Universidade Federal de Pernambuco. (Dissertação de Mestrado). Recife, 2002, p.177.

Há uma forma de compreender a heterogeneidade social presente no interior dos assentamentos do Movimento. Segundo Silva²⁴²: “[...] se o que esperávamos era encontrar uniformidade, por uma visão idealizada da vida social, qual não foi a surpresa ao evidenciar que são jovens diferentes, que se distinguem pela maneira como suas vidas se organizam, e conseqüentemente como respondem a isto”.

Os recursos oriundos da comercialização do que é produzido no lote não são a única fonte de rendimentos familiares, ainda que tenham um peso importante em todos os núcleos analisados. Como diversos estudos vêm demonstrando, a reprodução das unidades familiares rurais ultrapassa a dimensão exclusivamente agropecuária, mesclando um conjunto de iniciativas que viabilizam financeiramente o grupo doméstico.

Abramovay²⁴³²⁴⁴ ressalta a importância dos assentamentos no quesito da perspectiva de melhora de vida, oportunidade de elaborar e projetos para desenvolver a pequena propriedade e a valorização do sujeito. Assim se reporta à questão:

Hipoteticamente, a situação de assentado é uma oportunidade de tentar alcançar as expectativas, que carrega pela vida, ou então, para tentar realizar projeções de seus pais que não tiveram terra, e assim, desenvolver estratégia de produção que valorizem os recursos do estabelecimento familiar e assegurem a sobrevivência da família.

Esse desejo de possuir a terra tem um significado diferente para estes assentados, não é o mesmo significado que possuem os latifundiários que é de capital de exploração, lucro, riqueza. Para o assentado é um meio de vida que caracteriza sua relação com o meio social e ambiental e, portanto, com a reprodução da vida. Para o assentado, a terra é um lugar de trabalho. Sendo a parte central do patrimônio familiar, a terra é condição de afirmação, identidade e realização da cidadania.

Segundo Gehlen²⁴⁵: “[...] para eles, a terra é muito mais que o lugar onde tiram o sustento financeiro familiar, mas é o local da sociabilidade, de significados múltiplos, o lugar para viver, criar seus filhos, de estabelecer uma ligação histórica com a terra”.

²⁴²SILVA, Mauricio Roberto da. *O assalto à infância do mundo amargo da cana-de-açúcar: onde está o lúdico? O gato comeu?* Faculdade de Educação. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação. Universidade Estadual de Campinas. (Tese de Doutorado). Campinas, 2000, p. 54.

²⁴³ABRAMOVAY, Ricardo. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.

²⁴⁴GEHLEN, Vitória. *Participação feminina, gestão de recursos naturais e agricultura familiar: estudo de caso no semi-árido nordestino*. Artigo, disponível no site: <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/11> .Acesso em ago/2009.

Embora a análise da renda dos assentados tenha sido constantemente chamada ao debate por alguns para provar o sucesso, e por outros para indicar a pouca eficácia dos assentamentos de Reforma Agrária, optou-se por um caminho distinto que relativiza essa variável. Nossa preocupação foi ir mais além e tentar qualificar um pouco melhor as condições de vida dos assentados, sua possibilidade de acesso a serviços e bens e a forma como eles vivenciam essa nova situação.

A coletividade é permitida a partir da intervenção do MST, isto é, da inserção nas lutas sociais travadas nas quais o assentamento se configura como essencial para o exercício dos “novos valores”, ainda que não o garanta. A vida no “individual”, comparada a do “coletivo, apresenta-se mais sofrida, pois as condições econômicas são visivelmente mais desfavoráveis. Mesmo que acreditem ter uma maior autonomia nas decisões, esta se concentra na mão dos pais, e principalmente na figura do homem. Não que isto não ocorra no “coletivo”, mas percebemos que se dilui com maior facilidade, uma vez que as decisões passam por discussões que extrapolam o âmbito da família, sejam em reuniões ou assembléias. Paulilo²⁴⁶ analisa:

Além da heterogeneidade constatada, muitas contradições vieram à tona. Uma delas foi a questão das relações desiguais entre homens e mulheres, intensamente sentida pelas jovens no âmbito da cultura do trabalho e, como não podia deixar de ser, da cultura do lazer. E aí, o “coletivo” não apresenta grandes mudanças, pois as jovens denunciam quase que praticamente a mesma realidade machista.

Se para as crianças o elemento lúdico é integrante nas suas vidas, para as e os jovens, cujo trabalho duro e esforçado assume o peso das responsabilidades, passando a fazer parte de seus cotidianos – diferentemente da infância, em que ainda conserva um caráter socializador – as manifestações de lazer ficam restritas aos espaços-tempos dos finais de semana e, em determinadas situações, para as meninas, nem isso. Abramovay²⁴⁷ diz:

²⁴⁶SCHMIDT, Wilson; PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC. Ano XV, n° 20-21, Mar/Dez/2003, p. 217.

²⁴⁷ABRAMOVAY, Ricardo. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Nova forma de luta pela terra: acampar. Ano 15.n. 2, mi/jul, 1985, p. 55 – 60.

Por outro lado, no campo pode-se perceber que no cotidiano há lazer, Na roda de chimarrão à tarde, nas brincadeiras das crianças e dos jovens, no ir ao açude, na convivência social possibilitada pela comunidade e no campo. Entretanto, tudo isto entrecortado pelo futebol, em que só os capazes jogam e a ida aos bailes sempre com a necessidade de uma presença e proteção masculina.

Um dos fatores que desencadeou muitas situações de conflitos internos e com o próprio MST e que parece ser uma questão quase que universal, no Movimento foi a venda dos lotes, que levanta as mais variadas hipóteses: o que faz com que estes agricultores queiram vender suas terras e ir para outro lugar? Será falta de apego a terra ou falta de interesse em permanecer no local? Ou será a falta de uma política fundiária capaz de garantir o acesso a terra aos filhos de agricultores e de apoiar o desenvolvimento de uma agricultura moderna com infraestrutura capaz de proporcionar melhores condições de vida?

Vejamos o que diz Branderburg²⁴⁸: “[...] eles querem procurar outras áreas que propicie as condições para diminuir as dificuldades do manejo na agricultura e que garanta a reprodução e o sustento da família”.

Entre as implicações/consequências, observamos que o sistema produtivo, não determina, mas influencia nas relações que se construídas pelos sujeitos do e no assentamento, que podem ser estruturais ou sociais, de qualquer maneira são importantes. Entretanto, mesmo com algumas divergências e características diferentes os núcleos do assentamento apresentam elementos que os aproximam, que podem ser creditados à história dos assentados e que estão ligadas à agricultura e a luta pela terra.

Nesse sentido, os desencontros com as novas gerações tornam-se frutíferos por proporcionarem a busca de alternativas de sobrevivência. Por outro lado, cresce o respeito às lideranças que lá estão, valorizam-se muito as conquistas, e desafia-se na busca de inovações na perspectiva de melhoras no assentamento. E como justificativa desses desafios estão a implantação das cooperativas, agroindústrias entre as alternativas de renda e acesso aos assentados.

²⁴⁸BRANDENBURG, Alfio. *Colonos: sobrevivência e autonomia. Para pensar outra agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998, p. 32.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho, nossa preocupação esteve empenhada na busca por compreender o processo de luta pela terra, observando a forma pela qual esta foi vivenciada pelos atuais moradores dos assentamentos. Para estes, o processo não parece terminar na terra conquistada, ainda que a dedicação ao viver a experiência da conquista seja justificada, mesmo que não exclusivamente, como possibilidade de dar continuidade à luta pela terra.

Partimos da constatação, já citada por outros estudos, de que o MST surgiu no Oeste catarinense, no início dos anos 80, com sua origem ligada à desestruturação do sistema tradicional de produção agrícola vigente na região por algumas décadas, no fatídico episódio da Peste Suína Africana, assim como algumas práticas pastorais desenvolvidas pela Diocese de Chapecó. Diante dessa constatação, colocamos como desafio para o presente estudo compreender as razões que viabilizaram e desencadearam esse processo.

O problema se desdobrou sob algumas indagações principais e que chamaram nossa atenção: uma delas foi sobre as razões que levaram Santa Catarina a produzir o trabalhador Sem Terra, considerando que o Estado se constitui em grande parte de sua área de extensão, por pequenas propriedades. E, também, por esse mesmo Estado tornar-se cenário de luta, principalmente na região Oeste, por uma considerável parcela de trabalhadores na busca pela terra. Outro aspecto que nos instigou foi analisar as práticas pastorais desenvolvidas pela Igreja Católica, as quais conseguiram agregar sujeitos até então anônimos e provocar profundas mudanças no modo de pensar e de agir dos trabalhadores do campo, levando-os a se mobilizar e a se organizar em movimentos sociais, especialmente o MST, nos quais foram capazes de superar seus próprios limites e, de

maneira mais relevante, intervir de forma independente e distinta no jogo político da sociedade contemporânea.

Mais uma importante constatação foi a de que uma parcela considerável dos trabalhadores rurais do Oeste catarinense mostrou-se disposta e capaz de reagir politicamente, através de mobilizações e organizações numa ação coletiva, a partir da construção de uma nova identidade, própria dos sujeitos do campo, muito particular no MST, e que os levou a conquistar a terra tão sonhada. Outro aspecto que mereceu ser abordado foram os assentamentos, realidade que traduz uma história de lutas, às vezes amargada pela violência, outras vezes saudada pela vitória de chegar ao destino, enquanto muitos ficaram pelo caminho. O assentamento traduz no sujeito, a realização da conquista e a superação de novos desafios.

Tecer considerações afirmativas nos parece um tanto temeroso, pela complexidade do tema, porém isso é possível a partir de um referencial teórico, que apontava para a importância de se voltar o olhar para esta realidade social. Além disso, levamos em conta os fatores ditos objetivos (histórico-material), também os fatores ditos subjetivos (ligados à vontade e à cultura) e, para a compreensão dos processos sociais, buscamos averiguar a cultura e o possível modo de vida da população no processo de mobilização e assentamento.

A constituição do MST no Oeste catarinense pautou-se em alguns fatores imprescindíveis para sua solidificação e que o caracterizou como Movimento peculiar, na sua organização na região. Entre os fatores que contribuíram, apontamos: a Igreja Católica – no momento em que as posições políticas autoritárias e centralizadoras do governo militar insistiam em privilegiar a agricultura para a exportação e, ao mesmo tempo, perseguia e extraditava lideranças brasileiras – na sua condição de intelectualidade, agregou lideranças e, simultaneamente, ocupou espaços não permitidos por outras entidades, tornando-se interlocutora privilegiada dessa população, gozando de grande credibilidade no meio dela.

A infraestrutura organizativa da Igreja (Diocese de Chapecó) presente em todas as comunidades foi um fator favorecedor do processo de mobilização e organização. Enquanto o MST não possuía estrutura própria (carro, telefone e recursos de comunicação) foram fundamentais os recursos disponibilizados pela Igreja. Os grupos de reflexão, estrategicamente, atuaram na formação de lideranças. Instituição com bases sólidas, a Igreja não teve dificuldades, ao contrário, era muito respeitada pelos trabalhadores, que

viam na sua estrutura, tanto material como humana, uma possibilidade de apoio, condição indispensável para o surgimento da mobilização e da organização.

A modernização agrícola e a Peste Suína Africana desencadeavam sucessivos processos de empobrecimento de setores dos trabalhadores do campo, que se viam, a cada dia, mais endividados em razão dos altos juros dos bancos, da inflação crescente, dos preços baixos dos suínos. E, se não bastasse toda essa sangria para o campo, surge a Peste Suína Africana que, empobrecendo os produtores, prejudicou a economia, vindo mesmo para devastar a região, que tinha ainda na suinocultura a esperança de permanecer na terra. O êxodo rural era outro pesadelo; ao ir para a cidade, o agricultor se deparava com duas situações gritantes: ou não conseguia trabalho, por não ter qualificação, ou conseguia apenas o trabalho precarizado e não conseguia sobreviver, retornando ao campo e tornando-se assalariado, meeiro ou boia-fria.

O estreito contato com a cidade, possibilitado pelo contato com o mercado que, ao que tudo indica, facilitou ao homem do campo a compreensão da sociedade como uma totalidade em que convivem grupos e interesses distintos, em que o rural e o urbano agem em interação. Parece óbvio que essa compreensão não foi fruto de um processo espontâneo. Parece, sim, ter sido favorecida pelo fato de os trabalhadores conhecerem a cidade e terem contato com ela e seus representantes, onde, frequentemente, experienciavam sua subordinação em relação a ela.

Observar a luta por dentro teve como objetivo perceber os parâmetros que a norteiam. Certamente, esses não estão apenas no interior, localizando-se somente no nível de sujeitos na luta, o que seria, considerando sob nosso ponto de vista, reducionista. Mas também, da mesma forma, não parece passível de explicitação observar, exclusivamente, o MST enquanto Movimento. Considerar as concepções e práticas dos atores sociais em movimento parece permitir, ainda, a visualização das diferentes conotações do ir à luta, na preparação, na ocupação, no ser assentado.

Ao mesmo tempo, é preciso ter ciência de que, não raro, surgiram situações que espelharam rupturas e continuidades, não classificáveis mecanicamente, enquanto tempo anterior e posterior, ainda que se localize em diferentes contextos de dedicação a uma causa maior, expressa no ideal de transformação da sociedade, construído no decorrer do processo.

No segundo capítulo, foi necessário apreender algumas especificidades dos trabalhadores do campo do Oeste catarinense que, migrados do RS, carregaram consigo, conscientes ou não, a cultura de viver e participar da comunidade, o que teve papel

fundamental na constituição dos Movimentos Sociais. A partir da tradição de viver em comunidade (escola, igrejas, esporte e lazer), centralizada em torno da capela, possibilitou-se, desde cedo, o desenvolvimento do espírito associativo no exercício das práticas de organização de grupos em torno de objetivos comuns, bem como do que parece fundamental: possibilitou aos participantes o exercício de liderança.

A identificação étnica e cultural dos membros do grupo, devido à origem comum e à existência de um patrimônio cultural que os identificava entre si e os diferenciava dos outros grupos, parece ser ter sido um elemento agregador de sua identidade cultural. Os trabalhadores do campo tinham um elevado valor atribuído à coletividade e à participação de cada um de seus membros, que pressupunha a aceitação das normas estabelecidas pela comunidade.

Somados às práticas de ajuda mútua no interior dos grupos, que zelavam pela identidade que unificava seus membros, pode ter fortalecido as ações de desdobramento dos princípios de organização do movimento. E, ao que tudo indica, o modo de vida desses sujeitos foi fundamental, para mobilizá-los. O que se constatou, no entanto, é que havia no conjunto da população que se mobilizou, um modo de vida amplamente dominante, não em termos numéricos, mas principalmente, em termos de liderança e coordenação do processo.

Os trabalhadores rurais (camponeses de origem), dos quais estamos falando, atribuíam um valor irrestrito à condição de proprietários da terra, constituindo-se, assim, condição indispensável para a construção de uma nova unidade produtiva, onde reprodução da família e da condição de trabalhador do campo se viabilizava. Ser proprietário conforme, Renk²⁴⁹ “[...] era a condição básica para a concretização do sonho de ser colono. Parece ser essa a razão, para o fato dos trabalhadores empenharem grandes esforços para aquisição sua aquisição”.

A experiência do processo de migração deixou marcas profundas no passado do trabalhador do campo, fez com que esses trabalhadores tivessem uma perspectiva de fixação em um local. Na verdade, o processo de migração de uma nova geração parecia ser a busca de local definitivo para aquela geração. Segundo Poli²⁵⁰, “[...] era a perspectiva de permanência que dava sentido ao trabalho. Desse modo, quando este trabalhador se confrontou com a necessidade de mudança eminente, desmotivou-se para qualquer cuidado

²⁴⁹ RENK. A., 2002, p. 76.

²⁵⁰ POLI, O. 1995, p. 85.

ou investimento de trabalho na terra”. Assim sendo, a questão da terra revelou ser a bandeira das grandes mobilizações.

Ao se transferirem para a região Oeste junto aos trabalhadores do campo, também migrou uma sólida estrutura do grupo familiar – falamos do grupo considerado para o estudo – o que consistiu num fator favorecedor da mobilização social e da organização do MST. Isso permitiu uma solidez na construção do conjunto de valores comuns, em que se enfatizava a valorização do respeito e da coletividade. Nesse espaço valorativo comum, as discussões a partir dos problemas reais, como a modernização agrícola e praticamente a falência da agricultura tradicional, encontravam respaldo e até consenso para que algumas lideranças fossem dispensadas do trabalho para se engajar nas atividades ligadas à organização do Movimento.

A Peste Suína Africana, uma perversidade sem perdão, confrontou os trabalhadores com a real situação de pobreza que os rondava e a miséria, que desencadeava neles o temor de se transformar no outro, no caboclo que era desvalorizado e desprezado em suas representações. Somados, esses fatores parecem ter consolidado a aproximação da Igreja com os trabalhadores, destacando o trabalho de mediação da pastoral e do Bispo Dom José Gomes. Ao que parece, a liderança de Dom José foi um fenômeno que ajudou os trabalhadores, se não totalmente, mas em grande parte, a superar seus próprios limites, sem a preocupação de saber o que lhe podia ou não acontecer, pela situação de tensão que se apresentava. Enfrentou, junto com trabalhadores, a violência da polícia, o preconceito de certa parcela da população e os ataques morais e sociais da justiça, a qual parecia ser verdadeira parceira dos grandes latifundiários nas ações de despejos.

O que nos parece claro é que, sem as transformações de certos valores, em nível de estruturas normativas, certas ações propostas pelo Movimento nunca poderiam ter se desenvolvido. Um caso, como exemplo, foi a compreensão do direito de propriedade. Um valor de grande significado para a afirmação desses trabalhadores. A compreensão desses processos de transformação das estruturas, no contexto da cultura e no modo de vida desses trabalhadores, abriu caminho para o surgimento de propostas novas aos desafios colocados pelas condições histórico-materiais, o que fez com que se superasse uma forma de consciência que se mostrava com consciência real, mas, na verdade, era uma falsa consciência. O que importa revelar aqui é que, nessa perspectiva, a falsa consciência é entendida não como incapacidade para ascender uma verdade teórica, mas sim, como uma desqualificação para a prática política.

A possibilidade do surgimento do MST entre os trabalhadores do campo, no Oeste catarinense, enquanto resposta qualitativa aos desafios impostos pelas novas condições geradas pela desestruturação de seu processo tradicional de produção, no contexto de sua cultura e de seu modo de vida, como disse Poli²⁵¹, “[...] implicou, então, na existência de um processo elucidativo-pedagógico que, por sua vez, possibilitou a retomada do processo de comunicação, sem obstruções, na perspectiva da situação linguística ideal e pelo modelo de comunicação pura, de um processo de interação que estimuladas a retomada do exercício da palavra, a reflexão, a troca de opinião.

Abordando a trajetória do Movimento, com relação ao desenvolvimento do processo de organização e amadurecimento, Medeiros²⁵² traz uma reflexão de sentidos, realçada na dinâmica que perpassam a constituição e a mobilização e se consolida no assentamento:

Neste movimento tenso dos sentidos e das representações, o que parece evidenciar a condição de maturidade dos integrantes do MST, quando sorrateiramente, se desloca de seu espaço histórico e constitui o espaço de acampamento, ocupação, assentamento. Enunciar em um espaço político historicamente marcado por outros sujeitos é ocupar simbolicamente esse espaço também como seu, marcando-o como uma extensão das questões ligadas à terra e tornando a questão da Reforma Agrária, uma questão nacional, obrigando, desse modo, o seu reconhecimento tenso pelo próprio Estado.

Este traz em sua abordagem várias referências aos estudos da constituição do MST enquanto processo histórico, sua importância vital no processo da tentativa de implantar a Reforma Agrária no Brasil e no acompanhamento e orientação dos assentamentos. Foi abordada, especificamente, a organização dos trabalhadores rurais no Oeste e sua luta pela distribuição de terras e justiça social.

Outra questão importante, que envolve o estudo e que parece merecer um olhar mais significativo, é sobre a homogeneidade da militância. Parece que todos são militantes, estão na luta, mas, internamente, percebe-se que divergem nas formas de ser e estar, sendo esta uma condição necessária, porém, carregada de contrariedades. No entanto, essas contrariedades também são ambíguas: ora aparecem como sendo boas, ora como sendo obstáculo para o entendimento dos assentados. E essas situações aparecem nas discussões sobre as cooperativas, sobre plantações de fumo, sobre a escola, seguindo uma dinâmica

²⁵¹ POLI, O. 1995, p. 85.

²⁵² MEDEIROS

que é determinada pelos princípios do Movimento e, ao que parece, não condiz com a expectativa dos trabalhadores.

Mas ela aparece também nas ambiguidades que revestem as representações de cada uma dessas situações. Assim, as concepções elaboradas pela intelectualidade do MST parecem flagrantes e contraditórias àquela revelada no assentamento, tendo em vista que o trabalhador é um exímio questionador da estrutura fundiária do Brasil e não aceita alguns empecilhos explicados pela hierarquia.

Contudo, percebe-se que a mística, apontada como vital pelo Movimento para conter o desânimo e aliviar as tensões (já explicada no II capítulo), envolve uma reformulação de valores que estiveram presentes no decorrer das ocupações e acampamentos e continua no assentamento. Ou seja, parece possível perceber o alento do viver a luta religiosamente, quando esta injeta valores político-ideológicos via modelos religiosos. Parece que a referência ao místico visualiza a permissão da alimentação da utopia e, por esse motivo, referencia-se como necessário.

O modelo de organização destacado no MST foi, sem dúvida, um dos fatores que envolveram, nos assentamentos, a representação da utopia de uma nova sociedade, fundada na abdicação dos egoísmos e na exaltação dos altruísmos. Assim sendo, tem-se como princípio que o modelo ideal para se viver no assentamento passa a ser o coletivo, o comunitário. Contudo, a realidade dos assentamentos estudados mostra a contradição deste suposto modelo ideal. O que parece ser coletivo é a estratégia de luta, os princípios organizacionais, porém, quando perguntamos sobre o trabalho coletivo nos assentamentos, surge uma série de argumentos para justificar uma prática que não existe, ou então há uma breve alusão ao núcleo Santa Rosa III. O que apareceu com mais clareza foi uma tendência ao trabalho cooperado, que parece ser mais aceito entre os assentados.

Nos assentamentos do Oeste catarinense, o município de Abelardo Luz foi o que abrigou, em termos numéricos, a maior quantidade de assentados, fato que transformou profundamente o meio rural, redesenhando o espaço territorial e social. O impacto político e social, se não totalmente, mas parcialmente, sofreu alterações. Era necessário dar acesso à população, abrir estradas, criar escolas e assistir essa população. Ao receber tantas famílias em um curto espaço de tempo, de repente, o município teve uma inversão populacional, quando a população do campo passou a ser maior do que a população da cidade. Faltou estrutura para subsidiar os trabalhadores, e o município até então no anonimato passou a ser notícia nacional.

Outro aspecto que merece ser rediscutido é a singularidade do assentamento José Maria, no que se refere aos moldes organizacionais frente aos desafios que o próprio assentamento apresentava. Procuramos, nesse estudo, buscar o significado do assentamento, bem como da condição de ser assentado, no que concerne às diferentes situações em se enquadrem nessa categorização. Têm merecido análise as ambiguidades que estão coladas a esses termos. Tomamos como referência o que discute Andrade²⁵³ com relação ao assentamento, contrapondo-se à colonização: “[...] é no contexto do I Plano nacional da Reforma Agrária que o assentamento e o assentado assumem com toda a força seu sentido político”.

O sentido político do termo assentado, portanto, tem relação com a organização coletiva em torno da reivindicação da terra, em que o acesso a esta passa a se tornar resultado de conquista, de luta. A partir daí, colados à idéia de assentamento, passam a modelar outro projeto de produção no local, que pode estar pautado num projeto de trabalho cooperado. Essa proposta de cooperação encontra simpatia dos chamados técnicos progressistas do Estado que, através do exercício profissional (INCRA, EPAGRI, COOPERATIVAS), apoiam e incentivam o projeto, que parece tomar o lugar do coletivo, (o coletivo entendido, aqui, como diferente do cooperado) embora a adesão pareça não ser universalizada.

Percebe-se, assim, que o coletivo aparece nas situações subjetivas, enquanto nas situações objetivas ou materiais, as relações são mais complexas e, portanto, dificultam a administração. Essas relações contraditórias são as que acalentam o aspecto particular da luta. Por outro lado, o projeto serve como guia e, aos poucos, procura transformar as relações do cotidiano, seja na organização do trabalho, seja nas relações de gênero, entre outras. Entretanto, têm um objetivo: fortalecer as regras do viver no assentamento. Essa relação de bem viver carrega a positividade da vivência anterior, resgatada, especialmente, no processo de conquista.

No contexto do assentamento Santa Rosa III, sobre o qual desenvolvemos estudos, onde se desenvolve uma tentativa de trabalho coletivo, mesclam-se as opiniões pró e contra, no interior do assentamento, pela estratégia específica de encarar os problemas relacionados ao núcleo, o qual se mostra um tanto isolado. O grupo de trabalho encontra-se reduzido e com poucas condições de se manter em funcionamento por muito tempo. Essa situação não transparece no exterior do assentamento, até porque, quando de nossa visita,

²⁵³ ANDRADE, 1991, p. 65.

questionamos a razão de permanecer neste projeto aparentemente coletivo, e as falas foram evasivas, sem explicação clara de por que insistiam em manter algo fadado ao fracasso.

No contexto das tensões, é muito comum se utilizar de subterfúgio para não carregar para fora do assentamento desentendimentos, ranços que possam comprometer a aparência de passividade, no sentido de que a transgressão de normas, dentro dos núcleos, pode aumentar o preconceito em relação aos assentados. Essa disciplina cristalizada na identidade dos Sem Terra é reavivada na continuidade da luta. Nesse sentido, Stedile²⁵⁴ fala: “[...] a política de assentamentos, em si, não é uma conquista. Ela é um resultado do confronto, da luta de classe. Mas os assentamentos, sim, são conquistas, verdadeiras áreas liberadas, conquistadas pelos trabalhadores”.

Nossa tentativa, no decorrer do trabalho, foi de compreender o sentido da luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste catarinense, na mobilização e busca pela Reforma Agrária. Cabe registrar que a complexidade do processo exige reflexão e consciência crítica, porém há que se destacar a importância do MST engajado no projeto não só de organização, mas também na busca de alternativas que vão além da luta pela terra. É princípio do Movimento a luta pela melhora na Educação, por acreditar que boa parte dos problemas sociais poderiam se resolver na escola. Portanto, torna-se necessário repensar essa escola que está aí e lutar por outra. Assim Stedile diz sobre a educação e sua relação com a terra: “[...] na nossa realidade, a Reforma Agrária tem que vir casada com a democratização da educação. Não é possível viabilizar a democratização da terra e do capital com uma multidão de analfabetos”.

E para encerrar esse estudo, podemos dizer que a experiência de estar no assentamento junto com os trabalhadores faz com que alguns pré-conceitos, arraigados na nossa cultura de valores ou paradigmas, busquem, no mínimo, clarear a nossa ignorância em relação aos assentados e ao MST. E aqui cabe registrar uma colocação de Stedile que acaba sendo muito oportuna: “[...] a nossa Reforma Agrária é na verdade uma luta contra três cercas. A cerca do latifúndio, que é a mais fácil de derrubar, é só ocupar. A cerca do capital, já mais difícil, ter acesso, construir nossas agroindústrias; e a cerca da ignorância, esta não tem parâmetro”.

²⁵⁴ STEDILE, J. P., 1996, p. 163.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Revista reforma agrária*. Agricultura familiar e o uso do solo. São Paulo: SEAD, v. 11, n. 2, abr/jun. 1997.

_____. *Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Nova forma de luta pela terra: acampar. Ano 15.n. 2, mi/jul, 1985.

ALBUQUERQUE, Marcos E.J. de. *Agricultura brasileira no período de 1960-1980*. São Paulo: FAESP/FGV. 1985.

ALENTEJANO, Paulo. *O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais*. Rio de Janeiro. 1997. Texto.

ANDRADE, Marcia Regina de O. *Jovem rural e assentado: a continuidade da luta pela terra?* UNICAMPI/FE, 1996. (Tese de doutorado, em andamento).

Assessoria de Imprensa do MST de Santa Catarina. *As ocupações no Oeste catarinense*.

ANDRADE, C.M., RODRIGUES, C. M. L.C & KOBYLINSKI E. M. 1979. *Participação dos camundongos no ciclo epidemiológico da Peste Suína Africana*. Anais Microbiologia. Rio de Janeiro.

AUED, Bernadete Wrublevski & FIOD, Edna Garcia Maciel. . Origens sociais dos movimentos rurais em Santa Catarina: ampliação do trabalho, mas não do assalariamento. In: VENDRAMINI, Célia Regina. (org). *Educação em movimento na luta pela terra*. Florianópolis: NUP/CED: 2002.

AURAS, Marli. *Guerra do contestado: organização e irmandade cabocla*. São Paulo & Santa Catarina: Cortez & UFSC, 1984.

- BAZOTTI, Angelita. *Assentamento Rosário e a conquista da fronteira: entre o coletivo e o familiar*. Dissertação (mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.
- BENINCÁ, Elli. *Conflito religioso e Práxis: a ação política dos acampamentos Encruzilhada Natalino e Fazenda Annoni*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: 1987.
- BRAGHETO, Domingos. *A folha de São Paulo*. 4º Caderno de Economia. Debates. São Paulo: Dom, 23 Jun. 1985.
- BRANDENBURG, Alfio. *Colonos, sobrevivência e autonomia: para pensar outra agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998.
- BOGO, Ademar. *O MST e a cultura*. Caderno de Formação nº 34. São Paulo: MST, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'Agir, 2001. São Paulo: Perspectiva. 2001.
- CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. *Sem Terra com poesia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FERNANDES, B.M. MST: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____; STÉDILE. J.P. *Brava Gente*. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 1996.
- FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida. *O lúdico e o revolucionário no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: a prática pedagógica no encontro dos Sem Terrinha*. Pós-Graduação em Educação. Centro de Educação. Universidade Federal de Pernambuco. (Dissertação de Mestrado). Recife, 2002.
- FIORENTIN, Valter; ORO, Ivo Pedro. UCZAI, Pedro. (Org.). *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó: Argos, 2002.
- FRITZEN. Arnildo. *Entrevista a Revista IHU – on-line*, mar, 2006.
- GHELEN, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa da conquista da terra e o estado*. Dissertação de Mestrado. (mestrado em sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1986.
- GOHN, M.N. e THERRIEN, J. (coords.). *Educação e Escola no Campo*. Campinas: Papyrus, 1993.
- GOMES, Dom José. Bispo da Diocese de Chapecó. *Documentos Manuscritos*. Abelardo Luz: Arquivos da Paróquia, 1998-2004.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: FASE, 1987.
- _____. *Comissão pastoral da terra e os colonos do sul do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1985.

- KIRDERMANN, Raimundo. *Boletim da EPAGRI*. 2003. Projeto de microbacias assentamentos de Abelardo Luz.
- LACERDA, Guilherme Narciso de. *Capitalismo e produção familiar na agricultura brasileira*. São Paulo: USP, 1985.
- LEITE, Sergio Pereira. *Os assentamentos e os impactos demográficos*. Chapecó: Argos, 1996.
- LEITE, Sergio. O estudo dos assentamentos rurais e os parâmetro da ciência econômica. In: ROMEIRO, A., Guanziroli, C.; LEITE, S. (Orgs). *Reforma Agrária: produção, emprego e renda*, Petrópolis: Vozes. 1995.
- LESBAPIN, Ivo. *As classes populares e os direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- LISBOA, Teresa Kleba. *A luta dos sem terra no Oeste catarinense*. Florianópolis: UFSC, 1988.
- MARCON, Telmo. *Acampamento natalino: história de luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- MARISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis:Vozes, 1984.
- _____. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASES, 1989.
- _____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec. 1994.
- MEDEIROS, Leonilde Sevolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde Sevolo de; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio; CINTRÃO, Rosângela. (Coords.). Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. *Revista estudos, sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ-Nuap/PPGAS, 2001, abr, 2002.
- MINC, Carlos. *A reconquista da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- OLIVEIRA, Pedro A. R. de. *Religião e dominação de classe*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PASQUETTI, Luis Antonio. In: TEDESCO, João Carlos: CARINE, Joel João. (Org.) *Conflitos agrários no norte gaúcho: 1980 – 2008*. Porto Alegre: EST, 2008.
- PETRINI, João Carlos. *CEBs: Um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

POLI, Jaci. Pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*. Chapecó: Grifos, 56-70, out, 1991.

POLI, Odilon. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Argos, 2008.

_____. Caminhando com as próprias pernas. *Cadernos do CEOM*. Chapecó: Grifos, n. 15, 38-48, 2000.

_____. Os camponeses no Oeste catarinense. *Cadernos do CEOM*. Chapecó: Grifos, n. 14, 68-79, set, 1999.

POZZOBON, Dornelles A. *Aspectos da estrutura fundiária de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1986. Texto.

RENK, Arlene. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.

_____. *Migrações no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1999.

_____. *A luta da erva*. Chapecó. Grifos. 1997.

_____. Cultura e modo de vida camponês no Oeste catarinense. As bases para a organização e reação frente a crise dos anos 70. *Cadernos de CEOM*. Chapecó: Argos, v. 16. n. 15, p. 24-25, Jun, 2007.

_____. *Identidade comunitária: separata*. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Movimentos camponeses no sul: produto e terra*. São Paulo: HUCITEC, 1978 – 1981.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Os colonos do vinho: um estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: UFSC, 1984.

Schmidt, Wilson; Paulilo, Maria Ignez Silveira. Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC. Ano XV, n. 20-21, Mar/Dez/2003.

SOARES, P.P.D. *Por um Brasil rural com reforma agrária*. Revista UFG. Vol. 07, n 01. Jun.2004. Disponível no site www.proec.ufg.br, acesso em 03 de outubro de 2009.

STÉDILLE, João Pedro. *Brava Gente*. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 1996.

_____. *A reforma agrária: e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes. 1997.

_____. *O movimento dos trabalhadores rurais do Sul do Brasil*. Florianópolis:out. 1985. Texto.

SERRÃO, Ubiratan M. Peste Suína. *Boletim de Defesa Sanitária Animal*. Brasília Ministério da Agricultura. Edição especial.

SILVA, Edi da. *A Questão Agrária e a Justiça*. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 2000.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *O que é a questão agrária?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Reforma agrária já*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Mauricio Roberto da. *O assalto à infância do mundo amargo da cana-de-açúcar: onde está o lúdico? O gato comeu?* Faculdade de Educação. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação. Universidade Estadual de Campinas. (Tese de doutorado). Campinas, 2000.

SILVA, Cesar A. F. Santa Catarina, Reforma Agrária nela. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Campinas. São Paulo: 12 – 37. Nov/dez.1982.

STEDILE, João Pedro. *A Reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes. 1997.

STEDILLE, João Pedro e FERNADES, Bernardo Mançano. *Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 1996.

TEDESCO, João Carlos. *Memória e Cultura. O coletivo, o individual: a oralidade e fragmentos de memórias de nonos*. Porto Alegre: EST, 2004.

THOME, Nilson. *A formação do homem do contestado e a educação escolar: República Velha*. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1985.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser*. Florianópolis: UFSC, 1981.

UCZAI, Pedro. *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó: Argos. 2000.

WANER, Carlos. *A saga do João sem terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. *Revista Desenvolvimento e meio ambiente. A valorização da Agricultura familiar e reivindicação da ruralidade no Brasil: UFPR, n. 2, jul/dez. 2000.*

Movimento dos trabalhadores rurais sem terra – *Folder de propagando e conscientização*. (Dez)/1984.

Boletim Informativo. 2007, p.02, 03 e 04. *Boletim Informativo*. Secretaria Regional do

Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra.

Jornal O Estado. SC. Caderno Especial: mai. 1985.

Boletim do Ministério da Agricultura de 1984. Infrastructure and Environment Operational Programme

Diário nense. Arquivos do MST. CEOM. Chapecó. 13/02/1986.

Notícia. *Jornal o Estado. Santa Catarina. Florianópolis, jun.1985.*

Diário Catarinense. Arquivos do CEOM. Chapecó. Caderno de opinião. 1987.

Jornal Diário catarinense. Caderno especial. Jul/1986.

Jornal Folha da Manhã. Chapecó: 1985.

Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. São Paulo, mar/1986, nº 50.

Jornal O Estado. 11 outubro/1986.

Jornal O Estado. Florianópolis, jun.1985.

Jornal O Estado. Santa Catarina. Jun/1986.

Jornal O Estado. SC. Caderno Especial: maio/ 1985.

Jornal O Estado. SC. Florianópolis. 31 mai. 1985.

Jornal, Folha de São Paulo, Caderno especial. 27 maio/1985.

Jornal. O Estado. SC. Entrevistas. Caderno especial. 1999.

ANEXOS